



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A FANTASIA FURTADIANA: A SUDENE ELABORADA POR CELSO
FURTADO ENTRE 1959 E 1964 COMO MECANISMO DE
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

HELENA SALES DE MOURA

BRASÍLIA,
2024

Helena Sales de Moura

**A FANTASIA FURTADIANA: A SUDENE ELABORADA POR CELSO
FURTADO ENTRE 1959 E 1964 COMO MECANISMO DE
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Políticas, Instituições e Relações de Poder

Orientador: Prof. Virgílio Caixeta Arraes

Banca:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (UnB)

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz (UEM)

Brasília,
2024

À Helena

Inclino-me a pensar que a descoberta científica é impossível se não se tem fé em idéias puramente especulativas e muitas vezes destituídas de toda precisão.

- Karl Popper, *The Logic of Scientific Discovery*.

AGRADECIMENTOS

Normalmente à quem diga que o trabalho acadêmico é uma função solitária, mas, esse trabalho não iria existir se não fossem as pessoas que acompanharam e participaram, de forma ativa ou passiva. A priori, Deus, a fé foi um combustível que em momentos de desesperança sustentou a minha trajetória. Quando fiz a etapa de entrevista da seleção o professor Virgílio esteve presente, sendo um dos que conhecia a minha temática, me dando a sensação de conforto e me senti à vontade para discutir a minha pesquisa. Então quando fui aprovada, sabia que existia a escolha de orientador, a memória do quão confortável foi o processo, e do conhecimento sobre a minha pesquisa pelo professor me fez imediatamente pedir a ele para ser meu orientador. Agradeço ao meu orientador, o professor Virgílio Caixeta, por ter aceitado me orientar, mesmo vindo de outra instituição de ensino superior e sem qualquer conhecimento de quem eu era como pessoa e estudante, com tanto conhecimento e paciência. As trocas e momentos permitiram oxigenar esse trabalho durante os anos e foram fundamentais para a minha melhora como pesquisadora. Digo que se não fosse ele esse trabalho não existiria.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em História da UNB/PPGH, o Rodolfo e o Sr. Jorge, por serem se colocarem à disposição para me ajudar mesmo em outro Estado de forma tão generosa e acolhedora. Ao DPG e à FAPDF por financiarem a minha pesquisa, sem elas, não teria como viabilizar essa pesquisa e toda a minha trajetória no mestrado sem ele.

À minha mãe, Gina Lolobrigida Sales de Moura, junto da minha família, agradeço por todo companheirismo nesse processo e na vida, sem as conversas chorosas, o suporte e risadas em filmes tristes fizeram o meu trabalho ser mais leve, a senhora é muito importante para Helena hoje defender essa dissertação.

Agradeço aos meus amigos, aqueles que foram companheiros de graduação e seguiram sendo da vida, os quais transformaram essa caminhada um tanto mais leve e tiveram a generosidade de sempre lerem meus trabalhos, meus áudios de dez minutos e darem pitacos, Thyara, Luisa, Felipe, Julya, Anderson e Lucas, obrigada. As amigas que longe do âmbito acadêmico, mas estiveram comigo nesse processo, Amália Talita e Beatriz.

Ao longo da minha passagem por Brasília, mesmo distante fisicamente, mesmo em encontros pontuais, fizeram a mim uma pessoa imensamente amada e acolhida por Cíntia e Gino, meu trio, obrigada não apenas pelas piadas sobre as nossas pesquisas, mas também por tornarem a trajetória mais leve. Também, aos encontros, ao carinho e acolhimento não importava os momentos, estiveram comigo seja escutando meus áudios ou acompanhando umas piadas, Barbária, Débora e família, obrigada por me acolherem na minha primeira ida com tanto amor. À Auria, minha retirante preferida, foi amor à primeira vista amiga.

Nesse processo, agradeço a minha família literária e da vida, meus queridos PAMIGOS, vocês estiveram acompanhando desde da seleção, colocando leveza, confiança, fé e amizade nessa caminhada, sem vocês não teria chegado até aqui. Agradecer as profissionais queridas que caminharam comigo, principalmente por terem em espaços que me fizeram tão confortável para poder desabafar, digo a qualquer pessoa se não fosse um chorinho durante a aula de inglês com a Maju nem a qualificação existiria, obrigada. À Luisa, minha psicóloga desde 2019 que se faz presente como base para construir a Helena de hoje, obrigada por tudo.

Ao League of Legends, o qual me deu um lugar de conforto em meio a todo processo, me deu um lugar de paz. E a mim mesma, vejo o quanto eu tenho a me orgulhar do meu trabalho, com todas as dificuldades pelas quais eu passei durante o processo de construção da minha pesquisa, um final muito bonito foi alcançado. Por fim, agradeço à banca pela generosidade de ler e debater o meu trabalho.

Enfim, a cada um de vocês que não fizeram essa trajetória solitária, muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo examinar a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste, SUDENE, como mecanismo de desenvolvimento da política brasileira para o Nordeste entre 1959 a 1964 com o economista Celso Furtado à frente. Vista como região problema, o sentido de promover em conjunto com os governos estaduais, federal e departamentos forma internamente em 1959 o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, CODENO, como tomada de decisão para o programa de um projeto planejado. Após sua instalação e anos posteriores, a SUDENE enfrenta a ameaça dos interesses internos do próprio Conselho e da parcela de políticos brasileiros em conjunto com a intervenção dos Estados Unidos ao instalar o programa Aliança para o Progresso. Tendo em vista um cenário instável da política brasileira, os registros das atas dos encontros do Conselho e os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio situados pelo PROCONDEL fornecem a base de análise do processo.

Palavras-chaves: SUDENE; CODENO; FURTADO; Desenvolvimento; Nordeste; Relações Brasil-Estados Unidos.

ABSTRACT

The purpose of this research is to examine the Superintendency of Development for the Northeast, SUDENE, as a mechanism for the development of Brazilian policy for the Northeast between 1959 and 1964, with economist Celso Furtado at its head. Seen as a problematic region, the idea of promoting it together with the state and federal governments and departments formed the Northeast Development Council CODENO internally in 1959 as the decision-making body for the program through a planned project. After it was set up and in the years that followed, SUDENE faced the threat of the Council's own internal interests and the participation of Brazilian politicians. It has also faced the intervention of the United States in setting up the Alliance for Progress program. In view of the unstable scenario of Brazilian politics, an examination of the records of the Council's meetings minutes and the newspapers *Diário de Pernambuco* and *Jornal do Comercio* located by PROCONDEL provides a basis for analyzing this process

Keywords: SUDENE; CODENO; FURTADO; Development; North East; Brazil-United States relations.

SUMÁRIO DE SIGLAS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. UMA NOVA POLÍTICA PARA O NORDESTE	13
1.1. AS FANTASIAS FURTADIANAS	14
1.1.1. CENTRO E PERIFERIA: A PASSAGEM PELA CEPAL	19
1.1.2. NOVOS ARES DO MUNDO: A FORMAÇÃO DO BRASIL	25
1.2. UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE	27
1.2.1. RETORNO, ENCONTROS E UM NOVO NORDESTE	27
1.2.2. DIMENSÃO DO DOCUMENTO UMA POLÍTICA ECONÔMICA	32
1.3. SUDENE: MAIS DO MESMO OU UM SOPRO DE ESPERANÇA?	35
1.3.1. O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE	38
2. A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA PARA O NORDESTE: A SUDENE	48
2.1. AS FACETAS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO	48
2.1.1. ESTADO & POLÍTICA	51
2.2. O CARGO MAIS DISPUTADO DO NORDESTE: SUPERINTENDENTE DA SUDENE	55
2.3. INSTAURADO O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA SUDENE	63
2.3.1. OS RESQUÍCIOS DA INDÚSTRIA DA SECA NA TRAGÉDIA DE ORÓS	64
2.3.2. ABERTURA DOS TRABALHOS DA SUDENE	68
3. O TRABALHO DIRECIONADO A SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO	79
3.1. OS REBOLIÇOS PARA A APROVAÇÃO DO I PLANO DIRETOR	80
3.2. MUDANÇAS NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL	87
3.3. I PLANO DIRETOR	89
3.3.1. 1961: UM ANO DECISIVO PARA A SUDENE E O SEU I PLANO DIRETOR	94
3.3.2. OS INDÍCIOS DE UM CONFLITO INTERNO NO CONSELHO	97
3.3.2.1. ARGEMIRO: A BARREIRA PARA APROVAÇÃO	101
4. DE ALIADOS A OPOSIÇÃO: O FIM DA FANTASIA FURTADIANA	108
4.1. UM NOVO GOVERNO E NOVOS ARES	108
4.2. ALIANÇA PARA O PROGRESSO	110
4.2.1. O QUE TEM DE TÃO INTERESSANTE NA AMÉRICA LATINA?	110
4.2.2. O ACORDO DO NORDESTE	118
4.2.3. II PLANO DIRETO	122
4.2.4. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DO PLANEJAMENTO	124
4.3. O FIM DE UMA FANTASIA	127
4.4. TESTEMUNHO INTELECTUAL	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
ANEXO: TABELA DE MEMBROS DO CONSELHO	139

INTRODUÇÃO

*“Ne sommes-nous pas une fantaisie organisée?
Une incohérence qui fonctionne, et un désordre qui agit?”¹*

Não há quem passe por uma obra pública realizada pela cidade do Recife que não encontre uma placa grande com o nome da SUDENE como órgão responsável pela sua realização. Há também quem diga desconhecer a natureza da atuação da SUDENE pelo Nordeste brasileiro. No entanto, ainda nos dias atuais, a sua presença exprime a lembrança do simbolismo de um órgão idealizado e criado para realizar a retomada de controle da unidade regional e a consciência nordestina. Em (colocar ano) Celso Furtado, reforçava essa ideia através do discurso da necessidade e relevância da existência da SUDENE, sendo a representação da unidade regional que permitia um trabalho conjunto ao reunir os governadores dos estados ao estudar uma atuação. O objetivo desta pesquisa está em vasculhar os escombros do CODENO como parte fulcral da atuação da SUDENE desde sua criação em 1959 até a instauração da Ditadura Militar em 1964.²

A existência da SUDENE acabou sendo a expressão material da fantasia de Celso Furtado.³ definiu com iniciativa de uma fantasia, a qual se entende Em suma, estava em Furtado o compromisso pessoal com a própria região juntamente com a esperança de mudar o rumo do Nordeste brasileiro.

A concepção acerca do Nordeste brasileiro existiu em torno da narrativa da seca, atraso e corrupção, o qual eram inflamados por uma lógica estereotipada. Sendo fortalecidos com a atuação, em episódios de seca acometidos, pelos políticos da região. Constantemente se voltando ao Governo Federal, em busca de recursos para sanar esses efeitos por meio da construção de poços e açudes.⁴ O Nordeste acabou tendo o fortalecimento da imagem do lugar estagnado economicamente, voltado ao meio rural, o qual precisava de ajuda para conter a ação popular.

¹ VALÉRY, Paul. *L'Âme et la danse*.

² A SUDENE foi instituída pela lei n. 3.692 de 15 de dezembro de 1959 no Recife.

³ A terminologia fantasia procede da escolha de Furtado em suas obras autobiográficas: A fantasia organizada e A fantasia desfeita. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁴ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

Dentro da construção narrativa dessas características, o governo brasileiro se apresentava como reforço para tal ideia, uma vez que, o centro de desenvolvimento econômico brasileiro acabou sendo voltado para o Centro-Sul. Beneficiado pelo incentivo dado entre os anos 1929 a 1930 pelo Governo Federal, em específico à cidade de São Paulo, ao crescimento de uma política de desenvolvimento em diante.⁵ Entre as décadas de 1930 a 1950, o Brasil adquire outra face, naquele período direcionada ao “crescimento do setor industrial”⁶, pela expansão do mercado externo em detrimento do mercado interno. O papel desempenhado pelo Nordeste acabou sendo de fornecedor de matéria prima, sem oportunidade para desenvolvimento do próprio mercado. Distante da atuação empregada em outras regiões, a região vivenciou desde a década de 1930 um franco desenvolvimento econômico.

Dando espaço para a abertura de uma nova retórica ao falar da História do Nordeste a criação que reside na ideia de a SUDENE direcionada por Celso Furtado Dada a sua trajetória, um conjunto de experiências acumulou se teve a passagem entre 1953 a 1957 pela CEPAL. Estando em contato direto com Raúl Prebisch ao exercer um papel nos bastidores ao auxiliar na difusão da teoria centro-periferia, influenciando a base da criação do documento norte da SUDENE, *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*.

A SUDENE acabou se tornando a Mais tarde, reforça Furtado o seu objetivo era norteado pelo pensamento “de construir um país capaz de influir no destino da humanidade não se terá desvanecido.”⁷

Dentro do estudo sobre biografias acaba sendo suas autobiografias o seu testamento intelectual, permitiu enveredar pelos próprios escritos ao trazer luz à dinâmica entre o círculo político e do país. Tocando aos próprios olhos a obra como a sua declaração de amor e apreço pelo Nordeste

⁵ COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

⁶ *Ibid.*, p.31.

⁷FURTADO, Celso. Reflexões sobre a crise brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 20, n° 4, outubro-dezembro de 2000.

A fantasia furtadiana elaborada como a SUDENE não permitia assim dissociar a criatura do seu criador quando se trata de efervescência em torno dos trabalhos direcionados a alterar a realidade regional.⁸ A partir da ideia de superar o subdesenvolvimento impregnado no Nordeste, o caminho visto esteve em seguir a ideologia do desenvolvimento planejado. Evidenciando em conjunto o mecanismo de intervenção do Estado, dentro da movimentação do cenário brasileiro na passagem das décadas de 1950 entre 1960. Sob esse quadro, a dissertação inserida no campo de estudos referente à História Política do Brasil, em específico do Nordeste, utiliza-se do método de tomada de decisão para analisar o papel desempenhado pelo CODENO. Enquanto mecanismo de tomada de decisão dentro da região impressa sobre o contexto de um cenário político instável passado pelo Brasil.

O CODENO exercia a responsabilidade de decidir os planos e direcionamento dos investimentos depositados pelo Governo Federal da SUDENE, para o Presidente da República e o poder executivo decidirem a implementação. Submetidos dentro de uma estrutura de poder aos senadores e deputados para atuação, os votos dos representantes dos Estados e de outros departamentos exerciam sua concentração de atuação dentro da hierarquia de funcionamento da SUDENE. Tendo como suporte as informações que iam sendo obtidas pela Secretária Executiva. O CODENO levitou em parte de uma política nordestina enquanto representação de uma dicotomia entre o resquício de um clientelismo de herança colonial associado à disputa entre os interesses nacionais e particulares.

⁸ OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vidas. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, maio/ago, 2017, p.429-446.

Os sucessos e insucessos encontrados na trajetória da SUDENE existiu dentro de um contexto de instabilidade, ao relatar Francisco de Oliveira frisou, “Foi a melhor experiência que tive. Trabalhar no olho do furacão. Porque estava no Nordeste, eram as ligas camponesas de um lado, o “diabo a quatro” de outro, a pressão sobre a SUDENE era violentíssima. A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. (...) Então era um pau só”.⁹ Coexistindo de um lado dentro da narrativa intelectual, o superintendente Celso Furtado, especialmente sua função em mediar os tomadores de decisão, e o ambiente político regional. Ao se tratar do cenário político do Nordeste daquele período, a bancada nordestina na esfera do Poder Legislativo, assim como no CODENO, representavam uma força para a desarticulação do órgão. Mesmo tendo o apoio dos Presidentes da República também existia a oposição dentro da própria região. Cabendo pensar nesse viés, o projeto estava alicerçado a uma estrutura que empregava discursos de renovação e esperança, ainda assim enfrentava uma linha de atuação arcaica.¹⁰

Desse modo, o primeiro capítulo da dissertação se move a responder às perguntas: Quem é Furtado? E existia possibilidade de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro? Como criador da SUDENE, a trajetória de Furtado, seja durante a passagem pela Europa e o trabalho desempenhado na Cepal, deram frutos para o que vinha a ser a SUDENE e seu trabalho. Mas, antes disso, em que realidade estava assentado o Nordeste para conseguir ser inserido a lógica de desenvolvimento defendido por Furtado. A seca tinha se tornado uma indústria, de conhecimento público, para a classe mais tradicional da região, sendo assim, se fez necessário entender o terreno em que estava sendo ocupado, para assim explorar o trabalho desempenhado por Furtado ao introduzir o processo de mudança.

O segundo capítulo marca a aprovação da lei da SUDENE, por isso, ao questionar quem iria comandar? Envereda pela primeira disputa acirrada entre Furtado e a classe tradicional do Nordeste pelo cargo de maior autoridade da região naquele período. Dentro de um estudo teórico sobre o Desenvolvimento, Estado e Política, a concentração estava na direção de uma nova realidade em prática.

No caso do terceiro capítulo, a questão permeia o âmbito de uma classe tradicional que vai interferir nos trabalhos da SUDENE. Sendo assim, quem são esses atores? Dentro de um trabalho mais prático, a SUDENE encarou mudanças de presidentes, mas também a disputa

⁹ JINKINGS, I.; RIDENTI, M.; MAAR, W. L. Entrevista: Francisco de Oliveira. *Margem esquerda*. Boitempo, n. 10, São Paulo, 2007, p. 18-19.

¹⁰ DOUGHERTY, James E. et al. *Contending Theories of International Relations*. Philadelphia: J. B. Lippincott Comp., 1971; DUROSELLE, Jean-Baptiste. A decisão em política externa. In: *Todo império perecerá*. Brasília; São Paulo: Ed. UnB; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

para aprovação do seu I Plano Diretor. Nesse cenário, essa percepção de mudança explora o aparato público que forma o crivo de apoio. Por sua vez, o papel desempenhado do CODENO se consolidava como um núcleo instável dentro do órgão.

Para finalizar, no quarto capítulo, a pergunta central envereda na desestruturação do primeiro comando da SUDENE, se deu internamente por meio da entrada dos Estados Unidos ao exercer um trabalho em conjunto? Os recursos administrados pelo órgão não foram suficientes para promover o desenvolvimento? Além disso, quanto ao cenário político do país afetou a figura de Furtado. Concentrando no testemunho intelectual deixado pelo mesmo em sua obra, este capítulo explora seu papel para além do cargo de superintendente.

Enfim, a dissertação aqui introduzida tem dentro do seu objetivo contribuir com o campo da História Política e de forma mais ampla a discussão sobre o projeto político que foi a SUDENE para o Nordeste brasileiro.

1. UMA NOVA POLÍTICA PARA O NORDESTE

As páginas iniciais de *Elegia para uma Re(li)gião*, livro de Francisco de Oliveira,¹¹ atribuem à SUDENE o signo da paixão pelo Nordeste. A obra de Oliveira é um estudo sobre o Nordeste dentro do quadro nacional e através da sua memória, ao ocupar o cargo de superintendente adjunto na SUDENE. Essa paixão seguiu a visão de um "futuro que está inscrito na história é inscrição feita pelos homens, a cada passo, a cada momento, com paixão".¹² Sendo a SUDENE a obra de amor de Celso Furtado para o Nordeste, é em sua trajetória que debruçamos neste primeiro capítulo. O nascimento da ideia de superar o subdesenvolvimento, tal como Oliveira pontua, vem de antes, de fora da região. Neste caso, o pensamento chave para esse contexto parte de Celso Furtado. Da sua trajetória de formação, a aplicação do conhecimento e trocas na fase de trabalho na Comissão Econômica para a América, a CEPAL, a racionalidade permeou o centro de seu pensamento sendo o símbolo desse momento.

1.1. AS FANTASIAS FURTADIANAS

No Brasil, quando se trata dos seus intérpretes, Celso Furtado figura como um nome clássico na produção de conhecimento. Principalmente pelo reconhecimento enquanto teórico do desenvolvimento e dependência, juntamente com os estudos elaborados no campo da economia utilizando-se do método histórico. A herança do seu pensamento transita tanto pelo âmbito da História, quanto pelo pensamento econômico e social em relação ao Brasil, formando assim sua obra teórica. O cruzamento da sua história pessoal estava ligado à História do Brasil, principalmente do Nordeste, ocupando um lugar de atuação. Tendo em vista o papel desempenhado para além dos bastidores,¹³ estando à frente ao agir na produção de ações e discursos.

Suas experiências dentro do quadro da trajetória pessoal e profissional, ora sendo um intelectual, ora técnico, resultaram na escrita da sua própria narrativa. Permitiu aos sucessores do pensamento furtadiano aproximarem do sistema de atuação perante a mudança da estrutura

¹¹ Francisco de Oliveira foi um sociólogo e economista, ocupou o cargo de superintendente adjunto da SUDENE entre 1960 a 1964 na ausência de Furtado. E, de superintendente em 1963 em decorrência do afastamento de Celso Furtado para ocupar o cargo de Ministro do Planejamento do Governo do Presidente João Goulart.

¹² OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.14.

¹³ No caso de Furtado sua atuação inicia nos bastidores ao traduzir e difundir o texto de Raúl Prebisch da CEPAL. Assunto tratado mais a frente.

formada no país tendo vínculos com exames de fora, tornando-se resultado do processo de escrita deixado por ele a partir das suas obras. As autobiografias de Furtado, *A Fantasia organizada* e *A Fantasia Desfeita*, obras utilizadas como base para construir a narrativa pessoal e profissional, dão nome a esse tópico. Enquanto espaços utilizados como fontes ricas a fim de contar a sua própria vida, segundo sua perspectiva, permitia ainda funcionar de modo a registrar sua trajetória intelectual.¹⁴ Por meio do fazer da História Política assentada na categoria de autobiografia e biografia, proposto por Philippe Levillain,¹⁵ a obra de Furtado permitiu trazer o sentido de representante de uma história coletiva ao assumir o protagonismo da narrativa.

O exercício de dirigir a própria narrativa durante o período de formação até o exílio deu a ele permissão de transmitir aos seus leitores uma ótica com relação às fases da sua trajetória, referindo-se às

minhas atividades de economista se desdobraram em três fases. A primeira compreende os anos que passei na Cepal, que me permitiram um contato direto com os problemas do desenvolvimento na maior parte dos países latinoamericanos. A segunda são os anos que dediquei ao Nordeste brasileiro, como planejador e executor da política de desenvolvimento da região nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart. A terceira fase são os anos de vida universitária, primeiro nos Estados Unidos, e em seguida, e mais prolongadamente, em Paris.¹⁶

Nascido em 20 de julho de 1920, em Pombal, na Paraíba, as disciplinas de história e literatura marcaram seu crescimento, através do acesso a uma biblioteca que o permitiu ter leituras de autores como Gilberto Freyre, Swift, Defoe e R. L. Stevenson.¹⁷ Ingressou na Faculdade Nacional de Direito no Rio Janeiro, se formando em Ciências Jurídicas por volta de 1944. No mesmo ano foi convocado pela Força Expedicionária Brasileira, a FEB, servindo na posição de aspirante a oficial na Itália. A Europa encontrada por Furtado estava em reconstrução, sendo um dos seus interesses visitar a URSS. No entanto, após a Segunda

¹⁴ De acordo com a historiadora Maria da Glória Oliveira, o trabalho de reunir peças da experiência vivida permite ao sujeito trazer luz quanto à sua perspectiva, seja ela com controvérsias. De todo modo, traz os vestígios das suas relações e o espaço ocupado. Sendo assim, as autobiografias de Furtado estavam dentro do objetivo de narrar suas memórias intelectuais e contribuir com a percepção do cenário brasileiro em viés administrativo e político, segundo o mesmo. Oliveira, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? *Indivíduo, tempo e história de vida*. Topoi, Rio de Janeiro, v.18, n.13, maio/agosto, 2017, p. 429-446. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01803509>

¹⁵ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. Em: RÉMOND, René. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

¹⁶ D'AGUIAR, Rosa Freire. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.46.

¹⁷ *Ibidem*.

Guerra Mundial, a divisão imposta não permitia o acesso. Aconteceria por meio de um convite ou seria associado ao Partido Comunista, por isso, ao longo de seus escritos, a URSS ficou em seu imaginário.

A sua trajetória intelectual se avolumou no período do doutoramento em Economia, entre 1946 e 1948, na Universidade Paris-Sorbonne defendendo a tese *L'économie coloniale brésilienne*¹⁸ abrindo seus estudos no campo da economia brasileira no período colonial açucareiro. Ao defender a mudança do sistema econômico atrelado ao fator do meio rural deixar de ser o núcleo mais forte dentro do sistema, havendo um deslocamento de atenção ao processo de expansão urbana. Esse período chama atenção para a visão do Estado enquanto produtor de uma nova base política resultando numa influência direta nos campos sociais e econômicos. A vida acadêmica procedeu do contato com Maurice Byé, assumindo o papel de orientador da sua tese. A princípio, o objetivo estava na tomada de conhecimento da situação da Europa após a Segunda Guerra Mundial, o qual chegou a concluir que "o vasto mundo, convencido de que os reformadores são movidos por ideias de pensadores que a eles se antecipam".¹⁹

Nesse ponto, compreende-se a atitude de Furtado, como um compilado de experiências as quais foram registradas em suas publicações, uma delas pela revista *Panfleto*. Em conjunto com o período de passagem pela Europa permitiu formular o entendimento sobre a realidade internacional. A junção de conhecimento permitiu formular ideias sobre o Brasil. Estando em contato com Marcello Byé, François Perroux e Bertrand Nogara, durante a sua passagem foram referências para o seu trabalho. É importante salientar que a formação de Furtado se deu num viés histórico e social, seu trabalho não era no campo da matemática encontrados em outras formações acadêmicas do período.

Seu retorno ao Brasil foi por volta de 1948, posteriormente ao fim da ditadura varguista,²⁰ subordinado a uma realidade em defesa da democracia ao passo de ser o fator chave para uma mudança. Contudo, o cenário apresentava-se de modo ambíguo uma vez que o período desenhava a manutenção das estruturas coloniais no Nordeste. Em descrição de uma passagem pela região naquele ano, Furtado indicou a situação: "as velhas estruturas sociais

¹⁸A tese de Furtado teve sua defesa em 1948, mas está publicada em português com o título: "Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII". FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. HUCITEC: São Paulo, 2001.

¹⁹ *Ibid.*, p.19.

²⁰Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas anunciava na Rádio Nacional uma nova Constituição dando início ao golpe instaurando o Estado Novo durante o período de 1938-1945. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

continuavam tão visíveis quanto as ossaturas dos órgãos. Os problemas do Brasil se haviam se(n)dimentado em sucessivas camadas históricas cuja identificação ainda estava por ser feita".²¹ Nesse sentido, os efeitos tinham relação direta com a economia do Brasil, ocupando uma posição frágil economicamente. A descrença com o Governo acompanhava a desilusão da parte intelectual do país. Isto, o permitiu enxergar a necessidade de agir prevendo a formação de uma estrutura intelectual que pudesse possibilitar a prática de mudança. Uma ocasião era o crescente crescimento econômico, no entanto, os padrões de consumo continuavam baixos em relação à Europa.

No contexto emergencial da situação, o Brasil volta-se para os Estados Unidos,²² uma vez que o Governo buscava da mesma forma da Europa um auxílio dos norte-americanos para reverter o cenário, mas também enfrentava o restabelecimento do pensamento nacionalista formando oposição a esse suporte estrangeiro. Os rastros históricos da ajuda externa no Brasil pelos Estados Unidos ganharam extensão durante a Segunda Guerra Mundial, promovendo no Nordeste a construção de bases aéreas estratégicas em 1942. A elaboração foi iniciada a partir do viés de suprir questões relacionadas a alimentos e matérias primas, atividades administradas pelo Instituto para Assuntos Interamericanos.²³

A disseminação dessa ajuda externa demonstrou-se nos "programas multimilionários de saúde pública, exploração mineral, cultivo de seringueiras e produção de alimentos"²⁴ tudo custeado pelos Estados Unidos. Além da atuação na região Norte, a concentração dessa ajuda esteve na Amazônia com a construção de uma assistência técnica, tanto presente em trazer mercadorias, equipamentos e formação técnica tendo potencial de contribuir com a formação de técnicos nos Estados Unidos, o que influencia, a longo prazo, a escassez de técnicos voltados ao trabalho no Brasil. Durante a Guerra outro mecanismo passou-se a ser a Missão Técnica Americana dirigida por Morris L. Cooke. Um ano depois de Rockefeller, o objetivo era criar a estrutura para autonomia do Nordeste no setor industrial, o qual incentivou a construção de uma hidroelétrica no Salto de Paulo Afonso, no rio São Francisco. Poderia evidenciar os esforços para contribuir com o crescimento e garantir uma abordagem

²¹ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985, p.40.

²² A relação Brasil e Estados Unidos é anterior. Durante a Segunda Guerra Mundial, instalou bases aéreas na região Nordeste do Brasil. Após o período instaurado na década de 1950 a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para incentivar o desenvolvimento econômico. Ver: ROBOC, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional: o Nordeste brasileiro*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

²³ SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1695-1711. Disponível: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-597020130005000014>

²⁴ ROBOC, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, 1963, p.136.

diferenciada ao território, mas, ao fim da guerra as verbas imputadas pelos Estados Unidos foram reduzidas só retornando interesse na década de 1950, do que trataremos ao longo deste capítulo.

Nesse período Furtado se vinculou à revista *Conjuntura Econômica*²⁵ estando encarregado de publicar artigos, também ocupou a função de traduzir os textos de Richard Lewinsohn e tinha a cobertura da situação econômica do país dentro de um quadro conceitual.

1.1.1. CENTRO E PERIFERIA: A PASSAGEM PELA CEPAL

*Todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo como a conscientização de sua própria função [...]. O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um novo sistema legal etc.*²⁶

O lugar ocupado permite explorar o campo de produção a que está associado e a sua produção econômica, função e sentido dado a ela. A partir do século XX, na América Latina foi difundido o processo de competência dos economistas atuando, seja a favor do Estado, no ramo partidário, em órgãos governamentais nacionais ou internacionais, como também nas instituições. A CEPAL é um organismo internacional criado pelas Nações Unidas em 1948 com sede em Santiago no Chile. O objetivo do organismo estava concentrado na elaboração de programas de pesquisa. Havia um teor de inovação inserido nos debates em torno do desenvolvimento na América Latina, na expansão industrial, por meio do corpo de diferentes intelectuais latinos americanos na composição de seu quadro. A teoria cepalina contribuiu para a construção do pensamento latino americano, explicava Bielschowsky,

Frente à ideologia liberal, a defesa do desenvolvimento pela via da industrialização tinha no imediato pós-guerra a inconveniência de encontrar-se insuficientemente instrumentalizada de um ponto de vista analítico. Havia, para os defensores da industrialização, uma espécie de “vazio teórico”, e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar.

²⁵ Furtado a enxergava como "pioneira no Brasil na apresentação de um conjunto de indicadores de comportamento a curto e médio prazos da economia". FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, 1985, p.47.

²⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro, 2006, p.15.

Havia, pois, um certo descompasso entre a história econômica e social e a construção de sua contrapartida no plano ideológico e analítico. A teorização Cepalina iria cumprir esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira “ideológica” da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento.²⁷

No Brasil encontramos o incentivo ao estudo técnico em maior evidência no segundo governo do Presidente Getúlio Vargas (1951-1954) com a formação dos chamados "boêmios cívicos",²⁸ grupo formado pelo advogado baiano Rômulo de Almeida, o cearense servidor público Jesus Soares Pereira, o advogado paraibano Cleantho de Paiva Leite e o advogado maranhense Ignácio Rangel. O objetivo do trabalho deles era auxiliar o Presidente da República ao propor e orientar projetos de formulação técnica que pudessem encaixar no seio de um viés nacionalista de desenvolvimento. Em conjunto, existia também na função deles a criação de planos de suporte para as principais necessidades econômicas no campo nacional.

Os elementos basilares deste tópico são os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. No dicionário, o fenômeno desenvolvimento recebe significados plurais, dependendo do tempo e espaço no qual seu conceito foi utilizado. As diferentes nuances e experiências estando em constante modificação o encaixa em uma categoria plástica, introjetoado em diferentes pontos na História. Encontramos sua face no pós Segunda Guerra Mundial, moldado pela filosofia de reconstrução e harmonia norte-americana, através da modernização econômica e industrialização planejada. A Nova Ordem Mundial obrigava a pressa pelo desenvolvimento.

No esforço de definir os eixos centrais, Gilbert Rist, em sua obra *The History of Development*, encontrou uma concordância com a inexistência de uma definição determinista de desenvolvimento. Sendo uma atividade humana moderna, a qual,

consists of a set of practices, sometimes appearing to conflict with one another, which require - for the reproduction of society - the general transformation and destruction of the natural environment and of social relations. Its aim is to increase the production of commodities (goods and service) geared, by way of exchange, to effective demand.²⁹

²⁷ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, 2000, p.24

²⁸ Ver: LIMA, Marcos Costa. *Os boêmios cívicos: a assessoria econômica de Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

²⁹ RIST, Gilbert. *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*. Londres: Zed Books, 2008, p.13.

O desenvolvimento nessa pesquisa se assenta no papel desempenhado pelo Estado, visto como a criação de uma empresa nacionalista, com a crença da sociedade moderna de solução onde o desenvolvimento funciona como mecanismo de resolução da realidade de atraso por conta do subdesenvolvimento. O imperativo do desenvolvimento ganha a roupagem de uma ideologia econômica, debate analisado por Ricardo Bielschowsky, no mesmo momento em que assegura um projeto de industrialização expandido para a superação do atraso.

O estabelecimento de Furtado na CEPAL teve dentro da sua trajetória o divisor de águas anterior à criação da SUDENE. Além de promover o aprofundamento do conhecimento acerca da América Latina, esteve vinculado a alcançar a valorização da contribuição no campo político. Durante sua passagem no ano de 1948 ainda no Brasil trabalhando para a revista *Conjuntura Econômica* recebeu o convite de Octávio Gouveia de Bulhões para ingressar no corpo de economistas da CEPAL.³⁰ Em 1949 acabou ingressando adquiriu a função de trabalhar com a junção de informações sobre a realidade brasileira e a situação da indústria dentro da América Latina. Mais tarde realizou a tradução e difusão do trabalho do economista Raúl Prebisch, *Pensamento político-econômico na América Latina*,³¹ conhecido como Manifesto Latino Americano tendo sua tradução publicada na revista *Brasileira de Economia*.³²

O trabalho Prebisch possuiu o propósito de circular entre os governos do países do continente, como síntese, "os princípios de uma política anticíclica para os países periféricos".³³ O objetivo estava em demonstrar o desequilíbrio dentro da estrutura da América Latina, por meio da dinâmica Centro e Periferia. De acordo com Ricardo Bielschowsky, Prebisch constroi em seu trabalho o problema do subdesenvolvimento na América Latina. A ideia de Centro-Periferia era do crescimento dos países desenvolvidos, tendo o acúmulo de tecnologia e avanço técnico, em detrimento dos países de Terceiro Mundo. Num país desenvolvido estava em aceleração da produção e do crescimento dos setores econômicos, diferente de um periférico tendo um mercado em torno do meio rural, o qual, se encontrava a manutenção de estruturas atrasadas. A teoria Centro-Periferia

³⁰ Nesse período já era identificado na América Latina a problemática em torno da carência no campo de formação de economistas, em razão da migração para os Estados Unidos e Europa.

³¹ Em 2011, o Centro Internacional Celso Furtado publicou junto com esse texto, os ensaios de Prebisch no seu período na CEPAL. PREBISCH, Raúl; GURRIERI, Adolfo (org.). *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

³² Uma das publicações de repercussão internacional foi "A formação do capital e o desenvolvimento econômico" (1952). MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p.32.

³³ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.59.

considerava o pensamento estruturalista cepalino visto enquanto inovador não apenas na América Latina.

De certo, entre 1951 a 1953 o foco do trabalho realizado por Furtado na CEPAL, em conjunto com Prebisch, continuava sendo a superação do subdesenvolvimento atingido por meio de reformas administrativas. Em memórias de Furtado, registradas no estudo de Bielschowsky, defende inclusive atingir o desenvolvimento em países enquanto máxima, assim carecia de uma ação, por isso afirmou

Nós, intelectuais que lidamos com idéias, não desconhecemos a importância da ação. Não fui outra coisa na vida senão um intelectual, mas sempre consciente de que os problemas maiores da sociedade exigem um compromisso com a ação [...] Nós intelectuais agimos porque temos um projeto que nos obriga a explicitar nossos propósitos últimos. Fora disso, estaremos comentando uma traição a nós mesmos, pois teremos negado a função social que nos cabe desempenhar.³⁴

Em suma, o maior problema identificado na base da América Latina eram as estruturas presentes. A solução própria a essa realidade, apresentada na tese, seria a de conduzir uma mudança por meio de um “novo padrão de desenvolvimento para dentro”.³⁵ Neste caso, os técnicos da CEPAL se utilizavam do argumento, nesse caso, a industrialização como mecanismo de solução para o atraso. Em suma, a implementação promovia o desenvolvimento e fortalecia o caráter técnico da região, juntamente, suprir a carência na formação de um corpo técnico. Diferente de uma atuação direta, coube à CEPAL oferecer aos governos do continente planos para superar o subdesenvolvimento, esses optar por seguir ou não.

Entendia-se, segundo Furtado, o texto acabou sendo reproduzido num tom de denúncia, “a realidade estava destruindo, na América Latina, aquele velho sistema de divisão internacional de trabalho [...] que prevalecera doutrinariamente até há bem pouco tempo”.³⁶ Esse cenário continua, “a linguagem agora era um manifesto que conclamava os países latino-americanos a engajar-se na industrialização”.³⁷ Sendo a superação do subdesenvolvimento e avanço do desenvolvimento nos países periféricos elementos preponderantes no seio da CEPAL. Furtado não apenas incentivou o combate à realidade definida por meio da divisão internacional do trabalho, com a concentração de renda em países industrializados, defendeu a industrialização

³⁴BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o Pensamento Econômico latino-americano Em: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (Org.) *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo, 2001, p.109-110.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶D’AGUIAR, Rosa Freire. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.38.

³⁷ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.60.

enquanto necessário para o crescimento dos países periféricos. Por isso, se identifica nos escritos dele a consciência "na CEPAL tínhamos avançado em terra ignota e de que ocupávamos posições de vanguarda".³⁸

A difusão do texto de Prebisch na Conferência de Montevideu dispunha do objetivo de demonstrar aos governos do continente o cenário de uma nova América Latina vislumbrando a eles tomarem frente para o desenvolvimento em seus países. No entanto, sua concentração de reprodução passou a ser maior no meio acadêmico, uma vez que a recepção no âmbito político estava em escala menor, apontava Furtado em sua autobiografia.³⁹ Embora essa barreira na recepção do pensamento, no caso do Brasil a CEPAL foi frutífera, no Governo de Vargas, em um trabalho em conjunto.

Existe na década de 1950 no Brasil um movimento de expansão industrial resultando na formação de uma classe empresarial.⁴⁰ No seio de um clima de incentivo aos trabalhos no âmbito tecnológico, tanto o governo brasileiro quanto a classe empresarial, enxergou um campo frutífero na proposta da CEPAL. Além disso, o interesse político do Presidente da República Getúlio Vargas, ocupando o segundo mandato entre 1951 e 1954, possuía um direcionamento de trabalho estava no âmbito no campo do desenvolvimento nacionalista.⁴¹ A experiência do encontro entre o Presidente Getúlio Vargas e Raúl Prebisch, em sua ida ao Brasil, Prebisch, enxergou Vargas como via de fato para uma expansão industrial no país.⁴²

³⁸ *Ibid.*, p.82.

³⁹ O quadro político dos países da América Latina nesse período tinha em sua administração Perón na Argentina, e Vargas voltava a assumir o Brasil.

⁴⁰ A formação da classe empresarial é resultado de um processo de orientação de um mercado interno formado durante a Segunda Guerra Mundial e constitui mais do que reflexo da escassez de produtos importados, qual tendo em conjunto o efeito da urbanização estabelecendo um aumento de nível de vida. Era o momento de suprir as tecnologias em falta no país. COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo, 1976; FURTADO, Celso. *A obra autobiográfica*. São Paulo, 2014.

⁴¹ As décadas de 1940 e 1950 conduzem a América Latina a um olhar para o crescimento interno independente, de certo modo, da presença econômica dos Estados Unidos ou do que consideravam seus privilégios. A imagem tida por Prebisch de Vargas observa ao descrever Furtado, nas palavras de Prebisch: "Vargas soube formar quadros e deu estrutura moderna ao Estado brasileiro. Veja Perón: dispersou com um gesto a equipe que me custou dez anos para formar". O encontro entre Prebisch e Vargas foi descrito por Furtado em sua autobiografia. FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.121-122.

⁴² *Ibidem*. Num episódio esse estreitamento da admiração por Vargas deu-se também pelo apoio recebido pela CEPAL durante a conferência do México em 1951. Resultado de um movimento realizado pelos Estados Unidos como meio de extinguir a CEPAL através dos países da América Latina. No entanto, o Brasil representado na delegação brasileira Miguel Osório, mediou um telegrama abordando por Vargas a defesa da autonomia desempenhada pela CEPAL. Nesse contexto de atuação os Estados Unidos assumem posição contrária à CEPAL, ao enxergar a expansão do trabalho desenvolvido visto enquanto ameaça ao seu interesse na América latina. A desestruturação vinda por eles inicia de modo forçado com 1951, ao descrever Furtado, utilizando polos de disputas políticas ao enxergar a influência dos norte-americanos nos países da América Latina. Esse momento encontra-se descrito mediante a cobertura da conferência no México em 1951. O receio dos Estados Unidos atrela-se ao que Furtado nomeia sendo uma ameaça por ser um "homens de esquerda", em relação a Raúl Prebisch; mas também o controle no continente uma vez que pretendiam manter o papel de exportar a matéria prima.

Coube Furtado a enxergar a necessidade da extensão da tomada de conhecimento do texto, por isso em suas memórias registrou o pedido para tradução para a *Revista Brasileira de Economia*. Além disso, Furtado analisou a situação da América Latina, mas também a extensão do trabalho desempenhado com relação às trocas políticas. A difusão do seu pensamento tomava forma por meio da publicação de *Características gerais da economia brasileira* na *Revista Brasileira de Economia* em 1950. Seus passos estavam em direção de elucidar a problemática encontrada no próprio país. Dentro da trajetória de Furtado a passagem pela CEPAL forneceu base para os trabalhos realizados no Brasil para a realidade da região Nordeste.⁴³ O final da sua passagem se deu em 1957, após ocupar o cargo de diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico na CEPAL.⁴⁴

1.1.2. NOVOS ARES DO MUNDO: A FORMAÇÃO DO BRASIL

A ida de Furtado à Universidade de Cambridge se deu por meio da Bolsa da Rockefeller Foundation. Ao reconstruir suas memórias, Furtado afirmou que a passagem pela Inglaterra em 1958 permitiu-lhe a dedicação ao trabalho teórico. Sendo assim, o cenário contribuiu para a sua base em relação ao estudo sobre desenvolvimento, o qual já tinha escrito anteriormente. Após a sua tese na França, ele publicou seu primeiro estudo *Análítico das transformações da economia brasileira no século XX*.⁴⁵ Elaborando assim as suas preocupações como sinaliza em seus registros, sendo a extensão de seus estudos anteriores reflexo da sua própria produção o livro *Formação Econômica do Brasil* em passagem pela Inglaterra.⁴⁶ Dentro do seu quadro memorialista, o autor oferece o conhecimento sobre o processo histórico a partir de um viés estruturalista.

A obra circulou como um clássico na interpretação do Brasil, por permitir enveredar por uma síntese do processo histórico econômico nacional. O subdesenvolvimento encontrado no Brasil era resultado de um processo histórico de fatores econômicos e sociais, os quais contribuíram para ficarem estruturas ao longo do tempo. Dentro de uma perspectiva memorialista encontrada na sua produção permitiu identificar a necessidade da sua atuação,

Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era

⁴³ Ao tratar de Brasil em sua obra, Furtado, num primeiro momento, situa-se na manutenção do sistema colonial, localizado na História. A base do trabalho elaborado por Furtado estava no método histórico-estrutural, o qual dentro da história analisa as alterações na estrutura, trazendo luz sobre os seus efeitos.

⁴⁴ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, 1988, p.178.

⁴⁵ D'AGUIAR, Rosa Freire. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.103-104.

⁴⁶ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003.

necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil.⁴⁷

Os caminhos traçados para os trabalhos de Furtado no período estavam concentrados na defesa de superação do subdesenvolvimento brasileiro. Utilizando-se da teoria da CEPAL, esteve alicerçada na modernização e no desenvolvimento planejado através da industrialização, sendo um trabalho em conjunto com o Estado. Identificando assim, uma das problemáticas apontadas estava na falta de autonomia do mercado interno desde o período colonial. Em retrospecto do período do ouro, a concentração da economia do açúcar, a falta de interesse dos portugueses em inserir tecnologia para as produções estabelecia um acúmulo de razões para falta de criação de um mercado interno independente. A responsabilidade assumida por Furtado de transmitir a noção de uma economia subdesenvolvida fortalecida pelas estruturas fincadas no Brasil. Assim, existiu a concentração de atenção por ele na produção de estudos sobre a realidade encontrada no país, em especial, o Nordeste. Em suma, na sua justificativa estava centrado “(...) para absorver o atraso acumulado, fazia-se necessário um esforço considerável, que o país ainda não se decidira a cometer. Essas hipóteses tinham sentido se apresentadas como um conjunto. Eu assumia a plena responsabilidade de sua formulação”.⁴⁸

O caminho inicial reconhecido por Furtado no final de 1958, estava no retorno ao Brasil para trabalhar no BNDE, participando do GTDN. Ele acabou trabalhando no acúmulo de informações sobre o Nordeste, como área de maior interesse pela concentração do subdesenvolvimento do Brasil e sua terra natal. O objetivo era formular o problema do Nordeste não resultava da seca, o problema era dentro das estruturas da região, ele atribuiu-se da responsabilidade de realizar um trabalho de mudança e extinguir as estruturas do subdesenvolvimento do Nordeste.

⁴⁷ *Ibidem.*

⁴⁸ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.193.

1.2. UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE

1.2.1. RETORNO, ENCONTROS E UM NOVO NORDESTE

O ano de 1958 marcou o retorno de Furtado ao Brasil após sua trajetória nas Nações Unidas e passagem pela Inglaterra, assumindo o cargo de diretor dentro do BNDE no GTDN. Furtado dava continuidade aos trabalhos de outros nordestinos, entrando para o seleto grupo de nordestinos com o intuito de trabalhar com a questão do Nordeste dentro do governo.⁴⁹ Em sua autobiografia, o objetivo de sua integração ao corpo do GTDN era descobrir a razão dos trabalhos não irem à frente.⁵⁰ Nessa ocasião, significava que o trabalho realizado por Furtado já identificava na organização uma precariedade resultado da falta de conhecimento sobre a região, déficit no corpo técnico e falta de economistas ao tratar da questão do desenvolvimento.

Na idealização do trabalho desempenhado por Furtado, o primeiro passo consistia em desenvolver um documento para examinar o desnível regional entre o Nordeste e o Centro-Sul, como aspecto primário na condução de uma solução almejada. Desmentindo a noção do Nordeste não possuir maneiras de conseguir ter um desenvolvimento. Uma crítica a noção da região não possuiria maneiras de ser desenvolvida. Realizando o seu trabalho a parte do grupo, utilizando-se apenas dos recursos, a fim de recolher informações e sistematizá-las, a longo prazo, para criar um documento, presente em seus registros. A elaboração do texto precisou do percurso de uma viagem pelo Semiárido nordestino durante o período de seca, sendo um recurso para angariar informações do quadro social vivenciado.⁵¹

Em 1958, o Nordeste enfrentou mais um período de extensa seca, o que contribuiu para a concentração de críticas realizadas na população vivendo em períodos de seca por meio da ajuda do Governo Federal, juntamente, tendo em vista um acúmulo de acusações sobre desvios de obras nesses períodos. Estava evidente nos efeitos da seca eram aspectos centrais da problemática, uma vez que seu aspecto estrutural fortalecido estava na perspectiva da continuidade de uma política tradicional associada à política hidráulica. A pressão

⁴⁹ O Governo Federal toma a frente e tem tomada de decisão com relação ao Nordeste principalmente quando se tem um nordestino como parte do seu quadro administrativo. Fica evidente uma atuação de impacto dentro da região quando se tinha um nordestino a frente. HIRSCHMAN, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963.

⁵⁰ FURTADO, Celso. *A obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁵¹ *Ibidem*.

desempenhada pela sociedade civil e pelos políticos do Nordeste foi um fator relevante para o adiantamento do trabalho de Furtado. Sendo pressionado, o Presidente da República Juscelino Kubitschek, via as cobranças em plena disseminação, entre eles o *Jornal do Commercio*⁵² na realização da sua cobertura de vários meses da cobrança e resoluções do Nordeste ao Governo Federal.

As suas publicações estampavam os episódios de insatisfação, um desses episódios foi manifestado em 23 de março de 1958, onde o deputado João Agripino expressava a situação de desespero na realidade vivida pelos os nordestinos, atribuindo culpa aos efeitos da seca, resultando no movimento da *Marcha de flagelados*.⁵³ Outro continuava reforçando essa percepção por meio do Governador de Pernambuco naquele momento, Cordeiro de Farias enviava um telegrama destinado a Kubitschek, *Apêlo (Dramático) Ao Sr. Kubistchek*.⁵⁴ Outros políticos insatisfeitos foram os deputados Osvaldo Lima Filho e Aurélio Viana⁵⁵ deixavam explícito essa concepção com a permanente postura adotada ao recordarem, "as

⁵² Ao reunir as publicações do *Jornal do Commercio* em 1958 chama atenção as seguintes manchetes para além das citadas: O Nordeste chama em vão, *Jornal do Commercio*, Recife, 05/07/1958 cad: 1, p.20. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47435&busca=>, 01/11/2022; O drama de Pernambuco, *Jornal do Commercio*, Recife, 01/07/1958, cad: 1 p.28 Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47430&busca=>; A miragem de verbas federais, *Jornal do Commercio*, Recife, 15/06/1958 cad: 1 p. 52. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47423&busca=>; Triste espetáculo, *Jornal do Commercio*, Recife, 07/08/1958, cad: 1 p.24. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47474&busca=>, 01/11/2022; Roubo impune ao flagelado, *Jornal do Commercio*, Recife, 06/08/1958 cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47469&busca=>; O sul fica mais rico, o Nordeste mais pobre, agora, *Jornal do Commercio*, Recife, 09/08/1958, cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47477&busca=0908>; Dois pesos e duas medidas, *Jornal do Commercio*, Recife, 27/08/1958 cad: 1, p.20. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47494&busca=2708>; Dinheiro para o Nordeste, não existe agora, *Jornal do Commercio*, Recife, 01/11/1958, cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47517&busca=0111>; Jamais foi tão grande a miséria, *Jornal do Commercio*, Recife, 03/12/1958, cad: 1 p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47541&busca=0312>; Dramático apêlo em favor dos flagelados da sêca, *Jornal do Commercio*, Recife, 13/12/1958, cad: 1, p.24. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47549&busca=1312>. São amostras da ação dos políticos em relação ao Nordeste, o interesse nas verbas não corresponde à postura adotada entre os anos de 1959 a 1964 correlação a aprovação da Lei da SUDENE, o I e II Planos Diretores. De certo, as ações empenhadas ou não correspondem aos próprios interesses.

⁵³ Ao considerar as publicações do *Jornal do Commercio* em repercussão durante 1958, a partir de uma cobertura A Marcha, a qual Agripino refere-se a migração naquele ano dos nordestinos em direção à Brasília. Albert Hirschman, aborda ao comentar sobre a construção de Brasília ter acontecido em decorrência dos esforços das mãos de obras dos nordestinos, por serem forçados a migrar o destino foi na construção da capital do país. HIRSCHMAN, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963, p.85; JC_23031958_M1: Marcha no Catete. *Jornal do Commercio*, Recife, 25/10/1958, cad: 1, p.1. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47254&busca=JC_23031958_M1

⁵⁴ JC_25031958_M6: Apêlo (Dramático) ao Sr. Kubistchek. *Jornal do Commercio*, Recife, 25/03/1958, cad: 1, p.3. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47268&busca=JC_25031958_M6

⁵⁵ Os deputados, respectivamente, representavam Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, e Alagoas pelo Partido Socialista Brasileiro, PSB.

advertências feitas pelos parlamentares, meses a fio, inutilmente, ao govêrno, enquanto êste permanecia impassível diante da iminência da catástrofe".⁵⁶

Coube a Kubitschek a decisão de controlar o ambiente de efervescência que se formava no Nordeste.⁵⁷ Estava claro que a injeção de verbas não seria mais um caminho suficiente para controlar a situação; coexistindo com o limbo da garantia de verbas fez com que fosse aberta a brecha com a questão da cobrança de verbas, discussões acerca dos destinos delas, e da corrupção. A seca considerada como a "mais severa"⁵⁸ acarretou não apenas pressão ao Governo Federal, levou a atenção também para o trabalho desempenhado pelo DNOCS, responsável central do trabalho com o controle das obras hidráulicas.⁵⁹ Em 4 de junho de 1958, o *Jornal do Commercio* repercutia a publicação da revista americana *Times* se referindo ao escândalo de desvio de verbas realizado pelo DNOCS, o acusando de participação de um senador e dois deputados do partido de Kubitschek.⁶⁰ As irregularidades chamaram atenção do jornalista do *Correio da Manhã*, Antônio Callado, que levou a uma série de reportagens acusando a existência da indústria da seca no Nordeste.⁶¹

No curso de 1958 os embates foram por verbas ou poder, sendo o centro de coalizão de ordem política para as eleições daquele ano. Processo eleitoral de prefeitos e governadores vivenciado pelo país no ano de 1958 caracterizou por um novo momento político no Nordeste. Dos Estados tiveram eleitos em Pernambuco Cid Sampaio para o Governo, e Miguel Arraes a prefeitura do Recife, ambos pela coalizão da Frente do Recife. Eleitos por meio do discurso de mudanças necessárias do cenário em consonância com a política de industrialização defendendo o desenvolvimento. Sendo eleito em Pernambuco, Sampaio

⁵⁶ É irônico a cobrança deles e forçar os recursos nesse momento de seca, enquanto em 1959 e 1960 na aprovação da própria SUDENE e do I Plano Diretor a Câmara demorou para aprovar e desempenhou o papel de ser impassível diante de um quadro de mudança. JC_12041958_M2: Convidado JK a observar a situação do Nordeste. *Jornal do Commercio*, Recife, 12/04/1958, cad: 1, p.4. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47324&busca=JC_12041958_M2

⁵⁷ Juscelino Kubitschek esteve no cargo de Presidente da República durante 1956 a 1961 pelo PSB.

⁵⁸ Cohn, ao analisar os discursos produzidos na época, identifica a constância da concepção de que a seca ser "a mais terrível". Atribuição da característica dada pelo Presidente Juscelino Kubitschek à imprensa em coletiva, a qual levou a criação do GTDN ao examinar as reações dos governos locais e Federal estava vinculado ao receio de uma agitação com relação às Ligas Camponesas. HIRSCHMAN, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963. p.85; COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*, São Paulo: Perspectiva, 1976, p.69.

⁵⁹ Nesse período, o presidente Juscelino Kubitschek ordenou a construção do açude de Orós no Ceará. HIRSHCMAN, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963.

⁶⁰ JC_04061958_M1: Escândalos do DNOCS: mundial a repercussão. *Jornal do Commercio*, Recife, 04/06/1958, cad: 1, p.1. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47410&busca=JC_04061958_M1

⁶¹ Termo difundido para definir o enriquecimento por meio da seca. CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1960. HIRSHCMAN, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963, p.29.

acabou se tornando responsável pela ruptura da hegemonia dos representantes do PSD, seguido também aos outros Estados da região.⁶²

Essa nova safra de políticos se estendeu aos outros Estados do Nordeste, tendo na Bahia, Juracy Magalhães, sendo eleito por meio da coalização entre UDN, PST e PSB. Os novos governadores eleitos demonstraram a dissolução do controle do PSD em outros Estados. A condição proporcionada nesse cenário era de um novo ato político no Nordeste, ao explicar Amélia Cohn, utilizando-se de Castro, ao comentar do seu⁶³

ponto de vista dos resultados gerais da campanha eleitoral, pode se afirmar que a antiga estrutura econômica, semifinal, não resistiu e nem apresentou uma mensagem de esperança ao eleitorado, baqueando ante o impacto de forças novas que enquadraram as suas ideias nos anseios desenvolvimentista regionais.⁶⁴

Das maneiras de solucionar a questão, a criação do GTDN dentro do BNDE com objetivo de confeccionar ações em busca de sanar a questão da seca e seus efeitos, concentrada na organização política pública do Nordeste. Furtado retoma o propósito do trabalho de relacionar o gabinete da presidência da república com a região. Todavia, o resultado não era favorável já que sua constituição perdeu o sentido quando os estudos não foram realizados. A ida de Furtado se baseava em "descobrir porque nada dali saíra até o momento".⁶⁵

É importante ressaltar dois componentes de atuação dentro da região para além dos políticos, as Ligas Camponesas⁶⁶ numa ascensão e as atividades dos Bispos do Nordeste, com Dom Hélder Câmara sendo o representante. A atuação da Igreja Católica no Nordeste não possuía relação com os Governos Federal e Estadual, como também as Ligas.⁶⁷ Decerto, a região ganhou atenção pela realidade dentro do contexto de cobrança enfrentado pelo

⁶² SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*. Dissertação Mestrado em História. UFPE/PPGH, Recife, 2009. Disponível: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7439>

⁶³ COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.95.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ FURTADO, Celso. *Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 230.

⁶⁶ As Ligas Camponesas foram a associação de trabalhadores rurais criada em 1955 em Pernambuco. O movimento iniciou no engenho Galiléia localizado em Vitória de Santo Antão pelos trabalhadores em busca de melhorias. O conflito com o patrão nesse contexto levou à busca do auxílio da Assembleia legislativa, o que os levou ao deputado e advogado Francisco Julião (1915-1999), uma vez que os jornais estavam com atenção a esse grupo que os atribuiu o apelido de Ligas Camponesas. A organização expandiu para outros camponeses em outros locais do Nordeste levando a um movimento de revolução. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972.

⁶⁷ Em 1956 foi realizada a reunião dos Bispos no Nordeste em Campina Grande enquanto objetivo de combater a fome. O presidente Juscelino Kubistchek se fez presente no encontro. A atenção estava em maior parte direcionada às problemáticas do campo na região. Sendo assim, o papel desempenhado não era se responsabilizar em sua atuação, mas de cobrar e pressionar o Governo. Em 1959 o II Encontro dos Bispos, onde o governo acreditava ser a oportunidade para convencer esse grupo sobre a nova política para a região. COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

Governo Federal, dando início a arquitetura do encontro do Presidente e do economista Celso Furtado.⁶⁸

O encontro de Furtado e Kubitschek ocorreu no final de 1958,⁶⁹ delineado por Furtado em sua autobiografia, "Ao lado da obstinação, era datado de Faculdade de ajuizamento em grau que só os verdadeiros estadistas possuem (...)"⁷⁰ o definindo enquanto um "visionário".⁷¹ Por isso, o intuito era reunir "produtores de ideias"⁷² no Palácio Rio Negro em Petrópolis. Na ótica de Furtado existiu uma carência quanto a se ter conhecimento da realidade do Nordeste dentro do governo.⁷³ Desta forma, ao apresentar a ideia de uma nova política estava direcionada em desfazer a cortina de uma realidade estereotipada.

1.2.2. DIMENSÃO DO DOCUMENTO UMA POLÍTICA ECONÔMICA

O plano criado por Furtado recebeu o nome de *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*⁷⁴. Marcado como documento basilar quanto ao exame da realidade Nordeste e as soluções para o subdesenvolvimento existente através de um desenvolvimento planejado. Em suma, o documento funcionou como esboço da composição do trabalho intelectual de Furtado durante sua trajetória.⁷⁵ Tendo como objetivo transformar o Nordeste, o primeiro passo apresentado por Furtado no documento foi apresentar a problemática central para atuação, "A disparidade de níveis de renda existentes entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento

⁶⁸ A trajetória de Furtado foi supracitada no tópico anterior deste capítulo.

⁶⁹ Na autobiografia de Furtado é apontado que o encontro, realizado no final de 1958, foi a segunda tentativa do presidente de reunir nomes de conhecimento e força sobre o Nordeste. A descrição de Kubitschek por Furtado não difere da imagem ilustrada por Joseph A. Page em seu trabalho ao descrevê-lo enquanto um "executivo extraordinário que gostava de grandes empreendimentos". PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Ed. Record, p.85; FURTADO, Celso. *A obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁷⁰ *Ibid.*, p.236.

⁷¹ Conclusão de Furtado quanto o impulso para criação de Brasília. *Ibid.*, p. 236.

⁷² Dom Hélder Câmara também foi convidado, mas não se fez presente. Encontravam-se presentes: Roberto Campos, Ministro da Fazenda do Governo, Lucas Lopes, Diretor do BNDE e Cleantho de Paiva Leite.

⁷³ Uma das ações do Presidente Juscelino Kubitschek foi o envio do General Ramage, parte do gabinete, para realizar um relatório sobre a região. O conhecido como "relatório ramage" o documento acabou não vindo a tona foi concebido durante a passagem do general pelo Nordeste. No entanto, as conversas foram realizadas com outros militares expressando assim suas visões estereotipadas, segundo Furtado. FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.229.

⁷⁴ FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p.83-164. "Uma política de desenvolvimento...". Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, presidência da República. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

⁷⁵ FERREIRA, Assuéro. Celso Furtado e o Nordeste: da invenção criadora no GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. Em: JÚNIOR, José Sydrião de Alencar; BIELSCHOWSKY, Ricardo (Orgs.) *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

econômico nacional".⁷⁶ A sua formulação buscou evitar o crescimento do problema por receio de chegar a um nível irreversível e cristalizado.⁷⁷ Dividido em quatro partes na esteira do desenvolvimento, em primeiro lugar se introduziu o problema, deixando de lado a narrativa de culpabilizar a seca. Em seguida, se aprofundou na oportunidade de oferecer recomendações para modificar o cenário dando início aos estudos. Inclinado ao estruturalismo, ele elaborou o documento por meio da teoria do desenvolvimento, sendo um tópico importante para sinalizar a metodologia do projeto, mas também permitia refletir a relação do desenvolvimento regional e o seu ritmo de crescimento.⁷⁸

O crescimento de modo mais lento por conta do processo econômico, na sua formulação a agricultura e pecuária definiram o sistema econômico e político do Nordeste funcionando segundo as próprias características, além das próprias elites que defendiam a manutenção do sistema econômico de mercado não ser voltado ao crescimento.⁷⁹ No caso, quando se discutia formas de desenvolvimento, o qual vai encaixar naquela realidade, de acordo com o sistema econômico. Por isso, para funcionar no Nordeste era importante reconhecer o seu sistema econômico, sendo atrasado e existindo com a ausência de incentivos ao crescimento interno regional.

É importante o reconhecimento do Nordeste ser um sistema atrofiado, mas isso não exclui a chance de crescimento e desenvolvimento. Essa conclusão permitiu alargar a perspectiva de crescimento, sob tal ótica, a economia era uma questão flutuante, ou seja, sendo resolvida a questão econômica os outros problemas estruturais seriam resolvidos. Como pode ser observado foi acrescentado ao corpo do documento. O Nordeste continuava a fortalecer o processo de exportação para o Centro-Sul, os quais tinham investimento para o setor industrial dando abertura e intensificando o desenvolvimento. Não era mais a seca o problema.⁸⁰

⁷⁶ FURTADO, Celso. *A saga da Sudene (1958-64)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009, p.83.

⁷⁷ FERREIRA, Assuéro. Celso Furtado e o Nordeste: da invenção criadora no GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. JÚNIOR, José Sydrião de Alencar; BIELSCHOWSKY, Ricardo (orgs.) *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

⁷⁸ Os dados oferecidos no documento "uma política" são de 1956, no qual o Nordeste tinha como realidade uma renda "inferior a 100 dólares por habitante". Ao passo que o centro sul parte de "303 dólares". *Ibid.*, p.83-89.

⁷⁹ A falta de uma política de industrialização no Nordeste, mas encontrada no Centro- Sul desde a década de 1940, acabou sendo polo de atuação com a nova leva de governadores em 1959. Além disso, Furtado esclarece em seu trabalho que não houve uma identificação e um estudo adequado da razão da reversão dessa desigualdade regional. Em suma, a política de desenvolvimento pode ser vista enquanto uma necessidade urgente. *Ibid.*, p.84.

⁸⁰ O balanço inicialmente oferecido permite enxergar o fluxo de renda e atuação para o Nordeste se utilizado da seca para abrir mão da região no sistema econômico nacional. Mesmo com características como pontes e portos para o mercado externo.

O corpo do documento encontra-se estruturado em o Nordeste na economia brasileira; elementos dinâmicos da economia do nordeste;⁸¹ aspectos econômicos do problema das secas;⁸² e por último, oferece um plano de ação, o qual foi uma política econômica com as orientações vinham com oito pontos.⁸³ Ao explorar um novo potencial de desenvolvimento da região por meio do apoio político, questão fulcral para a implantação e funcionamento dessa política. O seu anúncio ocorreu no primeiro semestre de 1959, como um trabalho em conjunto entre o Governo Federal e os governadores dos Estados nordestinos.⁸⁴

O documento expunha um conjunto de indicativos do problema regional, atribuído importância dada por Cano,

Do ponto de vista do diagnóstico da "Questão regional", o caso do NE era não apenas o mais dramático, mas o mais bem estudado. Não é demais lembrar que, do ponto de vista da formulação de um diagnóstico articulado e de uma visão integrada da "política regional", o GTDN é um documento que, à época de sua concepção constitui peças excepcionais em relação aos demais documentos programáticos regionais.⁸⁵

Furtado afirmou não colocar seu nome no documento, o cenário de crise política entre 1950 a 1960 instala também no governo de Kubitschek, atingido uma vez por uma tentativa de barrar sua posse por grupos civis e militares.⁸⁶ Em um momento a democracia parecia questionada, Furtado optou por não assinar o documento *uma política...*, mais tarde ao esclarecer justificava a decisão

Foi um trabalho que fiz sozinho, cerca de noventa páginas. Porém, preferi que ele fosse publicado sem o meu nome, e sim com o nome do GTDN, grupo do qual eu era interventor. Em 1964, quando fui cassado, essa providência que tomei anos antes revelou-se útil, pois tudo o que levava meu

⁸¹ Neste ponto evidencia o papel da região no setor externo, o comportamento do setor público e industrial.

⁸² O cenário da seca se constrói enquanto crítico a ser combatido. Além dos dados importantes da realidade um dos aspectos da problemática sendo o excedente de mão-de-obra, conduzindo assim a um plano de colonização para o Maranhão.

⁸³ Reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semiárida; reorganização da economia região semiárida e abertura de frentes de colonização; intensificação dos investimentos industriais; solução para o problema da oferta de energia elétrica; aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes; aumento da oferta de alimentos nos centros industriais; assistência técnica aos governos estaduais; e articulação geral da execução do plano. FURTADO, Celso. *A saga da Sudene (1958-64)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

⁸⁴ J C_03011959_M2: Nova política econômica para os nordestinos, *Jornal do Commercio*, Recife-PE, 03/01/1959, cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47558&busca=0301>

⁸⁵ PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira. *O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro*. SP: Campinas, 2003. Dissertação Mestrado em Economia, Unicamp, 2003. p.92. CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: Ed. Unicamp. 1998. Disponível: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.303533>

⁸⁶ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil Militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

nome teve circulação controlada. Assim, o que hoje se conhece como "Estudo do GTDN" foi, na verdade, totalmente escrita por mim.⁸⁷

Estava claro a solução descrita por ele ser um trabalho direcionado por via da atuação dos governantes através de um desenvolvimento político para reverter a realidade. A partir de Mendonça identificamos que a atuação de Furtado frente a essa nova fase estava sendo direcionada por um consubstancializado de uma corrente nacionalista em defesa do nacional-desenvolvimento.⁸⁸

1.3. SUDENE: MAIS DO MESMO OU UM SOPRO DE ESPERANÇA?

Conforme a difusão do *uma política...* estava sendo realizada, enquanto a SUDENE estava em ascensão no cenário político nacional. O ponto de partida se configurou com a repercussão da nova política de desenvolvimento por meio da entrevista dada a Celso Furtado ao jornal carioca *Correio da Manhã*.⁸⁹ O objetivo de se ter Furtado comunicando os passos assumidos para o período era também ser responsável pelo controle da narrativa divulgada. Era fundamental ter o controle dela a partir do momento que a atenção estava concentrada nesse novo movimento em torno do Nordeste.

A entrevista depois acabou sendo publicada na íntegra pelo *Jornal do Commercio*,⁹⁰ reafirmando um trabalho de desarticulação da narrativa da seca, levando a industrialização como ponto chave para reverter. Isso conduziu a viagem do jornalista Antônio Callado para conceber a situação da região, ressaltado anteriormente.⁹¹ O componente do controle da

⁸⁷ A entrevista completa encontra-se em: JÚNIOR, José Sydrião de Alencar (Org.). BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005; *Entrevista exclusiva concedida à Revista Econômica do Nordeste-REN*, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v.28, n.4, out./dez. 1997, p.375-384.

⁸⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

⁸⁹ Em sua autobiografia Furtado revela o responsável pela entrevista o subchefe da Casa Civil Sete Câmara. No período, o *Correio da Manhã* circulava como o jornal de maior influência no contexto nacional.

⁹⁰ JC_14011959_M3: Plano de Ação para o Nordeste: fala à imprensa o Sr. Celso Furtado. *Jornal do Commercio*, Recife, Data: 14/01/1959, cad: 1, p.11. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47605&busca=1401>

⁹¹ Callado deu destaque para três casos no nordeste: O Ceará contra a irrigação indústria e industriais da sêca; O PTB como juiz de ausentes & abastados; O Ceará contra a irrigação. O orós, êsse desconhecido rios molhados e deputados escaldados. p.4. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/110539; Paraíba contra a lei. O caso tenebroso do açude de Pilões. Um gaúcho paraibano e seu sindicato de gangsters. p.10. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/110583; Despertar em Pernambuco Homens livres no engenho da galiléia Francisco Julião e o velho Zezé. Disponível: http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/110742, p11.

recepção da nova política levou as manchetes de um discurso de "recuperação" e "esperança".⁹²

No início de 1959, a continuidade do trabalho do Governo Federal precisava trazer novos aliados. A dinâmica deu-se a partir da cobertura da mídia, o encontro dos governadores iniciado em 16 de fevereiro de 1959 no Rio de Janeiro sob liderança do governador de Pernambuco Cid Sampaio. Em exposição, Kubitschek declarava "Chegou o momento de saldar o nosso débito de honra para com o Nordeste",⁹³ estava claro que era a garantia de um trabalho do Governo Federal para amenizar as cobranças supracitadas. Neste caso, os governadores recém eleitos acabaram sendo o primeiro grupo a ser inserido na nova política de desenvolvimento em conjunto com o lançamento da OPENO.⁹⁴ O segundo passo estava em apresentar a discussão técnica de modo mais simples ao ser promovida, juntamente com o CODENO, implementado em 26 de abril de 1959, no Teatro Santa Isabel em Recife por Kubitschek na companhia dos governadores dos nove estados nordestinos e representantes do Governo Federal.⁹⁵ Tendo Kubitschek enviado a mensagem ao Congresso para a criação de um órgão para implantar e realizar essa nova política, a SUDENE.

Embora na ocasião observamos o reforço do espírito de esperança no momento, constantemente estava sendo apontado a descrença e críticas recebidas faziam parte de um repertório de mobilização da classe mais tradicional da região contra a ideia de um órgão de autonomia representando o Governo Federal. Esse descontentamento perdurou desde janeiro com o lançamento e anúncio ao público. Desconfiança presente até mesmo dentro do grupo dos governadores e de figuras públicas como o intelectual Gilberto Freyre, o mesmo mais à frente faria parte do conselho da SUDENE. Desse modo, um campo de instabilidade e receio órbita na primeira reunião, após a instalação do conselho. Realizada na Delegacia Federal de Saúde da 5ª região no Recife, com a presença dos governadores e representantes dos Estados nordestinos, os representantes das Forças Armadas, do DNOCS, CVSF, BNDE, Celso Furtado, os Ministérios da Saúde, Agricultura, Educação e Cultura e Fazenda.⁹⁶ Sendo

⁹² DP_15011959_M1: Nordeste: recuperação. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15/01/1959, Cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=47605&busca=1401>

⁹³ DP_17021959_M2: Chegou o momento de saldar o nosso débito de honra para com o Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17/02/1959, nº 38 cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=41949&busca=>

⁹⁴ A instalação da OPENO ocorreu em 17 de fevereiro de 1959 no Palácio do Catete.

⁹⁵ Uma das promoções dadas ao apresentar na OPENO foi durante o curso "Introdução aos problemas do Brasil" destinado aos oficiais das Forças Armadas, em 13 de junho de 1959, auditório do ISEB", no Rio de Janeiro. FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE: (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

⁹⁶ ATA SUDENE, Recife, Delegacia Federal de Saúde, 1º Sessão, Abril, 1959. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6144&busca=>

importante apontar que as composições das reuniões eram cíclicas, então consideravam a relevância da instituição dentro do conselho, delimitando o papel desses conselheiros mais como representantes dos interesses das instituições e Estados.

O guia central da atuação continuou sendo o *uma política...* uma das resoluções estava no estabelecimento de vínculo com os governadores dos Estados do Nordeste: "a decidida cooperação dos governos estaduais é de fundamental importância para o êxito de um plano de desenvolvimento econômico da região...".⁹⁷ Seriam realizadas assistência técnica a cada Estado de maneira a incentivar a contribuição de um todo de maneira a retribuir esse vínculo. Como relatou Furtado, o cenário nomeado como "populismo provinciano" contribuía para a instauração de uma nova política com apoio dos governadores o fortaleceu para um distanciamento do controle de políticos clientelistas.⁹⁸ O cargo máximo acabou sendo ocupado por Furtado, sendo responsável em garantir o funcionamento do mesmo. Os convidados a assentar o conselho da nova instituição recebiam a garantia de participação e voto. Os governadores teriam condições de atuar pelo próprio Estado, embora o centro de atuação fosse o Nordeste de maneira horizontal.

Embora uma narrativa de apoio vindo do âmbito público se estendeu pela região por meio das capas dos jornais do período. Compreendendo através de Becker, a opinião pública adotada pelos governadores, após os encontros, os fazendo serem ouvidos e enxergar um condicionamento de não serem parte ativa na elaboração do plano, enquanto mecanismo de consideração da sua relevância de consideração.⁹⁹ Ao ser uma reunião pública com a presença de deputados, permitia o atravessamento de uma produção de discursos, a de maior repercussão dos governadores não terem sido ouvidos pelo presidente.¹⁰⁰ De um comentário foi ampliado como "ato de cortesia" demonstrou naquele momento um cenário de incerteza com a própria presença dos governadores, de certo, a promoção do plano era mais relevante para o cenário.

⁹⁷ JÚNIOR, José Sydrião de Alencar; BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

⁹⁸ FURTADO, Celso. *A obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.241.

⁹⁹ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. Em: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

¹⁰⁰ DP_18021959_M4: Juscelino impôs o plano sem atender às reivindicações dos governadores, *Diário de Pernambuco*, Recife, 18/02/1959, N°39, cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=41959&busca=>

1.3.1. O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE

A primeira reunião extraordinária do CODENO realizada na cidade do Recife, presidida pelo governador Cid Sampaio de Pernambuco, funcionou para estabelecer os critérios do seu funcionamento. Dentro deles o regimento interno possuía em suas diretrizes estabelecidas responsabilidade e na elaboração dos passos iniciais do I Plano Diretor. O CODENO operou com a responsabilidade da tomada de decisão frente aos trabalhos projetos para a SUDENE atuar naquela época, ao realizar o planejamento e administração dos recursos econômicos enviados pelo Governo Federal. Nas suas diretrizes estabelecidas delimitou os materiais a serem realizados pela Secretaria Executiva, responsável em apresentar o trabalho técnico para a decisão dos conselheiros. O regimento interno foi elaborado pelos participantes da reunião do dia 25 de abril em 1959, não apenas responsáveis pelos recursos. Publicado pelo *O Estado de S. Paulo*, o regimento interno:

O decreto que criou o CODENO em seu artigo 1º estabelece que enquanto não se constitui por lei a SUDENE funcionará junto à presidência da República o CODENO com o objetivo de coordenar e executar os projetos e programas de ação imediata tendente ao desenvolvimento econômico e social daquela área. ... Ao conselho deliberativo do CODENO compete: formular, com base nos trabalhos técnicos da Secretaria executiva, as diretrizes da política de desenvolvimento regional; verificar e orientar a execução dos programas e projetos integrantes do plano diretor (elaborado pela secretaria executiva do órgão); sugerir a integração dos planos estaduais de desenvolvimento na orientação do plano diretor; opinar sobre a elaboração de projetos a cargo de órgãos federais que operam na região e propor ao governo federal a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução dos programas, projetos e obras como a fixação de normas para a sua elaboração.¹⁰¹

Ao evitar que os próprios conselheiros deixem as circunstâncias pessoais dos próprios Estados e departamentos ficarem acima da política horizontal da SUDENE projetada para o Nordeste, principalmente por Furtado ter reforçado o distanciamento de partidos políticos. Via o exame de tomada de decisão como meio central para entender como os conselheiros elaboraram os planos da SUDENE, sendo resumida a guiar por meio "Decision-Making is simply the act of choosing among available alternatives, about which a certain amount of uncertainty exists".¹⁰² Na segunda parte da reunião do dia 26 de abril, reitera-se a asserção de

¹⁰¹ O texto foi retirado do trabalho da Cohn, mais tarde o corpo do texto também estaria integrado a ação do Conselho com a instalação da SUDENE. COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 133.

¹⁰² Tradução: "A tomada de decisão é simplesmente o ato de escolher entre as alternativas disponíveis, sobre as

uma política construtiva, mas também num esforço de afastamento dos interesses políticos nacionais e regionais. Todavia, não deixava de existir o centro de interesse nas verbas, de maneira, a protagonizarem nas reuniões esforços dos governadores ou representantes de terem as necessidades dos seus Estados enquanto eixo prioritário.¹⁰³

A mobilização em torno das verbas representou o objeto central do interesse dos conselheiros e seus projetos específicos para receberem. Posto não apenas projetos novos, mas os que estavam em trâmite, reforçado em episódios como o tido com o representante do Estado da Bahia, Rômulo de Almeida.¹⁰⁴ A lista dos interessados partiu de Chagas Rodrigues, Governador do Piauí, ao reclamar atenção para os estudos do rio Paraíba; outro pedido na sessão vem do governador de Sergipe Luiz Garcia atenção a industrialização da soda cáustica em Sergipe; Dinarte Mariz, Governador do Rio Grande do Norte, desejava atenção ao porto. Nesse meio o papel desempenhado por Furtado se tornou fulcral responsável em mediar a ponto de apaziguar as investidas nesses episódios dentro das reuniões como a citada.¹⁰⁵ Observada num sistema maior, as decisões ainda assim operaram de modo organizado pelos interesses pessoais, vinculado ao discurso de proteção ao Nordeste num todo. No entanto, o planejamento estava alicerçado nas verbas que dependiam do Governo Federal. No caso da lei de criação da SUDENE enviada por Kubistchek, traça a relação dissidente dos políticos da bancada nordestina seja na Câmara e no Congresso, com o CODENO.

Outro episódio, dentro de uma reunião realizada em junho de 1959, atravessava inquietação do Conselho com relação ao trabalho que o mesmo desempenharia naquele momento, as reuniões seguiam sob protestos, dentre eles o de Rômulo de Almeida, ao sinalizar, "competições políticas no seio do congresso".¹⁰⁶ Uma vez que as manifestações em público do projeto de criação da lei da SUDENE passaram a orientar uma frente contrária. Percebe-se primeiro a retirada da validação da urgência de "comissões da Câmara contra regime de urgência para a SUDENE",¹⁰⁷ simbolizando uma frente de repercussão uma vez que os consideravam enquanto aliados. A proposta do Governador da Bahia Juracy Magalhães de

quais existe uma certa quantidade de incerteza". DOUGHERTY, James E. *Contending Theories Of International Relations*. Estados Unidos: Longman, 2001.

¹⁰³ ATA CODENO 2º Sessão, Recife, Delegacia Federal de Saúde da 5º Região, Recife, Abril, 1959. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6145&busca=>

¹⁰⁴ As atas sendo os registros dessas reuniões permite encarar episódios como o da ata do segundo turno do encontro do dia 26 de abril de 1959, identificando ao averiguar os governadores demonstrando os próprios interesses.

¹⁰⁵ Nos registros de Furtado pode ser notado o interesse do momento estava na formação de técnicos, por isso a vinda de técnicos da CEPAL para ajudar nessa formação através de cursos.

¹⁰⁶ ATA CODENO, Edifício Teresa Cristina, Recife, 1º Reunião, Junho, 1959. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6146&busca=>

¹⁰⁷ *Ibidem*.

movimentar o cenário envolvia ir a público deixar claro os seus posicionamentos em relação ao trabalho, no entanto, adotando ainda uma postura cautelosa.

Seguindo os registros das reuniões o apoio da sociedade civil, militares e dos Governos Federal e Estadual vislumbrava na força angariada. Todavia, o grande ponto estava na aprovação da SUDENE na Câmara. Furtado acompanhava de perto, realizando viagens frequentes ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o Conselho encontrava dificuldade ao esbarrar com a falta de aprovação encontrada nas discussões ao se reunirem, estava claro um enfrentamento político que resultava na barreira dos recursos necessários para conduzir seus planos.¹⁰⁸ A ênfase do trabalho do órgão era desempenhada por funções sejam de consultas e de pesquisa controlando os investimentos e recursos vindos do Governo Federal. A demanda de atuação controlando as atividades e recursos nos departamentos atuando no Nordeste influência na resistência dos políticos da região. No registro encontrado da ata da segunda parte da reunião de 01 de junho de 1959, os conselheiros confabularam uma atuação sem o aparato dos recursos dispostos na lei, os deixando funcionando apenas com os recursos estabelecidos pela criação do CODENO. Estava certo o fortalecimento de um cenário composto de discussões em amadurecimento, tornando o centro das discussões a atenção na aprovação da lei, sem abrir mão dos discursos do quanto as atividades fossem focadas nos próprios Estado.¹⁰⁹

Durante o ano de 1959, a lei em si estava igualmente sendo atacada, levando ao atraso de recursos. Nos registros encontrados através da atas permitem vislumbrar um processo instável. Na reunião de 02 de junho, o objetivo estava em preservar o projeto, uma vez que havia o conhecimento que a problemática são as mudanças propostas pela Câmara e Congresso. Existindo ao mesmo tempo questionamentos dentro do Conselho. Concentrada na pergunta realizada por Rômulo de Almeida, "Quero chamar atenção para um fato politicamente fundamental: poderá a SUDENE suceder bem se contrariar frontalmente o Congresso, os Govêrno, a opinião pública (interrogação)", a resposta recebida dentro do quadro de conselheiros era que eles precisavam convencer e garantir o sucesso que seria a SUDENE.¹¹⁰ No entanto, na segunda parte da reunião, se estabeleceu uma disputa das

¹⁰⁸ É importante observar que em 1959 a frequência das reuniões acabou sendo maior, analisando os outros anos as reuniões do Conselho foram reduzidas a uma vez por mês.

¹⁰⁹ Sendo o centro de discussão, Rômulo de Almeida permanecia apontando que não poderiam prejudicar o próprio Estado, seguindo nesse rumo, por defenderem essa perspectiva, Chagas Rodrigues, governador do Piauí e do representante do Estado de Alagoas, Beroaldo Maia gomes Rêgo, buscarem um tratamento especial aos trabalhos em curso.

¹¹⁰ ATA CODENO, 3º Sessão, 1º Reunião, Recife, Edifício Teresa Cristina, Junho, 1959. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6148&busca=>

bancadas para saber quem iria receber uma parte maior de recursos tendo atenção no orçamento, colocando em questão quais critérios seriam utilizados ao distribuir.

Enquanto a disputa de recursos afetava o funcionamento de um órgão ainda sem aprovação, enfrentava outras problemáticas. Dentre elas, estava a escassez de material humano, o qual estava tentando resolver com cursos da CEPAL em Pernambuco, o texto da reunião sinalizava a necessidade de técnico na composição do órgão. Além disso, a lei de irrigação em curso para a Câmara ser votada. A falta de verbas funcionou como meio de fortalecer uma série de cobranças em busca da resolução de obras que não eram do quadro de atuação do CODENO ou da SUDENE. Esse tipo de problemática era recorrente, como veremos mais à frente, a SUDENE passava a ser vista de maneira a solucionar os problemas existentes anteriormente à sua aprovação. A posição demonstrada pelos conselheiros permitiu identificar a visão dada à figura de Furtado, o seu papel desempenhado ao ser responsável pelos recursos e tendo o controle de distribuição. A resposta estava na necessidade de estudos como justificativa para saber a direção tomada dos recursos a serem aplicados e o orçamento elaborado na prática. Essa posição do Conselho colocando-se em cobrar Furtado, como observamos, até aquele momento não deteriorava a dinâmica entre eles, já que no final das reuniões existiram uma série de menções e apreciações a Furtado.

O fator do Poder Legislativo atrasar a lei permitiu avolumar uma série de apoiadores da SUDENE que se levantaram para realizar uma mobilização pública atribuindo a importância do Conselho em desempenhar a função de decidir os planos que só seriam executados mediante a liberação de recursos pela lei. Isso delimitou o nível de atuação de luta por projetos que viabilizaram áreas do chamado Nordeste Oriental. A terceira reunião extraordinária do Conselho realizada no Piauí permitiu racionalizarem a atuação na lei de irrigação. O próprio plano enfrentava ainda leis similares tramitando no Congresso, o que ecoou preocupação em relação à aprovação associada à repercussão.¹¹¹

A própria movimentação no encontro influenciou Francisco Andrade e Castro a destacar a necessidade de estudos prévios em suas mãos. Sendo as decisões realizadas de acordo com a decorrência dos eventos, para o conselheiro estava clara a necessidade da preparação prévia deles, o plano de irrigação não ter passado nas mãos de conselheiros antes de enviarem ao Congresso. A discussão daquele momento se pautou no amadurecimento do Conselho.

¹¹¹ ATA_E_S1_003_1959: Primeira Sessão, 3ª reunião, 05/08/1959, Teresina Piauí Hotel Piauí. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6151&busca=>

A existência de incerteza poderia ser vista na expectativa alimentada no ambiente de um trabalho imediatista, o qual funcionaria como prova da sua atuação. Isso permite Almeida assumir a posição de pressionar por estudos ou debates maiores, as condições não poderiam conduzir a realização de um projeto a seu ver inacabado. O cenário os forçava demonstrar que estavam ainda realizando algum trabalho, principalmente por conta da pressão pública, seja de modo unilateral, mas a priori, tendo relação com outros departamentos. A necessidade de comprovar a prática do trabalho, no entanto, existindo na incerteza e nos empecilhos criados para a aprovação da lei permitiu demonstrar uma problemática que seguiria nos anos seguintes. Tendo em vista a necessidade da tomada de decisão, a barreira encontrada pode ser identificada no estudo de Paige estava com uma execução a "execução por organizações governamentais".¹¹²

Centralizados na barreira da atuação com a falta da aprovação da lei, tendo resistência na seara do Poder Legislativo, a deslocação internamente com relação ao projeto em si. A ausência de uma frente unida internamente fez com que a elaboração de planos permitisse uma arma em proveito da oposição. Reconhecendo, neste caso, a leniência em escutar as sugestões dos conselheiros a fim de participarem. No entanto, na esfera pública coube aos governadores realizarem uma frente unida, resultando na publicação de um manifesto em agosto convocando um movimento de apoio de todos os partidos ao interesse no Nordeste único, na passagem publicada

E tanto mais fundamental colocar acima das preocupações de partidos o problema do Nordeste, quanto a sua solução pressupõe perfeito entendimento entre os governos Federal e estadual, não só no que respeita aos objetivos da política de desenvolvimento regional, como no que concerne a necessidade duma efetividade articulação no plano administrativo.¹¹³

Na reunião de setembro a impaciência alastrou aos conselheiros em decorrência do retardamento ao aprovar os recursos provenientes da lei aumentava a insatisfação com relação ao Governo Federal. Para o conselheiro Dinarte Mariz, a atenção do Governo Federal estava para todo menos no que atendia ao Nordeste; a essa altura não apenas existia disputa entre as regiões atendidas, uma abordagem também do tratamento diferente entre os Estados do Nordeste era outro ponto elucidados uma vez que nem todos ganham verbas.¹¹⁴

¹¹² PAIGE, Glenn D. On values and science: The Korean Decision Reconsidered (Review). *The American Political Science Association*, 1977, p.1603-1609. Disponível: <https://doi.org/10.2307/1961499>

¹¹³ JC_20081959_M2: O manifesto dos governadores. *Jornal do Commercio*, Recife, 20/08/1959, quinta-feira, cad: 1, p.24. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48157&busca=>

¹¹⁴ ATA_S1_003_1959. Primeira Sessão da Terceira Reunião Ordinária. Recife (sede do CODENO). Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6153&busca=>

Avaliação estendida a João Machado Rollemberg Mendonça, representante de Sergipe ao chamar atenção para seu Estado. Por outra parte, o encontro ainda é pautado no esquecimento da região em detrimento ao Centro-sul do país. É importante mencionar que quando a palavra política é evocada no entrelaçamento do debate algumas percepções são identificadas. Furtado era a figura de segurança para os governadores, em si significava a garantia do desenvolvimento. Nesse período, a disputa não estava configurada no âmbito interno, mas se encontrava no Senado como adversário da atuação do Conselho.

Essa convergência na narrativa encontrada disposta na realidade do Nordeste muda o curso, desta forma, depara com o enfrentamento, uma barreira situa-se com a figura do senador Argemiro de Figueiredo, paraibano herdeiro de uma família de latifundiários algodoeiros e pecuaristas.¹¹⁵ Assumir o papel de oposição contra a SUDENE configurou sua imagem. Nessa esfera, o senador Argemiro Figueiredo do PTB, publicou o Diário de Pernambuco em 20 de maio de 1959, seu discurso "afirmou que não participa do entusiasmo generalizado dos que vêm na OPENO a redenção do Nordeste (...) se os órgãos já existentes, com a finalidade de dar assistência à economia nordestina, estivessem desempenhando cabalmente sua missão, desnecessária seria a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste".¹¹⁶

Se em setembro de 1959 publicamente declaravam votar em apoio a aprovação da SUDENE, contestava a perda de autonomia pelo DNOCS expunha o Jornal do Commercio¹¹⁷. Dentro dos pontos particulares inclusive levaram ao atraso da aprovação da lei caracterizava na posição frente ao DNOCS mesmo sendo estabelecido um lugar dentro do Conselho. A contestação de ser submetido a SUDENE esse tipo de disputa implicava a cadeira do DNOCS dentro do Conselho. Em suas memórias Celso Furtado definia o atraso da aprovação suscitada em ser um "deste se circunscrevia a pontos particulares, relacionados com a defesa de interesses criados".¹¹⁸ A concepção da autonomia nas escolhas pelo Conselho era enxergada como uma ameaça para o poder e controle dos grupos ligados ao interesse do latifúndio. Quando se olha a sessão no início de outubro realizada na Paraíba se fez presente o movimento de estabelecer uma imagem de União entre o CODENO e o DNOCS num plano de cooperação. Em razão de atrelar a imagem de unidade, uma vez que os ataques do senador

¹¹⁵ Substituindo, a priori, Assis Chateaubriand pela UDN em 1954. Em 1962, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), evidenciou, uma luta anticomunista, contra reforma agrária e as ligas camponesas. *Ibidem*.

¹¹⁶ DP_20051959_M1: SUDENE: inútil se outros órgãos já existentes fossem atuantes, *Diário de Pernambuco*, Recife, 20/05/1959, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42126&busca=>

¹¹⁷ JC_23091959_M1: Argemiro de Figueiredo e a SUDENE, *Jornal do Commercio*, Recife, 23/09/1959, cad: 1, p.4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48205&busca=2309>

¹¹⁸ ???

Argemiro Figueiredo em favor do DNOCS e sua autonomia era visto como um constante discurso descrito como orbitando ao redor da SUDENE.

Em vista disso, enaltecer Furtado e combater internamente as divergências se mostraram uma questão frisada em toda sessão. Observa o conselheiro Juracy Magalhães para a SUDENE enquanto última esperança da população do Nordeste, por isso uma disputa de classe seria um mecanismo errôneo no momento o qual se encontrava. Além de exaltar Furtado por ocupar o papel de denominador comum entre eles, por não se influenciar por vantagens políticas e econômicas. Sendo o povo de maior interesse, Magalhães defendia a permanência do DNOCS no quadro da SUDENE contra a emenda de Figueiredo ao desejar desvincular-se.

Ainda no encontro, chamou atenção a disputa em torno de suprimir o DNOCS, responsável pela ausência do representante do departamento dentro do registro da sessão. José Cândido Pessoa não teria seu nome no registro de votação e o telegrama elaborado em resposta ao Congresso. Chegou-se ao entendimento que a sua presença nas sessões reforçava o consenso de não haver necessidade de tirá-lo. A sessão de novembro demonstrava ainda a ausência de trabalhos por falta dos recursos e da tentativa de alteração da lei pelo Congresso. A ausência de resposta desde o período de envio da lei, um período de espera de cinco meses e contando, leva a imputação do senso de insatisfação principalmente pela demora na aprovação era efeito de políticos. Neste ínterim, o único trabalho estava sendo direcionado a atender o plano emergencial criado para suprir as necessidades do momento. A posição de Furtado estava entregue entre articular uma aprovação da Lei, mas também ao elaborar estudos sobre a região. Esse tipo de posição deixava em cheque a responsabilidade desempenhada legitimou a cobrança dentro das sessões do Conselho, as respostas teriam que vir de algum lugar, e isso cabia a dificuldade em coordenar uma atuação.

A Lei da SUDENE nº 3.692 aprovada em 15 de dezembro de 1959, enviada ao Congresso e Câmara, estabelecia em trinta artigos a definição de sua atuação e o corpo. A SUDENE estava sendo criado segundo

Art 2º A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste tem por finalidades: a) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acôrdo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da

legislação em vigor; d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.¹¹⁹

O processo de aprovação da lei traduziu o marco de esperança na população uma vez que seguiu durante o Nordeste manifestações de apoio para a sua aprovação sem as alterações propostas pelo senador. Dentro dos Estados nordestinos demonstraram apoio por diversas classes, no Ceará repercutiu um manifesto de ordem e apoio ao novo órgão por trabalhadores e estudantes. No Recife houve protestos com várias classes e fechamento do comércio. O entendimento da importância imputado ao empreendimento estava claro, mas ainda existiam barreiras, o qual a ocupação de Furtado ao cargo de superintendente, mesmo apoiado pelo Presidente da República e pelo Conselho na última reunião daquele ano.

As contribuições a partir da trajetória de Celso Furtado permitem referenciar ao lugar de poder por meio da política que estava cerceado por mecanismos impostos por políticos tradicionais. Sendo uma diluição de forças da região que precisava ser combatida. Marcado pelo processo de modernização que o mundo encontrava há algum tempo, o Nordeste atravessa a linha do desenvolvimento a fim da mudança.

¹¹⁹ A Lei da SUDENE. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 16/12/1959, p.26185 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil, 1959, p.44. Disponível:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13692.htm#:~:text=LEI%20No%203.692%2C%20DE,Nordeste%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

2. A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA PARA O NORDESTE: A SUDENE

Essa pesquisa se envereda pela discussão de desenvolvimento a partir da dinâmica da História Política. Após a aprovação da SUDENE a expectativa estava centrada na realização dos planos discutidos ao longo de 1959, de maneira imediata. No entanto, seu funcionamento ainda precisava superar as barreiras políticas encontradas, dentre elas os vetos dos políticos. Dos significativos estava na escolha de Furtado ao cargo de superintendente e a tentativa de modificação do texto do I Plano Diretor. Não menos, internamente, houveram os debates de enfrentamento dos próprios conselheiros em relação a distribuição de verbas, atenção do órgão aos seus Estados e exigências de maior autonomia nas reuniões do Conselho.

Localizado ainda em um cenário de incerteza, o desenvolvimento continuou sendo a chave para a transformação defendida por Furtado. Desta forma, situando teoricamente o desenvolvimento a fim de construir a perspectiva da estrutura do órgão em seu trabalho. Sendo a ação política formulações de barreira. Construir conhecimento acerca da sua estrutura teórica, para formar a análise do conteúdo, tem nos indicadores do Estado e Política o seio das relações e seus discursos se mostram fundamentais.

2.1. AS FACETAS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

Para Miriam Limoeiro "conhecer é descrever para reencontrar".¹²⁰ Sendo a teoria do desenvolvimento base para investigar o problema do subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro, pode ser visto como um processo de ordem universal. Considerar o ponto de vista econômico foi a garantia de crescimento através de bens e serviços por um tempo colocados à disposição de alguns setores da sociedade alcançado a partir da tecnologia. No entanto, especificamente, tomando conhecimento de tal na qualidade de uma ideologia dominante permite enxergarmos como componente da estrutura social por meio do alicerce econômico e da mediação das classes sociais.¹²¹

Sendo a obra de Keynes fundamental para os estudos de Furtado, encontramos no seu o modelo de teoria econômica geral a contribuição do exame de valorização do Estado ao exercer o papel fundamental da política econômica de sustentação com relação ao

¹²⁰ CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento* - Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.16.

¹²¹ FREIRE, S. de M., & BECHER, M. N. (2013). Entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso: A ideologia persistente do desenvolvimento. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, 11(31). Disponível: <https://doi.org/10.12957/rep.2013.7567>

capitalismo.¹²² O modelo keynesiano utilizado por Furtado fez parte de uma adaptação para a realidade da América Latina, dentro do estruturalismo no trabalho realizado pela CEPAL.¹²³ No que tange ao Estado para Keynes, é preciso ressaltar a sua função de operador no setor público, além de realizar uma mediação com a iniciativa privada.¹²⁴ A influência do autor se mostrava clara no quesito da perspectiva criada por Furtado, com o Estado exercendo a postura de ação reguladora.

Não é possível analisar o desenvolvimento apenas num viés econômico, uma vez que a dinâmica das mudanças sociais se mostram mais importantes para o estudo. Dentro deles o do próprio Furtado acabaria sendo reducionista ao se pautar sob o mesmo aspecto.¹²⁵ O pensamento dele perdurava desde 1953, o qual argumentou ao escrever:

O desenvolvimento econômico é essencialmente um fenômeno histórico. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhe são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas, singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento.¹²⁶

Ao observar o desenvolvimento também como uma configuração de um processo social possuindo características em sua estrutura de caráter econômico, as quais permitem conceber linhas na sociedade. Na condição do processo de desenvolvimento, cada um funciona sob ótica característica em determinados cenários históricos. Tendo partes nas esferas social, econômica e das especificidades do seu espaço dentro do processo histórico em sua instrumentalização para fora, sendo o mercado externo administrado no território nacional. A existência do Estado de caráter forte e moderno facilita a atuação da política de desenvolvimento nos espaços.¹²⁷

¹²² BENAYON, Adriano. *Globalização versus desenvolvimento: o jogo das empresas transnacionais - ETNs - e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros - IDEs*. Brasília: LGE, 1998.

¹²³ A obra de Furtado *Formação Econômica do Brasil* lançada em 1959 ilustra a aplicação da sua abordagem para o modelo de Keynes, em relação ao estudo da realidade histórica do Brasil a partir de uma dinâmica macroeconômica. Ver: CARVALHO, Fernando J. Cardim de. *Keynes e o Brasil. Economia e Sociedade*, Campinas, 2008, p.569-574. Disponível: <https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-17-numero-especial-dez-2008>

¹²⁴ MENDES, Leilane Riedmiller. Notas sobre teoria econômica e estado em Keynes e o estado de bem-estar social. *Rev. de C. Sociais*, Fortaleza, 1991, p.171-181. Disponível: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9440>

¹²⁵ FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

¹²⁶ FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.225-226.

¹²⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Na estrutura de países subdesenvolvidos, no caso brasileiro dentro do quadro da América Latina. Justamente o desenvolvimento, por exercer a posição de objetivo máximo ao permitir a ideia de crescimento econômico de modo acelerado por via da intensificação no processo de produção proporcionada pelo Estado dentro da dinâmica do sistema capitalista.¹²⁸ Sendo assim, ao utilizar o modelo keynesiano no Brasil, segue a sua identificação devido ao atraso por conta da necessidade imprescindível de que seja implantado uma política econômica no Brasil, a qual resultaria na regulamentação de uma economia¹²⁹. Ou seja, cabe aos governos nacionais formularem políticas planejadas em direção do crescimento proporcionando políticas de atuação capazes de reverter esse quadro e garantindo a superação do atraso.

a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.¹³⁰

Em países periféricos o dinamismo era a chave para haver o desenvolvimento. Em alguns comentários feitos por Mantega sintetizam a lógica de atuação, através da influência da CEPAL, dentro do viés de desenvolvimento adotado por Furtado. Em seus trabalhos, o qual a autonomia nacionalista afastava do quadro de dependência dentro da divisão internacional do trabalho.¹³¹ No caso do Brasil, essa lógica de ação foi adotada desde a década de 1930 no Governo Vargas, mas vemos sua forma mais profunda no Governo Kubitschek.¹³² Numa perspectiva otimista, para a realidade nacional, o desenvolvimento se caracterizou pela intenção de funcionar de modo autônomo e autossuficiente, tendo sua meta o funcionamento mais dinâmico possível na produção.¹³³

¹²⁸ FONSECA, Pedro César Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. Em: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; Fonseca, Pedro Cezar Dutra (Org.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

¹²⁹ VIEIRA, R. M. Entrevista com Celso Furtado. *História Oral*, 2009. Disponível: <https://doi.org/10.51880/ho.v7i0.74>

¹³⁰ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.7.

¹³¹ MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹³² Ver mais sobre o período: LIMA, Marcos Costa (Org.). *Os boêmios cívicos: a assessoria econômica - política de Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.

¹³³ Ao se tratar do desenvolvimento autônomo se tem em mente a necessidade de possuir uma poupança interna, a qual providenciava o fortalecimento das importações de bens de consumo.

O viés de atuação se deu pela substituição de importações precedida nas décadas de 1950 e 1960,¹³⁴ o qual aprofundou uma nova etapa de otimismo quando seu processo precisou a curto prazo da associação com o capital estrangeiro para funcionar. O objetivo estava direcionado ao crescimento econômico, o qual se correlaciona às políticas econômicas através de uma ação integral do Estado associado ao funcionamento do sistema capitalista.

2.1.1. ESTADO & POLÍTICA

Relação preponderante em torno do microcosmo da SUDENE as noções de Política e Estado possuem uniformidade ao fenômeno de poder. A concepção de política se situa em múltiplos espaços, sejam eles culturais e econômicos, influenciando desta forma em torno da instituição. No universo da SUDENE o fenômeno do poder associa-se a sistemas representados como "democracia", "politicagem" e "oligarquias".¹³⁵

À vista disso, utilizamos a concepção de Estado, de acordo com a perspectiva de funcionamento enquanto "órgão do poder coativo",¹³⁶ interpretado por Norberto Bobbio. Desempenhando o papel de setor público responsável em realizar o desenvolvimento econômico associado a garantia de segurança nacional.¹³⁷

Se debruçando na investigação sobre Estado por Bobbio, permitiu formar o argumento da democracia ser o representante das sociedades capitalistas de forma limitada, mas tendo a sua participação desenhada na classe trabalhadora. Diante disso, o Estado democrático mesmo sendo burguês funciona a partir das implicações determinadas pelas instituições sociais. Segundo Carnoy, na obra de Bobbio encontra-se a percepção do

Estado não é apenas um campo de batalha para a luta de classes, mas o campo de batalha importantíssimo; o pré-requisito necessário à emancipação humana é ganhar e ampliar direitos políticos dentro do Estado e através dele, usando o seu poder para estender a democracia daí para as outras instituições.¹³⁸

¹³⁴ Essa dinâmica funciona através da escala de bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital.

¹³⁵ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. Fragmentos de um dicionário político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p.100.

¹³⁶ *Ibid.*, p.41.

¹³⁷ Essa lógica de garantia de segurança parte do reflexo da presença da ideologia propagada pelos Estados Unidos na Guerra Fria, através do combate do vislumbre da ameaça comunista. No Brasil as Ligas Camponesas emergem, como citado no Capítulo 1, ao ilustrar o receio da expansão comunista pintado como ponto de instabilidade e insegurança no seio das sociedades capitalistas.

¹³⁸ CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1988, p.207.

A interpretação de Gramsci sobre o Estado contribui para o papel de controle administrado pela classe dominante, "O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ela governa".¹³⁹

No caso da interpretação encontrada na obra de Rémond a marca da História Política pode ser vista de forma não linear ou contínua, mas de um tempo instável, ou seja, não sendo determinado. Por isso, afirmou, ser "O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social".¹⁴⁰ A construção da perspectiva dos fenômenos políticos, ao serem estudados, não estavam subordinados ao tempo ou presos à ideia de mudança de acordo com as características políticas próprias de seu tempo. A ênfase estava na percepção da realidade acontecer pela História, ou seja, funcionar enquanto tal. Dissonante do movimento de 1968, o qual exacerba a utilização do conceito de poder no estudo sobre o político, o qual passa de uma construção de viés positivista para o questionamento da Nação e o Estado. Nesse processo de mudança, novos caminhos atravessam um quadro maior de correlações.

No caso do estudo sobre o cenário brasileiro, o Estado centraliza a temática do processo de acumulação industrial ao desempenhar o papel de negociador nas inserções do capital nacional e internacional. Nessa lógica, existe a sua relação com as oligarquias regionais. Na relação, analisada por Fiori, o Estado desenvolvimentista surge na posição de oposição às oligarquias ao defender "uma centralização de poder considerada indispensável para a unificação e organização da sociedade e da economia brasileira".¹⁴¹ A revolução de 1930 trouxe ao Estado Novo a caracterização do movimento de cortar a dinâmica desses polos. Ao acompanhar a defesa da ideia de romper o controle de classes políticas tradicionais, demonstravam a deterioração desse cerne ao enfrentá-los pelo interesse regional de modo distinto.

A heterogeneidade do cenário de tensão se intensificou entre 1945 a 1964, o qual neutralizou os reformistas de realizar obras de caráter moderno e perda dos votos. Em 1950 as forças políticas urbanas em conjunto as regiões mais atrasadas se mobilizaram. Pode ser enxergado no movimento na região Nordeste despontado levou a intensificação das tensões para a administração do Estado desenvolvimentista.

¹³⁹ GRAMSCI, Antônio. *Selections from Prison Notebooks*. New York: International Publishers. p.244.

¹⁴⁰ RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.35-36.

¹⁴¹ FIORI, José Luís. O nó cego do desenvolvimento brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*, 1994, p.125-124. Disponível: <https://novosestudos.com.br/produto/edicao-40/#59154c72ab01e>

Nos dois lados da moeda, o Estado acaba sucumbindo entre correr de um lado ou para o outro. Em contrapartida, se mantinha seguindo uma postura liberal por conta do jogo político parlamentar levando o atraso de qualquer processo de mudança e transformação capitalista no país. Em busca de maior clareza Furtado explica o plano de "democratização" do Estado ao seguir os passos de um modelo liberal,

O problema não é, (...) de dar à máquina do Estado uma organização democrática. Já hoje ninguém tem dúvida de qualquer sociedade, ao nível da técnica atual, necessita apoiar-se em complexos aparelhos burocráticos para alcançar os objetivos do próprio desenvolvimento. Do fato de que a sociedade, ao eliminar as classes com interesses antagônicos, haja reduzido a área de conflito, ou haja eliminado dessa área problemas fundamentais como são aqueles relacionados com o processo de formação de capital e de distribuição de renda, não se deduz necessariamente que bastará organizar democraticamente a população para que estes problemas sejam colocados em tela de juízo com a consciência de sua importância.¹⁴²

E quando se trata dos políticos tradicionais, em outra obra Furtado reacendeu a discussão por meio da percepção,

O fato de que o Parlamento não capacite a administração para coletar impostos de que necessita e ao mesmo tempo amplie os gastos do governo em função do desenvolvimento, traduz claramente a grande contradição que existe presentemente na vida política nacional. Existe a clara consciência de que o desenvolvimento deve ser postulado como objetivo supremo de toda a política econômica, e por isso se votam as verbas e os planos de obras. Mas como o Parlamento representa apenas uma fração da opinião pública - aquela economicamente mais bem armada para vencer nas eleições, dentro do sistema eleitoral vigente-, o investimento público é financiado não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com o sacrifício daqueles que não tem acesso a estes frutos.¹⁴³

De toda a instabilidade na estrutura, o Estado não era a única força da administração pública a ser angariada. Sendo identificado enquanto reformador do Estado, Furtado, categoria a qual o próprio se identifica, acabou se convertendo nas definições dentro da sociedade possíveis de realizar uma interpretação do mundo. Socialmente desvinculado das classes, o seu papel em sociedade parte na dinâmica enquanto técnico.¹⁴⁴ Nessa categoria se observa a disposição ele se sobrepôr às determinações sociais facilitando o seu deslocamento, o qual atua por meio da corrente de pensamento através de um "plano de racionalidade mais

¹⁴² FURTADO, Celso. *A dialética do desenvolvimento*. Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964, p.51-52.

¹⁴³ FURTADO, Celso. *A Pré-revolução brasileira*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962, p.43.

¹⁴⁴ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. Em: MARTINS, J. S. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.

elevado"¹⁴⁵ e enxergar mais longe do que "as lealdades de grupos e as vinculações de cultura permitiam".¹⁴⁶ De acordo com Vieira, o movimento dos trabalhadores em busca do desenvolvimento não era o único em atuação, já que a categoria dos empresários industriais junto a classe política tradicional e os setores agrários não conseguiam reverter o quadro de modo individual. Em suma, o Estado exerceria a esponsabilidade de extinguir o subdesenvolvimento em conjunto com outros setores da sociedade civilendo assim, as soluções tinham como pressuposto para esse quadro vicioso do subdesenvolvimento tinha como pressuposto o papel do Estado interventor de modo a sanar os problemas do desenvolvimento político.

2.2. O CARGO MAIS DISPUTADO DO NORDESTE: SUPERINTENDENTE DA SUDENE

O desenvolvimento é uma questão política. Essa afirmação precede o modo de atuação que a SUDENE buscava produzir. Um amplo efeito de operação planejada na execução de obras e serviços de forma direta, mas não funcionaria sem a possibilidade da atuação de caráter político. De certo, o apoio popular alcançou força para pressionar a lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959.¹⁴⁷ Na condução da esfera política, o qual se encontrava nos arranjos de interesses da classe.

Os jornais acabaram sendo veículos influentes ao desempenharem o papel de interlocutor de discursos produzidos por políticos, acentuando tensões e acertos encontrados nas dinâmicas. Na aprovação da lei circulou no *Jornal do Commercio* a ideia de um novo momento pelo então Prefeito de Olinda, Barreto Guimarães (1959-1962) em declaração, "A unidade política nacional não estará mais ameaçada e está região do país haverá de ter condições para sair do pauperismo e da miséria em que vive".¹⁴⁸

Visto ao mesmo tempo num clima de esperança e de tensão um artigo de autor anônimo do mesmo jornal foi publicado com o título *Política, a ameaça de sempre*¹⁴⁹

¹⁴⁵ VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. Santo André: EDUCAFABC, 2019, p.192.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p.192.

¹⁴⁷ CARVALHO, José Otamar de. *Desenvolvimento regional: um problema político*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

¹⁴⁸ JC_16121959_M3: Aprovação da SUDENE veio salvar a unidade nacional já então muito ameaçada. *Jornal do Commercio*, Recife, 16/12/1959. Cad: 1, p.20. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48353&busca=16>

¹⁴⁹ JC_20121959_M2: Política, a ameaça de sempre. *Jornal do Commercio*, Recife, 20/12/1959, Cad: 1, p.64. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48360&busca=>

estampava a insegurança e descrença com essa nova ação. É, portanto, indispensável levar a conhecimento de uma crise regional tendo força para tomar proporção nacional, não podendo ser mascarada. As Ligas Camponesas são uma das marcas do processo. Como também faz parte do interesse político, situado em um período de modernização, o esforço de um lado poderia existir, no entanto, o controle do novo órgão movia conflito no início da SUDENE.

Sinteticamente, se o plano continuasse necessitavam que fosse imbricada na idealização inicial. Ao reforçar uma mudança no controle nesse paradigma acaba encarando o registro da cultura clientelista na dinâmica política regional. A respeito ao agrupamento político do Nordeste há ramificações clara entre direita e esquerda os orientando ideologicamente, em sua maior parte provinha de famílias de classes ricas do interior dos Estados, indica um perfil de famílias com larga tradição de vida parlamentar.

No perfil, a maioria tem formação em direito, mas também exerce função de empresários. Em sua trajetória política é conduzida em escala de administração ascendendo dos governos municipais aos estaduais alcançando um lugar no Poder Executivo. Destacando sua experiência no seio da vida política e parlamentar, os projetos de interesse da época dispunham das suas presenças, destaca Messenberg a rotatividade desses políticos uma vez que não ocupavam os cargos de modo linear. Dentro desse perfil os projetos de maior envergadura andavam em torno da temática de desenvolvimento regional, passando a ser visto à medida de que área de maior atenção e interesse.¹⁵⁰

Até o final do ano de 1959, Furtado assumiu a frente da nova política, imputado por Kubistchek. O estabelecimento dele no cargo de maior poder dentro do órgão, o de superintendente, poderia ser visto como o elemento de maior certeza. A aprovação da lei ganhou holofote no mesmo dia pela repercussão em torno do nome para assumir a SUDENE. Num primeiro momento ecoava o nome do ex-senador pernambucano do PSD Apolônio Sales. O *Diário de Pernambuco* publicou, *SUDENE: Sanção hoje: Apolônio para o Comando*.¹⁵¹ O nome considerado natural era o de Furtado, então a divergência de nomes demonstrava oposição dos políticos em torno de quem controlaria.

Em entrevista, Sales desmentiu que houvesse recebido qualquer convite ao cargo corroborando a informação do secretário de imprensa do Catete Autran Dourado em declaração, "Entretanto, posso informar, com segurança, que não houve pedido de demissão

¹⁵⁰ Eles sempre estavam nas duas casas Câmara, dos deputados e o Senado Federal. Merece destaque o trabalho de MESSENERG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 2008, p.17-28. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100003>

¹⁵¹ DP_15121959_M1: SUDENE: sanção hoje: Apolônio para o comando. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15/12/1959, Cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42364&busca=15>

do Sr. Celso Furtado e, pelo menos, nada disso chegou ao meu conhecimento".¹⁵² No final da entrevista, Guimarães salientava: "Pôde notar, entretanto, uma tendência favorável nos círculos políticos governamentais do país ao nome do ex-senador para substituir o snr. Celso Furtado"¹⁵³ mesmo afirmando desconhecer. Esse período de aprovação não levantou um agrupamento político contra Furtado, neste caso, indica de maneira consciente o interesse de controle pelos políticos. A relação midiática entre dezembro e janeiro pautou esse debate continuamente, no entanto é segmentado pela garantia do cargo.

O nome de Sales surgiu também em uma publicação do *Diário de Pernambuco*, posterior a aprovação como porta de sanção da lei. Arrematando um papel de destaque a Furtado, as circunstâncias revelavam ser do interesse dos próprios governadores a ocupação do mesmo ao cargo. Defesa essa elaborada por Sampaio ao responder com afirmação concisa ao questionamento quanto a posição adotada pelos governadores,¹⁵⁴

não acredito que o presidente da República faça uma coisa desta. Seria demonstrar intenção deliberada de, mais uma vez, aproveitar-se do Nordeste, transformando em instituição política um organismo que teve suas origens num apêlo desesperado dos nordestinos, em face de uma situação de pobreza e miséria alarmantes. Estou certo que nem o presidente fará nem os nordestinos suportarão tal afronta.¹⁵⁵

De acordo com declarações dadas pelos deputados aos jornais reunidas, o apoio à ida de Sales foi intensificado, nomes como Felipe Coelho da UDN Pernambuco, ao afirmar, "SUDENE deve ficar acima da política e dos políticos, servindo à finalidade para que foi criada".¹⁵⁶ Segundo o levantamento de informações daquele período com outros entrevistados houve uma validação sobre a preferência por Sales. Deixando sua opinião pública, os jornais citavam Drayton Neijam do PSP Pernambuco, o qual reforçou o nome de Sales ao defender a posição ser ocupada por um homem da região. Ao justificar João Marques de Sá do PSD Pernambuco, semelhante ao desejo de fuga de uma atuação política partidária na atuação da SUDENE, há preferência por Sales.¹⁵⁷

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ JC_16121959_M3: Aprovação da SUDENE veio salvar a unidade nacional já então muito ameaçada, *Jornal do Commercio*, Recife, 16/12/1959, Cad:1, p.20. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48353&busca=16>

¹⁵⁴ JC_17121959_M1: Deve ficar na SUDENE o Snr Celso Furtado. *Jornal do Commercio*, Recife, 17/12/1959, Cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48354&busca=17>

¹⁵⁵ DP_18121959_M1: Governador e deputados opinam sobre a direção da SUDENE, *Diário de Pernambuco*, Recife, 18/12/1959, Cad:1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42369&busca=1812>

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ *Ibidem*. Outros citados ao apoio a Sales: Nivaldo Machado do PR, Rui Alves do PR, Luiz de França PTB, Francisco Heráclito PSD, José Seixas PTB, Miguel Mendonça suplente de Augusto Lucena do PSP, Fábio

Segundo Argemiro Pereira do PTB, a sua manifestação a favor de Sales tem a ver com a “SUDENE deve ser um órgão longe dos partidos políticos, visando apenas ao surgimento do Nordeste”.¹⁵⁸ Do lado de Furtado, o apoio se deu pelo deputado do PSB Carlos Luis de Andrade ao ressaltar a experiência técnica. A postura adotada pelos parlamentares do Nordeste orientava o comportamento pré-estabelecido de quem assumiria. Não se pode enxergar nesse episódio o fator decisivo de escolha, mas permitiu deixar a mostra a face das relações políticas para determinar quem responderia melhor aos interesses. A participação política na escolha acaba sendo ínfimo já que era o Presidente responsável pela escolha. Ainda assim, existe a percepção dos nomes sugeridos reforça o caráter clientelista dentro da dinâmica dos políticos do Nordeste. Mesmo havendo o discurso do órgão não ser voltado a uma política partidária, acaba nessa situação em defesa do nome de Sales seja torneado a uma associação a questão política por permitir um controle dentro dos recursos e ações voltadas em sua atuação. Apenas de conseguir responder questões como que Nordeste é esse, saber como resolver a questão de certo modo, Furtado não surgia para a Câmara enquanto um nome propício.

O cenário inflamado acabou sendo instigado pelo artigo do jornalista Aníbal Fernandes, no meio e final do ano de 1959, ao *Diário de Pernambuco*, deixando claro o nome de Sales possuía serventia numa atuação política partidária. Essa perspectiva reforçava nesta situação o combate do trabalho cair nas mãos de um correligionário.¹⁵⁹ O caso da SUDENE, atribuído pelo *Diário de Pernambuco*, acabou exercendo pressão sobre a possível nomeação de Furtado, o próprio esperava em Fortaleza assim retornando a Recife declarava à imprensa.¹⁶⁰ A superação da escolha de um candidato estava atrelado à "facção"¹⁶¹ destaca a carência da população nordestina ao comprarem uma filosofia e uma mentalidade heróica.¹⁶² Outro nome ecoado se referia ao deputado federal do PSD de Pernambuco João Roma, o desejo da bancada do partido faziam pressão ao Presidente, o qual acabava exercendo o

Corrêa do PSD, Miguel Santos do PSD, Osvaldo Coelho PSD, Antonio Luis Filho PDC, Ferreira Lima Filho PTB e Francisco Falcão PTB.

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ DP_18121959_M2: Celso Furtado na SUDENE, *Diário de Pernambuco*, 18/12/1959, Recife, Cad: 1, p.4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42370&busca=1812>; DP_27121959_M1: A SUDENE fora da política, *Diário de Pernambuco*, Recife, 27/12/1959, Cad:1, p.4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42377&busca=2712>

¹⁶⁰ DP_2011959_M1: Unificação de órgãos públicos do nordeste, *Diário de Pernambuco*, Recife, 20/11/1959, Cad:1, p.4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42327&busca=2011>

¹⁶¹ JC_20121959_M2: Política, a ameaça de sempre, *Jornal do Commercio*, Recife, 20/12/1959, Cad: 1, p.64. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48360&busca=2012>

¹⁶² DP_25121959_M1: O caso da SUDENE, *Diário de Pernambuco*, Recife, 25/12/1959, Cad: 1, p.4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42376&busca=2512>

movimento ao nomear para a posição de representante do Banco do Nordeste no quadro do Conselho da SUDENE.¹⁶³

A tática era manter, naquele período, os deputados mais satisfeitos possível, ao passo de favorecerem outros setores em apoio a escolha de Furtado. Na véspera do Natal de 1959 o *Diário de Pernambuco* em publicação dava como acertada a nomeação de Furtado, o entrave se encontrava no seio dos deputados do PSD, o receio era o de colocar também um técnico no comando de um mecanismo de grande poder. O desejo estava em que se tornasse um político, os dando uma posição de privilégio em detrimento a da UDN dentro do Conselho. Uma vez que no Conselho a maioria dos governadores eram do partido. Por fim, a nomeação, com a compensação de Roma¹⁶⁴ ocorreu em janeiro do ano seguinte. A campanha no início da década tocava a respeito do *Correio da Manhã* explorava Furtado na qualidade de candidato mais "natural" utilizado.¹⁶⁵

Realizada em 8 de janeiro de 1960 a cobertura dada pelos periódicos à nomeação de Furtado.¹⁶⁶ Logo após a repercussão cedeu ao *Jornal do Commercio* o deputado Gileno de Carli do PSD declarou um desapontamento com relação a Kubitschek. O deputado dispunha de um acordo de não deixar seguir em frente o abaixo assinado por ele feito para aprovação da emenda de Argemiro Figueiredo em troca não seria Furtado a ocupar o cargo. O partido acabou recebendo igualmente a Roma, a nomeação de Samuel Duarte ao Conselho como lugar de apoio e representante do ministério do trabalho.¹⁶⁷ Na ocasião, Ormeu Fontenelle publicou *Flashes da SUDENE no Palácio das Laranjeiras*,¹⁶⁸ fugindo da necessidade de descrever a aprovação da lei ou os quinze minutos do discurso de Kubitschek. A questão de

¹⁶³ JC_22121959_M1: João Roma na SUDENE, *Jornal do Commercio*, Recife, 22/12/1959, Cad:1, p.24. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48361&busca=2212>

¹⁶⁴ JC_30121959_M1: Celso Furtado irá, de fato, para a SUDENE, *Jornal do Commercio*, Recife, 30/12/1959, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48364&busca=3012>

¹⁶⁵ DP_07011960_M1: Celso Furtado é o candidato mais "natural", *Diário de Pernambuco*, Recife, 07/01/1960, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42396&busca=0701>

¹⁶⁶ JC_09011960_M1: Celso Furtado foi nomeado para a SUDENE, *Jornal do Commercio*, Recife, 09/01/1960, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48373&busca=0901>

¹⁶⁷ JC_10011960_M1: Repercutindo a escolha de Celso Furtado, *Jornal do Commercio*, Recife, 10/01/1960, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48374&busca=1001>; JC_10011960_M2: Nomeação de Celso Furtado vivamente aplaudido o ato do Pres. Kubitschek, *Jornal do Commercio*, Recife, 10/01/1960, Cad:1, p.4. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48375&busca=1001>; JC_13011960_M1: Celso Furtado e a "Sudene", *Jornal do Commercio*, Recife, 13/01/1960, Cad:1, p.8. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48381&busca=1301>; JC_13011960_M3: Aplausos ao presidente pela nomeação do diretor executivo da Sudene, *Jornal do Commercio*, Recife, 13/01/1960, Cad:1, p.20. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48383&busca=1301>

¹⁶⁸ JC_17121959_M2: Flashes da SUDENE no Palácio das Laranjeiras, *Jornal do Commercio*, Recife, 17/12/1959, Cad:1, p.4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48355&busca=1712>

"quem seria o diretor-executivo da SUDENE"¹⁶⁹ permanecia sendo uma sombra, a qual definiu um ambiente descrito como fúnebre para uma parte uma parte enquanto Kubitschek destilava alegria. Notas igualmente publicadas por Telhas de Freitas, defendeu em publicação no mesmo jornal, a imprescindível necessidade de Furtado na posição.¹⁷⁰ Garantiam a coesão do projeto, no entanto, o desafio estava na nomeação de Furtado. Nos registros de memórias do mesmo estava presente do próprio empenhos, ao declarar,

Eu me havia empenhado na luta para modificar a política do governo federal no Nordeste, com o ardor de quem atende a um chamado do destino. Aceitei todos os sacrifícios e assumir todos os riscos. Metamorfoseara-me em homem orquestra, trabalhando nos aviões, nos hotéis e nos acampamentos.¹⁷¹

Após encontro com Kubitschek, escreveu que lhe foi dito que a aprovação da lei ocorreu por meio da garantia de deter a nomeação dele. Não acontecendo, no mesmo encontro segundo os registros pessoais foi declarado sua nomeação, "Dei a entender que não nomearia você. Só assim eles aprovaram. Mas já está nomeado prepare-se para tomar posse".¹⁷² Dissonante ao apreço popular, uma maioria de políticos nordestinos em si foi contrário. Segundo a perspectiva elaborada por Furtado, foi importante observar nessa situação os políticos fora do Nordeste propuseram enxergarem a importância da mensagem passada com o novo órgão em conjunto com o apoio e estima adquiridos frente ao Presidente da República.

No entremeio dessas visões em disputas, Furtado assumiu o cargo em 8 de janeiro de 1960 no gabinete do ministro da justiça Armando Falcão, no Rio de Janeiro. Se encontra no registro do seu discurso a perspectiva estava em fomentar o apreço e ideologia da nova política através do trabalho que iriam desempenhar.

O apoio de Kubitschek, sendo mais uma vez citado como um dos seus maiores aliados, justificava os "programas que mereceram ao Exmo. Sr. Presidente Kubitschek o qualificativo de meta especial de seu governo"¹⁷³ interessava deixar claro a corroboração da frente unida entre ambos. No decorrer da análise crítica do discurso o teor otimismo fez parte central, o que observa-se em pontos tais como:

Estamos em face de um problema cuja complexa solução exige, acima de tudo, visão de conjunto, profundidade de perspectiva. A lei

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ JC_17121959_M3: Nordestinos vão lutar para manter apartidária luta pelo desenvolvimento, *Jornal do Commercio*, Recife, 17/12/1959, Cad:1, p.20. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48356&busca=1712>

¹⁷¹ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 272-273.

¹⁷² *Ibid.*, p. 273.

¹⁷³ Discurso de posse na SUDENE (1960). FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009, p.165-170.

que criou a Sudene e que marcará definitivamente o governo do Presidente Kubitschek no Nordeste foi concebida para permitir essa ação conjunta.¹⁷⁴

De partida o problema passou de uma constante, por isso o discurso bandeou para fomentar a aliança do novo trabalho:

No plano político, a lei da Sudene veio permitir uma integração dos governos federal e estaduais na promoção do desenvolvimento regional. Essa reforma política é de significação, pois o problema do desenvolvimento do Nordeste e menos de formulação de planos tecnicamente aceitáveis do que de acertado e oportuno encaminhamento político das soluções.¹⁷⁵

Avançando numa estratégia de convencerem a partir da resposta de uma "designação políticas públicas".¹⁷⁶ As decisões governamentais foram administradas pelo núcleo do CODENO¹⁷⁷ com o poder de decisão final do Presidente e do Congresso, sendo estabelecida uma hierarquia. "Os investimentos federais, na região, deverão ser, agora, submetidos aos mesmos critérios de essencialidade, critérios esses consubstanciados em um plano diretor a ser apresentado pelo Sr. Presidente da República ao Parlamento Nacional".¹⁷⁸ Nesse caso, a criação da lei se avolumou com a criação do Plano Diretor, "um mecanismo de entendimento à base da discussão aberta e do confronto de critérios".¹⁷⁹

Antes, havia uma dinâmica de dependência importante a ser ilustrada dentro dessa ação, no contexto. O afastamento da luta partidária chama atenção dentro do discurso, pois estavam avisando sobre o novo papel do Estado em território nacional e regional. Na esteira desse debate o Estado sob o governo de Kubitschek experienciou o movimento de centralização. Oriundo das determinações do capitalismo, o qual funcionava pela busca da riqueza nacional através da produção. Em ponto mais claro, iniciado ao enxergar o Estado

¹⁷⁴ *Ibid.*, p.165-166.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p.166.

¹⁷⁶ FALCON, Francisco. História E Poder. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁷⁷ O Conselho mantinha com os governadores dos Estados Nordeste e de Minas Gerais, as instituições BNDE, Estado Maior das Forças Armadas, os Ministérios da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Saúde, Educação, a CVSF, DNOCS, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, BNB, além dos técnicos da SUDENE, secretário e o superintendente. LIMA, Marcos Costa. O Conselho deliberativo da SUDENE (1959-1964). Em: FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

¹⁷⁸ Discurso de posse na SUDENE (1960) p.165-170. FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009, p.167.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p.166.

enquanto produtor de mais-valia para centralizar o capital na produção nacional, então a SUDENE desempenhou o papel de refletir esse movimento.¹⁸⁰

Assim, possuindo o reforço do Estado, como citado acima, ao desempenhar o comando da política de desenvolvimento regional. Desta forma, existia a abertura de portas para a continuação de uma expansão de modo consciente. A fim de permitir traçar os pontos do discurso de Furtado, a afirmação chave estava no sucesso de uma empreitada ao trabalho bem elaborado. No entanto, ressalta a falta de instrumentalização atualizada ao novo momento. Ao perceber a construção de uma reforma política vinculada a uma política de desenvolvimento e o novo órgão, afirmou Furtado, "A criação da SUDENE visa a dar ao governo essa funcionalidade como promotor do desenvolvimento".¹⁸¹ Por fim, existiam muitas promessas e arranjos os quais esbarravam nas necessidades estruturais, a falta de técnicos era o centro delas.

Em 10 de janeiro de 1960 o *Diário de Pernambuco* estampou três editoriais dedicadas à nomeação. Esses três editoriais demonstram que a falta da imprensa na nomeação não fez diferença na repercussão. Sendo ela positiva dentro de vários círculos encontravam-se aliados e opositores abraçando os discursos otimistas. Assumindo a percepção de não se ter enriquecimento tal como órgãos vinculados a atuações direcionadas às secas. Contrários, identifica-se o mapeamento dentro do discurso do deputado cearense da UDN Virgílio Távora ao declarar ao Meridional, repercutido pelo *Diário de Pernambuco*

com a nomeação do sr. Celso Furtado para a superintendência da SUDENE o Nordeste está de parabéns, pois o Presidente da República soube reagir às pressões e preservou a SUDENE da política. Não podemos, apesar de oposicionistas, negar o nosso aplauso ao ato do sr. Juscelino Kubitschek.¹⁸²

Cabe botar em evidência a fala do deputado federal do PTB, o piauiense Clidenor Freitas, "Inegavelmente, o sr. Celso Furtado está à altura do posto que lhe acaba de confiar o presidente da República. Nós, do Piauí, temos as maiores esperanças quanto ao êxito da SUDENE".¹⁸³ Depreendendo-se desse primeiro editorial, em outros dois observamos a contínua associação a "esperança"¹⁸⁴ não apenas regional, mas também adentrando ao campo

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹⁸¹ Discurso de posse na SUDENE (1960) p.165-170. FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE* (1958-1964). Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009, p.167.

¹⁸² DP_10011960_M1: Repercute nomeação de Celso, *Diário de Pernambuco*, Recife, 10/01/1960, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42402&busca=1001>

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ DP_10011960_M2: A Esperança foi restituída a vinte milhões de brasileiros, *Diário de Pernambuco*, Recife, 10/01/1960, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42403&busca=100>

nacional dando ênfase no papel desempenhado pelo Ministro Sette Câmara.¹⁸⁵ No encerramento editorial, o último texto escrito por Aníbal Fernandes procurando incorporar os interesses do governo de Kubitscheck na nova capital, salientando não ter votado nele, mas ressalta o curto prazo em seu governo para atuar com relação ao Nordeste. Dito isso, a confiança em Furtado estende-se em todos os campos sendo a marca do sucesso dessa empreitada, sendo a responsabilidade imputada em suas mãos.¹⁸⁶ Nesse ponto, cabe destacar não apenas o reconhecimento da confiança e esperança, ao mesmo tempo o caráter do imediato trabalho através da elaboração do I Plano Diretor da SUDENE. Sendo 1959 um ano de absorção de informações o caráter atribuído em 1960 se direcionava a um ano de instrumentalização.

2.3. INSTAURADO O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA SUDENE

O Conselho acabou apenas se reunindo pela primeira vez naquele ano entre 16 e 17 de fevereiro. Em suas atas há o registro dos encontros sendo centralizados na cidade do Recife, no lugar da sede órgão serve para reconhecer tanto a aprovação da lei quanto a posse. Uma vez que não houve encontros do Conselho nesse período. O movimento de recepção dos conselheiros acabou sendo instaurado em 15 de janeiro de 1960. Dentro da atuação os encontros marcam o direcionamento em conjunto com do ante-projeto regulamentador da lei da SUDENE, coube aos conselheiros modificarem as ementas e palavras inseridas, além de discutir o projeto de irrigação e o I Plano Diretor. Nesse momento, a leitura atenta da ata de abertura em 17 de fevereiro revela a contínua responsabilidade e poder de decisão do Conselho frente a Furtado.¹⁸⁷ Essa ênfase do Conselho desempenhar o papel decisório estava acordada desde criação em 1959.¹⁸⁸ Nesse primeiro momento o objetivo focava na ampliação

¹⁸⁵ DP_10011960_M3: Instantâneos..., *Diário de Pernambuco*, Recife, 10/01/1960, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42404&busca=1001>

¹⁸⁶ DP_10011960_M4: Celso na SUDENE. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10/01/1960, Cad: 1, p.4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42405&busca=1001>

¹⁸⁷ Artigo 74º: O conselheiro Rômulo Almeida apresentou as seguintes emendas: onde se lê "o superintendente deverá", leia-se "a SUDENE deverá" (...) Postas em votação, foram as emendas aprovadas". Seguido pela proposta de Rômulo Almeida para a alteração da ementa no artigo 75º: "propõe emenda criando um parágrafo único a este artigo, cuja redação é a seguinte: "Alterações ulteriores, desde que aprovadas pelo Conselho Deliberativo, serão submetidas ao Presidente da República, que enviará mensagem solicitando retificação da proposta orçamentária para 1961". *ATA_S3_001_1960*: 3º sessão da primeira reunião ordinária. Data/horário: 17 de fevereiro de 1960 às 9h Local: Recife - Auditório da Delegacia Federal de Saúde, p.6-7. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6162&busca=>

¹⁸⁸ Ver isso no capítulo 1.

de controle, cabendo assim reforçar o material do I Plano Diretor ao ser introduzido inicialmente em abril.

2.3.1. OS RESQUÍCIOS DA INDÚSTRIA DA SECA NA TRAGÉDIA DE ORÓS

A priori, o primeiro turno da reunião se estabeleceu em torno da cobrança por conta da catástrofe de Orós no Ceará.¹⁸⁹ A barragem inaugurada no governo de Kubitschek recebeu ampla repercussão nas manchetes dos jornais. Em retrospecto, o *Jornal do Commercio* publicou em março daquele ano a situação alarmante de inundações no Ceará publicou se *Plantão na SUDENE para providências sôbre o açude de Orós*¹⁹⁰ indicou ao público o trabalho da SUDENE, assumiram a responsabilidade sobre a região. Estava claro o apoio dado pelo órgão ao DNOCS ao atuar. Todavia, conceber a responsabilidade de injetar tanto recursos como resolver a questão, ou mesmo solucionar, fugia da ideia de criação do órgão.

A partir da década de 1960, o incremento de uma nova política de desenvolvimento no Nordeste começava a funcionar ao mesmo tempo que a atuação da solução hidráulica. Não caminhando em conjunto, os dois polos de atuação coexistiam. Um exemplo ficou a cargo do açude de Orós no Ceará ao ser presente nas capas dos jornais em circulação.¹⁹¹ A enchente

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ JC_26031960_M1: Plantão na SUDENE para providências sôbre o açude de Orós, *Jornal do Commercio*, Recife, 26/03/1960, Cad: 1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48488&busca=2603>

¹⁹¹ Entre março e abril existiu uma cobertura da situação pelos periódicos sobre a situação. Alguns deles: DP_25031960_M1: *Orós: dramática expectativa. Diário de Pernambuco*, Recife, 25/03/1960, Cad. 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42500&busca=>; DP_25031960_M2: Equipe da SUDENE, à frente Celso Furtado, segue hoje para Orós: plano de emergência, *Diário de Pernambuco*, 25/03/1960, Recife-PE, cad:1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42503&busca=>; DP_26031960_M2: Orós resiste, perigo continua, *Diário de Pernambuco*, 26/03/1960, Recife-PE, cad: 1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42503&busca=26>; DP_26031960_M3: Serviço de estudos do DNOCS, SUDENE e Base Aérea mobilizados para qualquer ajuda no Ceará, *Diário de Pernambuco*, 26/03/1960, Recife-PE, cad: 1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42504&busca=>; DP_27031960_M1: Orós desmoronou parcialmente, *Diário de Pernambuco*, 27/03/1960, Recife-PE, cad. 1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42507&busca=>; DP_27031960_M3: Cidades do Piauí inundadas: apelo do governador à SUDENE. *Diário de Pernambuco*, 27/03/1960, Recife-PE, cad: 1, p.10. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42509&busca=>; DP_31031960_M2: Catástrofe mudou os planos da SUDENE, *Diário de Pernambuco*, 31/03/1960, Recife-PE, cad: 1, p.7. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42518&busca=>; JC_01041960_M1: Erros técnicos destruiu Orós afirma Celso, *Jornal do Commercio*, 01/04/1960, Recife-PE, cad:1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48492&busca=>; JC_05041960_M1: Problema da participação no socorro aos flagelados poderá agitar os debates, *Jornal do Commercio*, 05/04/1960, Recife-PE, cad: 1, p.24. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48495&busca=>;

JC_06041960_M2: Governadores da região vêm para reunião da SUDENE: não receberam a ajuda federal, *Jornal do Commercio*, 06/04/1960, Recife-PE, cad: 1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48497&busca=>; JC_07041960_M2: Telegrama dos

enfrentada no estado acabou destruindo uma parte dos grandes projetos com o objetivo de solucionar os efeitos provocados pela seca.¹⁹² A solução hidráulica esteve pautada por grandes projetos de obras públicas tirado de inspiração de outros países.¹⁹³ A situação permitiu transformar a figura de Furtado no inimigo da classe mais tradicional dominante da região, eles assumindo o objetivo de retirar Furtado da SUDENE. O sentido estava em Furtado ter assumido a frente dos trabalhos da catástrofe de Orós, mesmo a responsabilidade sendo do DNOCS controlado pelo PSD do Ceará, não estando subordinado à SUDENE. A atuação acabou se dando na formação de uma comissão.¹⁹⁴ No entanto, a interferência política ocorreu de modo exponencial ao vislumbrar mais como um problema do que uma solução. Sob a direção do governo, o DNOCS dispôs em sua criação a realização de grandes obras. Todavia, assentado em uma imagem de corrupção desde 1951 a 1958 são pautados em escândalos, argumenta Robock, a seca acabou sendo convertida no "estilo político nordestino".¹⁹⁵

O Governo Federal assumiu a política de desenvolvimento do Nordeste, não apenas suprindo a falta de recursos em escassez dos governos estaduais, mas dando espaço para outros incentivos. O movimento de recursos com destino ao desenvolvimento do Nordeste modifica esse trâmite ao reter o controle direto pelos Estados. O Governo Federal não dispunha dos recursos suficientes naquela época para abarcar as necessidades dos estados nordestinos.¹⁹⁶ A SUDENE existia como mecanismo de intervenção do Estado dentro do Nordeste. No entanto, por meio da intervenção do Estado no Nordeste funcionou de vários modos e uma delas mediante o DNOCS.¹⁹⁷

Fundamentada ante no "caráter na cena política"¹⁹⁸ distante de uma lógica populista. De acordo com Oliveira, não se tinha esse caráter populista no Nordeste,

uma hegemonia burguesa que se impôs sem romper abertamente com a oligarquia agrária, um proletariado urbano que emerge em novas

governadores nordestinos: pedida ajuda em face das enchentes, *Jornal do Commercio*, 07/04/1960, Recife-PE, cad: 1, p.24. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48502&busca=>

¹⁹² O açude de Orós iniciou a sua construção dentro do Governo do Presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) inaugurado em 1961 no Governo do Presidente Juscelino Kubitscheck.

¹⁹³ Um exemplo foi a experiência do Departamento do Vale do Tennessee (EUA) em 1933 para criação da CVSF.

¹⁹⁴ Na composição do grupo juntou-se o engenheiro José Boissy Tenório de Melo e o economista Aécio Cândido Calvão. Em descrição do trabalho realizado se "fez um levantamento minucioso dos prejuízos causados pela feroz inundação derivada do arrombamento da represa e pagou religiosamente todos os prejuízos". OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.56.

¹⁹⁵ Vargas e a corrupção do DNOCS. A identificação desses períodos abraçarem aos métodos de obtenção de recursos cobrando em um nível nacional, o qual identificamos no capítulo 1. A performance desse grupo ficou conhecida como indústria da seca, repercutida por Callado em 1959. ROBOCK, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional do Nordeste brasileiro*. Fundo de Cultura, 1964, p.93.

¹⁹⁶ O Estado enquanto força insuficiente abre as portas a uma introdução do capital estrangeiro.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p.95.

condições de expansão das forças produtivas, um Estado produtor que tornava-se gradual e crescentemente o próprio núcleo da contradição, pela ambiguidade de suas relações com as classes dominantes e dominadas.¹⁹⁹

Mas, isso não o levou a uma manutenção de dominância de uma classe, o que se tinha era o Nordeste inserido num conflito de classes mais profundo e tradicional. No bojo da catástrofe a reunião do Conselho inicia seus debates em torno de cobranças captadas pela postura adotada pelo superintendente. Dentro da lógica da criação a SUDENE não estava estabelecida em sua lei a atuação em questões em torno de eventos resultado de obras públicas anteriores sejam dos efeitos da seca ou com o de enchentes nesse quadro.

No entanto, a atuação e interesse desse evento trouxe a validade de entender o que aconteceu com a barragem, enquanto uma obra pública ligada ao problema de desenvolvimento encontrado na região.²⁰⁰ Uma vez que a área do Vale do Jaguaribe estava inserida no plano de atuação dele para o órgão. A postura adotada por Furtado ao introduzir a reunião tem a ver com o cenário de acusação implícita pelo diretor geral do DNOCS José Cândido. Em março respondia a imprensa que o "atraso das verbas"²⁰¹ do DNOCS tinha relação com o novo órgão. O conflito entre o DNOCS e a SUDENE vinha de um retrospecto desde 1959 com o lançamento do segundo. Em sua autobiografia, Furtado retorna a memória ao relatar o episódio por um dinâmica de bate e volta onde desmentiu os fatos e Cândido procurava respostas nas reuniões do Conselho. No entanto, na reunião compareceu como representante do DNOCS José Gominho, o qual não encontramos qualquer registro de fala durante o encontro deste mês.

Neste caso, identificamos em questão o debate de verbas entre os conselheiros, estando mais interessados quanto iriam levar para os próprios Estados do que a catástrofe em si. Além do fator de pressão com relação à atuação de Kubitschek. Importante ressaltar no segundo turno²⁰² seguiu sendo focada a criação de uma comissão especial para investigar as causas do arrombamento do açude de Orós, proposição posta desde encontro do turno da manhã pelo representante do Banco do Brasil, Aluísio Afonso Campos. A intervenção do Conselho tem a ver com a necessidade, em justificativa, do levantamento econômico da obra. E, ao retornarem às posições adotadas pelos conselheiros insistirem como meio de realizar

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ ATA_S1_002_1960, Primeira sessão da 2º reunião 6 de abril de 1960, Recife-PE. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6163&busca=>

²⁰¹ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.277.

²⁰² ATA_S2_002_1960 2º sessão da 2º reunião de 6 de abril de 1960 Recife-PE. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6164&busca=>

pressão em cima de Kubitschek para intervir. Com efeito, nesse momento o Conselho insere numa espiral de debates, o qual confirma uma cobrança fora do eixo de atuação planejada para os trabalhos realizados pela SUDENE. Dentro da atuação da lei da SUDENE, a qual impôs diretrizes focadas em seus trabalhos, fazendo com que em todo debate seja ressaltado o limite de atuação imposto. De outro lado há a contínua faceta do Conselho em realizar projeções de trabalhos diferentes. No exame das atas podemos tornar evidente a falta de delimitação ao que corresponde a ação do órgão.

Embora existissem no Nordeste continuamente problemáticas e mais surgindo, dentro da reunião, um episódio a proposição do conselheiro Aluísio Campos, que "retira a sua proposição, ficando entendido, entretanto, que o superintendente deverá, pelos meios ao seu alcance, acompanhar o trabalho dessa comissão, trazendo, oportunamente, seu relatório a este Conselho"²⁰³ possuindo continuidade quando o Presidente da sessão Muniz Falcão, governador do Piauí, declara a votação.

A Secretária Executiva sendo a responsável em realizar o levantamento de obras e serviços federais na região, acabou assumindo no Conselho a tomada de conhecimento do que cabia ou não ser realizado pela SUDENE. Em particular existia ao mesmo tempo o problema da escassez tanto de crédito como de técnicos para o trabalho. Sanar essas problemáticas estava sendo o carro chefe do órgão naquele ano então requer uma compreensão até mesmo uma ação de cobrança do Conselho, evitando ao longo dos encontros um campo de resistência. Dentro desse debate, as questões postas por Campos, coube Furtado esclarecer,

O conselheiro Celso Furtado diz que a Secretária Executiva não tem, absolutamente capacidade para executar a tarefa pretendida na proposição, e, por outro lado, considera o regulamento da SUDENE, justamente, como uma tentativa para estabelecer um método dentro desse objetivo, tanto assim que, os diferentes órgãos federais, que atuam na região, deverão apresentar os seus planos de obras, discuti-los conosco, a fim de evitar discrepâncias com o primeiro Plano Diretor da SUDENE [...].²⁰⁴

A atuação urgente em Orós não anulava a relevância do I Plano Diretor, ele também era visto com urgência para a liberação de recursos aos primeiros trabalhos desempenhados pela SUDENE por Furtado. O teor do documento elaborado por ele em conjunto com a Secretária Executiva, e apresentado em reunião.²⁰⁵ Apontava para uma garantia de base que

²⁰³ *Ibid.*, p.3. Criada uma comissão responsável por trabalhar a questão do Ceará.

²⁰⁴ *Ibidem.*

²⁰⁵ "Implantação de uma moderna infra-estrutura de serviços básicos para estimular a economia regional; Reestruturar a economia rural por meio de uma melhor utilização da terra da zona úmida, um aproveitamento profundo das possibilidades de irrigação, e criação, na Caatinga, de uma economia mais resistente à seca;

permitia condição de execução dos empreendimentos associado a coordenação de investimentos dirigidos a suprir a escassez de pessoal técnico.

2.3.2: ABERTURA DOS TRABALHOS DA SUDENE

Na existência do I Plano Diretor coexiste a importância de ter gente capacitada. Demanda apontada por Furtado, o combate ao subdesenvolvimento precisa ter um pontapé com pessoal técnico. Não se encontrava sendo uma problemática restrita ao Brasil, a América Latina encarava a situação tendo suporte através da ajuda técnica estrangeira. Em retrospecto, a assistência técnica das Nações Unidas para o continente esquadrinha na década de 1950 implantou 20 milhões de dólares. O programa de assistência estava distribuído em verbas com organizações destinadas à coordenação técnica.²⁰⁶ O desempenho no Brasil foi promovido por meio da CNAT, concentrada em auxiliar as solicitações do governo brasileiro às Nações Unidas.

A ajuda ao desenvolvimento foi criada em 1951 pelo Instituto Joaquim Nabuco orientado pelas Nações Unidas; em 1953 foi destinada à criação do Banco do Nordeste. Isto posto, foi realizado por três meses coordenado por Hans Singer. É percebido a mobilização de constantes estudos para compreender as possibilidades de desenvolvimento. De interesse houve dois resultados conhecidos apontados por Singer, o primeiro tem a ver com o reconhecimento de uma proposta de desenvolvimento do Nordeste, a qual já existia possibilidade, o que o relatório de Furtado tinha posteriormente identificado. Em segundo caso, o sucesso desse processo dependia da construção de um acervo de informações sobre a região. No caso, as Nações Unidas posteriormente teriam facilidade de realizar um trabalho de assistência técnica. Outra atuação funcionou durante o período de 1954 a 1956 em uma missão realizada pelo BNB e o BNDE integrado ao governo brasileiro. Se, por um lado, existia o impulso para o desenvolvimento, podemos observar a falta expressiva de pessoal

Mobilização de todos os incentivos fiscais e financeiros para consolidar o parque manufatureiro, implantando indústrias de base com grande potencial germinativo, capazes de integrar a estrutura industrial e recuperar as indústrias tradicionais; Orientação dos movimentos de população, colonizando ou povoando terras subutilizadas, na zona úmida, particularmente no Maranhão e sul da Bahia; Reformulação da política de aproveitamento de recursos hídricos; Levantamentos intensivos e sistemáticos dos recursos da região e adaptação da tecnologia, com vistas ao aproveitamento mais econômico desses recursos. ANDRADE, Thales Novaes de. *Ciência e Tecnologia nos Planos Diretores da SUDENE*. Em: LIMA, Marcos Costa (Org.). *O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão*. Recife: Editora UFPE, 2014. p.247-248.

²⁰⁶ A atuação foi composta pelos três primeiros anos a Organização Educacional científica e cultural das Nações Unidas (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial para Alimentação (FAO). ROBOCK, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional: O Nordeste do Brasil*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

especializado. Resumindo uma problemática contínua, embora houvesse um planejamento, conclui Robock, "a absoluta falta de pessoal, de dados técnicos e de pesquisas básicas essenciais a um planejamento perfeito".²⁰⁷

O formato da SUDENE tinha dentro dos seus objetivos os processos de pesquisas e elaboração de planos para consolidarem o trabalho idealizado em torno do desenvolvimento, mas enfrentava como qualquer instituição governamental problemáticas existentes anteriormente. O ensejo de uma ajuda técnica nessa missão das Nações Unidas em 1954 em conjunto como o BNB constituiu o ETENE. Assim, a falta de técnicos, uma vez que os existentes migravam para o Rio de Janeiro e São Paulo, forçou o BNB a recrutar sejam os formados, mas também desempenhar o papel de formar os novos técnicos. O ETENE foi responsável por uma política de treinamento com a gestão do economista Diogo Gaspar. O sucesso dessa política acabou tendo resultados por volta de 1955. Na prática, o BNB tinha um programa de treinamento e formação pessoal.²⁰⁸ Dialogando com os registros memorialistas de Furtados, a escassez técnica permanecia sendo uma problemática para a SUDENE em seu primeiro ano.

A ajuda externa se fez presente como contínuo suporte, mesmo sendo justificado pelo lado dos "técnicos estrangeiros necessitam de algum tempo para tomar pé no país onde chegam pela primeira vez e quase sempre são inaptos para abordar problemas gerais"²⁰⁹ a experiência de ensinar os técnicos estrangeiros a trabalhar na região. Entretanto, houve conflito de técnicos da SUDENE com os estrangeiros, o qual iremos abordar no terceiro capítulo.²¹⁰ Naquela altura, o auxílio estrangeiro da ONU e suas agências continuam sendo

²⁰⁷ *Ibid.*, p.150.

²⁰⁸ "De 1955 a 1960, o BNB patrocinou vinte programas especiais de treinamento, envolvendo mais de 700 treinando em análise econômica, desenvolvimento econômico, estatística, avaliação de projetos indústrias, administração e crédito rural, inclusive treinamento de agrônomos e veterinários". *Ibid.*, p.110.

²⁰⁹ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.278. Circulou nas manchetes dos jornais: JC_01071960_M1: Celso Furtado vai a Israel, *Jornal do Commercio*, 01/07/1960, Recife-PE, Cad: 1, p.8. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48571&busca=>;

JC_04081960_M2: Celso Furtado vai a Israel: economista da Bahia vem substituí-lo, *Jornal do Commercio*, 04/08/1960, Recife-PE, cad: 1, p.32. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48597&busca=>; DP_14101960_M1: Fundação Ford distribuirá 40 bolsas de estudos pela Sudene, *Diário de Pernambuco*, 14/10/1960, RECIFE-PE, cad: 1, p.9. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42744&busca=>; JC_21081960_M2: Missão Francesa a serviço da SUDENE está sendo esperada; outras notícias, *Jornal do Commercio*, 21/08/1960, Recife-PE, cad:1, p.13. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48609&busca=>; JC_03081960_M2: Cientista veio para a SUDENE, *Jornal do Commercio*, 03/08/1960, Recife-PE, cad: 1, p.8. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48594&busca=>

²¹⁰ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Editora Record, 1972.

encontradas na implantação da Missão Francesa, na ida em 1960 de Furtado a Israel, no centro de treinamento japonês e bolsas de estudos concedidas pela Fundação Ford.²¹¹

Era o momento de unir-se ao Ministério da Educação e Cultura tendo um lugar no Conselho ocupado por Gilberto Freyre e vinculado ao projeto da SUDENE. Escorado no I Plano Diretor a relação UR e SUDENE é um grande caleidoscópio da dinâmica de ter mais mão de técnicos especializados tendo em mente o objetivo da "superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão".²¹² A implementação esteve concentrada em três pontos: as condições de vida precárias na região, como foi visto anteriormente, mas havia a possibilidade do desenvolvimento; e, por fim, o desenvolvimento só resultaria com atuação do poder público.²¹³ De título "Ciência e tecnologia"²¹⁴ assinalava os avanços em pesquisas científicas que seriam importantes para as reformas regionais, dentro disso, as cidades e suas infraestruturas.

De acordo com Andrade, a melhoria das cidades surgiu enquanto mecanismo para o desenvolvimento. Outra demanda estava na região do semi árido, ocupando essa característica de ser utilizada como mecanismo para desfrutar dos recursos hidráulicos que estavam sendo associados. No cosmo da região as reformas teriam resultado através da assistência de dados, mas cadê os dados? E quem os avaliaria? O reconhecimento das problemáticas demonstrava quanto a parte mais fácil, a coleta de dados e a sua avaliação e interpretação eram carências daquela realidade.²¹⁵ Sob esse viés a proposta do I Plano Diretor tinha como base suprir três necessidades, nas quais seguiam as diretrizes expostas no documento *Uma política...*, a primeira traz luz a SUDENE adotando a responsabilidade de uma política regional de desenvolvimento correlacionada ao Governo Federal; em segundo, a reforma administrativa segue um aproveitamento dos recursos públicos; não menos, o terceiro ponto era expandir a incrementação de recursos não apenas os públicos, mas também adicionar os investimentos privados.

A apresentação do plano ocorreu na reunião do Conselho em 4 de maio no Recife com a participação dos conselheiros. Era a defesa de Furtado da SUDENE ser reconhecida

²¹¹ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Ver também na obra de: VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidades letradas no Recife: A revista estudos universitários (1962-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

²¹² OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p.116.

²¹³ No estudo elaborado pelo padre Lebreton no Nordeste, em específico Recife.

²¹⁴ *Plano Diretor*, 1961. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13995.htm

²¹⁵ ANDRADE, Thales Novaes de. *Ciência e Tecnologia nos Planos Diretores da SUDENE*. Em: LIMA, Marcos Costa (Org.). *O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão*. Recife: Editora UFPE, 2014.

enquanto "Ministério do Nordeste" dentro do bojo do Governo Federal.²¹⁶ Para se ter ideia estava corroborando uma imagem sólida em consenso com os governos. Esse tipo de atribuição servia como reforço ao destino da classe política e da sociedade em geral. Nesse caso, acrescenta uma clareza dos objetivos e trabalhos, os quais não poderiam ser atribuídos a um caráter assistencialista. Ao serem apresentados a "um conjunto orgânico de diretrizes de política econômica, que possam servir de base a um esforço progressivo de ordenação dos investimentos do Governo Federal, no Nordeste".²¹⁷

A conjuntura exposta colocava em evidência o papel do Estado instituindo o capital formado, sendo ele responsável desempenhando a base ao afirmar Furtado ser "a liderança do desenvolvimento econômico regional".²¹⁸ O Conselho possuía a noção da sua autonomia no seu funcionamento apenas naqueles muros. Tal como na lei, o Congresso exercia o poder de alterar o documento, o que acabava os fazendo incluir ou retirar do plano partes de acordo com os seus próprios interesses. A limitação do Conselho quanto a escala de decisão não barrou o debate e elaboração do plano. Então, a criação do material foi realizada por Furtado em conjunto com a Secretária Executiva. O Conselho acabaria fazendo sugestões de modificações nas quais nesse ponto da análise identificamos uma atuação passiva aos critérios impostos pela lei, reforçado por Furtado nas decisões tomadas pelos conselheiros.

Consciente quanto aos representantes de lutas políticas, o Conselho funcionou como uma instituição dirigida dentro de uma decisão única, estando assim interessados na dinâmica entre governadores e representantes definindo a sua relação.²¹⁹ Argumentar dentro do Conselho na categoria de instituição uma vez que conduz suas escolhas, os vemos não por indivíduos, mas de modo coletivo. Atuando não apenas pelo lado do indivíduo, mas também sendo o coletivo a chave do processo. Nesse contexto, existiu a romantização desse tipo de perspectiva, no entanto, é importante os enxergar num todo sem perder ou sobrepor a individualidade. Não há como não observar as contradições em seus interesses e posições quando almejam beneficiar os próprios Estados, mas também repensar os próprios interesses inseridos numa dinâmica seja de cooperação ou de conflito.

A sessão em si do Conselho acabou sendo realizada, a justificativa assentou no objetivo de fazer com que o plano fosse aprovado, cabendo os governos pressionarem as

²¹⁶ ATA_S1_003_1960: Primeira sessão da 3ª reunião ordinária, 04/09/1960, Recife/PE. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6165&busca=>

²¹⁷ *Ibid.*, p.4.

²¹⁸ *Ibidem.*

²¹⁹ THELEM, K; STEINMOS, S. Thelem, K; LONGSTRETH, F. *Structuring politics*. Historical institutionalism in Comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p.1-27.

bancadas dos seus respectivos Estados. Associado a uma pressão em conjunto com o Parlamento Nacional. Para além, o destino da aplicação do crédito especial de 750.000.00,00 de cruzeiros. Ao tratar na recepção dos conselheiros por meio da ata da primeira sessão, podemos constatar que após discurso de Furtado, o I Plano Diretor torna-se ordem do dia. O discurso em favor partiu do representante do Exército, o general Afonso de Albuquerque. Nesse período o setor se enquadra enquanto aliado, compondo como parte no Conselho órgão de execução dando uma síntese do trabalho. Todavia, a questão importante era enviar em tempo hábil ao Congresso tópico posto por Aluísio Campos.

Estava claro a necessidade das ementas serem debatidas, especialmente pelo tópico levantado por Campos. O debate era preferencial no quesito de se comprometerem em analisar o material em seus respectivos pontos técnicos para haver modificações. A posição dos conselheiros era de pressionarem, uma vez que tinha a ver com a questão da aceleração do envio. Passou a existir uma determinada barreira com a falta de material reproduzido por alguns conselheiros. Essa iniciativa ocorreu por exigência e conhecimento sobre as modificações das ementas.

É importante salientar que a credibilidade do documento feito por Furtado vinha dele ter sido a grosso modo elaborado pelos debates ao longo das reuniões do ano anterior durante o funcionamento do Conselho. A questão do debate em torno do conhecimento do material ou não, fugia a realidade de sua criação uma vez que os conselheiros participaram ativamente na elaboração baseado nos debates das reuniões anteriores. Dentro desse episódio, observamos para Aluísio Campos e José Aloísio Campos o recebimento de críticas feitas por José Cavalcanti Neves, representante do Ministério da Fazenda, em declaração inserida na identificação da contestação. Como que poderiam os conselheiros enviarem para o Congresso um plano, o qual, declararam não estarem cientes, reforçando a necessidade dos conselheiros terem conhecimento do que estaria enviando de modo mais detalhado posteriormente. Sendo assim, reforçaram a confiança no trabalho que a Secretária Executiva desempenhava. No fluxo de representantes acabou resultando que nem todos tomarem conhecimento dos projetos e planos, mesmo os governadores recebiam todo mês a ata da reunião anterior. O caso de João Gomes Sobrinho pode ilustrar essa situação ao assumir o lugar de diretor do DNOCS na reunião abordada.

Por um lado estavam concentrados Campos e Freyre, focados na em alterações do I Plano Diretor. De outro lado se encontrava a defesa da urgência do envio por Furtado e

Albuquerque. Na sessão seguinte sucedeu um dia depois, em 5 de maio de 1960 no Recife.²²⁰ Sendo aberta com a ordem do dia: o regimento interno do Conselho e, examinar e votar os capítulos do I Plano Diretor. Designação realizada pelo Presidente da Sessão, o Secretário da SUDENE Osmar de Araújo Aquino, aos conselheiros esclareceu o debate sobre o plano viria a ser tópico posterior. Uma vez que na sessão anterior estava acertada a deliberação de envio ao Congresso o plano, fixando uma data para o Conselho se reunir e discutir.

Internamente a recepção de uma parte do Conselho tinha sido dúbia até aquele momento. Publicamente se deparou com a tomada de conhecimento do público de grosso modo uma relação de insatisfação entre os conselheiros e Furtado mutuamente. Esse cenário levava ao título de uma matéria publicada pelo Diário de Pernambuco “Bahia contra a votação apressada do Plano Diretor: reexame da matéria”²²¹. Fornecendo destaque ao acontecimento durante aquela reunião do Conselho, principalmente ao descrever enquanto a realidade de uma situação de “tête-à-tête”²²² entre Furtado e Rômulo de Almeida, representante da Bahia, o qual havia concedido uma declaração de insatisfação à reportagem,

(...) Entretanto, apesar do brilho do trabalho e de sua boa orientação, em linhas gerais, não passa de um documento de trabalho para coordenar a discussão dos seus vários capítulos e receber contribuições dos membros do Conselho. Outra coisa, porém, é a aprovação do plano sem o conhecimento prévio e o exame adequado pelos membros do Conselho”.²²³

Afirmando a falta de uma aderência entre o próprio Conselho e o caráter técnico da SUDENE. A reclamação estava também atrelada a uma formação, a falta de um conhecimento técnico aos conselheiros facilitando a análise dos documentos junto às equipes técnicas de seus Estados. Tendo em vista a defesa do argumento do Conselho não seria capaz de tomar a decisão ao continuar

Ainda cabe notar - disse - que o plano requer não só a possibilidade de revisão o têxtil aprovado e as emendas pela Secretaria Executiva mas também a audiência dos meios técnicos e administrativos interessados, quando mais não seja, com o objetivo de assegurar ao plano o máximo de receptividade, solidariedade e colaboração ativa, sobretudo nos serviços executivos federais e estaduais.²²⁴

²²⁰ *ATA_S2_003_1960*: 2º sessão, 3º reunião ordinária, Recife/PE, 05/05/1960. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6166&busca=>

²²¹ *DP_06051960_M4*: Bahia contra a votação apressada do plano diretor: reexame da matéria, Diário de Pernambuco, 06/05/1960, Recife-PE, cad: 1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42574&busca=0605>

²²² *Ibidem*.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*.

Essas insatisfações não poderiam determinar a falta de uma modificação do plano. O plano em si tinha previsão de alterações, o Conselho iria se reunir no final de junho, onde caberia aos conselheiros acrescentar alterações e emendas. Até porque ao público possuía conhecimento da situação uma vez que o voto de Gilberto Freyre, representante do MEC, vindo à público pelo *Jornal do Commercio* deixava em aberto modificações do texto mesmo sendo um conselheiro com conhecimento sobre o material.²²⁵ Houve uma conciliação naquele momento entre Furtado e o Conselho.²²⁶ Estava claro para a opinião pública que Furtado teria se sentido contrariado com a forma que alguns conselheiros tinham recebido e reagido às informações ao *Diário de Pernambuco* indicava principalmente a problemática de caráter direcionado à José Cavalcanti Neves, representante do Ministério da Fazenda.

Assim durante a reunião de 05 de maio de 1960,²²⁷ houve uma discussão sobre o conhecimento prévio do plano, mas também o fator de questionar a autoridade do superintendente sobre a liberação de verbas e atuação dentro do Conselho ao afirmar, “O conselheiro José Neves diz que, a seu ver, o superintendente só deverá intervir nas discussões quando o Conselho assim o entenda e não tôdas as vêzes que, êle próprio, o superintendente, deseja intervir nos debates, porque êle, então se transformaria num conselheiro com mais privilégios que os demais”.²²⁸

No entanto, as críticas se mantinham, sendo assim, vinha de fora do bloco do Nordeste, reproduzido pelo *Jornal do Commercio*, o *Diário Carioca* emitia a opinião da SUDENE ser ineficiente ao publicar editorial indagar “mas, que fêz a SUDENE para corresponder à confiança do govêrno e da coletividade?”.²²⁹ A crítica saiu da linha do conhecimento sobre as atividades nucleares da SUDENE, que estavam se formando em torno de um cenário de cobrança em atuar para os flagelados. Um discurso o qual fomentava o estereótipo de órgão para atuar na seca como se fosse um dever e total responsabilidade longe do seu propósito.

²²⁵ JC_05051960_M2: Plano diretor da Sudene aprovado em bloco embora com diversas restrições, *Jornal do Commercio*, 05/05/1960, Recife-PE, cad: 1, p.20. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48518&busca=0505>; JC_06051960_M2: Plano diretor da SUDENE fortemente criticado em Brasília, próxima reunião, *Jornal do Commercio*, 06/05/1960, Recife-PE, cad: 1, p.20. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48521&busca=0605>

²²⁶ JC_06051960_M2: Plano diretor para o Nordeste, *Jornal do Commercio*, 06/05/1960, Recife-PE, cad: 1, p.20.

Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48522&busca=0605>

²²⁷ ATA_S2_003_1960: 2º sessão 3º reunião ordinária, Recife, 05/05/1960, http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6166&busca=ATA_S2_003_1960.

²²⁸ Idem, p.10.

²²⁹ JC_06051960_M1: Severa crítica feita à SUDENE. *Jornal do Commercio*, Recife, 06/05/1960, cad:1, pág:1, http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48520&busca=JC_06051960_

Entre junho e julho as críticas internas ao plano permaneciam, uma vez que as emendas ainda não tinham sido modificadas. O Conselho acabava de discutir a reformulação posta por Furtado mesmo com sugestões variadas de emendas pelos próprios conselheiros. Dentro dessa perspectiva, acrescentava como prioridade o que já tinha sido pretendido para o plano. A voz ativa mantém-se sendo Furtado, todavia, acaba possuindo como pano de fundo embates e discussões, dentro dela Furtado e o general Albuquerque.²³⁰

A recepção do Conselho tinha como porta-voz o conselheiro João Roma, o qual indicava nessa situação de cobrança seja ela de outros órgãos ou segmentos do Conselho, reafirma o papel integral de serem parte então não poderiam ter suas prerrogativas ignoradas. Compondo ao quadro da SUDENE e colocando em evidência sua posição, faz com que permita a existência de um cenário de disputa do caráter de prioridade dentro da atuação do órgão. Isso permite ilustrar a posição do Conselho na crença do órgão trabalhar para eles e não de forma unida.

Enquanto a superintendência e a Secretária Executiva estavam a ser o ponto de montar o trabalho para a tomada de decisão ser o Conselho através do material que o primeiro produz. Mesmo assim, a viabilidade das ementas e contribuições acabavam sendo imputadas por conta da negociação em razão de que não houvesse a linha tênue de disputa entre o Conselho e a Secretaria Executiva. A contribuição e complementos levam a ter maior autoridade. Ou seja, o cenário se tornava de disputas veladas de autoridade. Era de conhecimento do quadro maior estando direcionado aos Estados encarem de modo individual no plano de atuação. Campos, representante de Sergipe, afirmava, “...que não compreende como exigir êsses estudos minuciosos para Sergipe, quando êles não foram realizados com relação aos outros Estados contemplados no plano”.²³¹

Então quando a reunião adquire repercussão no *Jornal do Commercio* a escassez de técnicos estava em torno da demora da avaliação pelos técnicos dos documentos elaborados; além do fato de ainda estarem em contínua discussões sem resultados fazendo os conselheiros questionarem as prioridades.²³² A próxima reunião do Conselho acabou sendo realizada em primeiro de junho de 1960 reafirmando a aprovação em sessão anterior e envio destinado ao

²³⁰ Nesse episódio o choque ocorreu em razão do plano econômico e social serem os objetivos preteridos deixando de lado o plano de segurança nacional que colocava a necessidade em segunda instância de investir no Tronco Circular pelo general Albuquerque no quesito de distribuição de verbas.

²³¹ ATA_005_1960: 5º reunião ordinária, Recife, 01/07/1960. p.17. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6170&busca=>

²³² JC_02071960_M1: Emendas ao Plano Diretor da Sudene [quase] não alteraram o documento original, *Jornal do Commercio*, 02/07/1960, Recife-PE, cad: 1, p.20. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48573&busca=0207>

Presidente da República para fim de ser enviada ao Congresso Nacional em forma de mensagem. Além disso, enviado aos conselheiros e também em "caráter-extraoficial"²³³ a lideranças da região, o que seria um mecanismo de forçar um movimento em cima da Câmara de deputados para criar uma comissão única destinada e responsável em analisar o plano.²³⁴

Outro ponto estava na disseminação do I Plano Diretor com os estudantes da cidade. Em junho os debates dos estudantes era um dos trabalhos em conjunto realizados pelo órgão com a diretoria da UEP.²³⁵ O objetivo era formar uma discussão sobre as diretrizes do plano, o qual poderiam ser disseminados no encontro nacional daquele ano.²³⁶ Nas reuniões anteriores, já citadas, coube aos conselheiros nos meses de maio e junho tomar conhecimento do material do plano e os seus grupos de trabalho dos respectivos Estados e instituições. De antemão, estava em ótica as estratégias de adotarem uma reação ao próprio interesse, mesmo de modo limitado, pode ser observado são os argumentos dentro desse meio, visto tal como uma instituição, o objetivo salientado por Furtado mais tarde ao explicar,

O recorte da federação brasileira prejudica o Nordeste, que é dividido em pedaços relativamente pequenos. Estado importante é Rio Grande do Sul, é Minas Gerais, é São Paulo, é o Rio de Janeiro. Portanto, era preciso compensar esse aspecto perverso da Constituição, mas como uma reforma constitucional era coisa, impossível de se fazer no Brasil, apelamos para um truque, que consistiu em criar um mecanismo de discussão e votação entre os governadores estaduais da região; foi o Conselho Deliberativo da SUDENE, que reúne nove governadores para harmonizar pontos de vista sobre o que fazer na região. Assim, se reivindica conjuntamente e quando se vai ao Parlamento e ao Presidente da República, o Nordeste tem uma vontade só.²³⁷

A preocupação, a qual conduzia as atividades da SUDENE em seu primeiro ano foram as linhas de base: formação de técnicos para o quadro, a realização de estudos e pesquisas, a política de incentivos e o documento propõe,

ao contrário do que parece, à primeira vista, o investimento infraestrutura é tipicamente reprodutivo. Os benefícios que propicia

²³³ Em junho Furtado disseminou o plano por Brasília, a recepção. *ATA_SI_004_1960*: Primeira Sessão da 4ª reunião ordinária Recife-PE, 01/06/1960. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6167&busca=>

²³⁴ Idem.

²³⁵ JC_07071960_M1: Estudantes debatem o Plano Diretor da SUDENE: novo encontro na sexta-feira, *Jornal do Comercio*, Recife-PE, 07/07/1960, cad: 1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48578&busca=Plano%20diretor>

²³⁶ JC_12071960_M1: Estudantes ouviram uma explanação sobre o Plano Diretor da SUDENE: debates, *Jornal do Comercio*, Recife-PE, 12/07/1960, cad:1, p.13. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48582&busca=Plano%20diretor>

²³⁷ FURTADO, Celso. Trabalhei como um condenado. *Celso Furtado 80 anos: homenagem da Paraíba*. Queiroz, R. (Org.). João Pessoa, Sebrae/PB, 2001, p.23.

nem sempre são diretamente contabilizados, mas permanecem explícitos na redução de custos de outras atividades econômicas, fato este que obscurece o seu caráter reprodutivo, tornando-o, aliás, de mais complexo planejamento.²³⁸

As políticas públicas eram necessárias para expansão do desenvolvimento, desta forma, dava ênfase em direção de uma ação na infraestrutura econômica. O planejamento se baseia, a priori, nas áreas de rodovias, energia elétrica e infraestrutura social. Delimitado em seu corpo uma base para formarem os trabalhos do "ponto de vista estritamente econômico, a principal responsabilidade do Governo, numa região subdesenvolvida, consiste em promover a criação da infraestrutura de serviços básicos sem a qual toda e qualquer atividade econômica se torna impraticável".²³⁹

Essa atuação condizia com cerca de 73% dos recursos propostos pelo plano. Um ponto de relevância observado estava na distância das pautas de reforma de base, reforma agrária, o plano de irrigação e o plano de colonização. Em depoimento, Oliveira expressa uma posição mais mediadora, "(...) Nesse sentido, eu diria que ele foi na onda do que então se pensava. Entretanto, devo responder verazmente - tratando-se de um depoimento neste Congresso Nacional - que a SUDENE, mesmo no início, descuidou-se, não diria absolutamente, mas relativamente da questão agrária no Nordeste".²⁴⁰ A justificativa estava pautada no clima político nacional, forçando desta maneira a remediar problemáticas que poderiam barrar a aprovação do plano.²⁴¹ De certo, a proposta mais inovadora do plano estava no tocante ao incentivo à industrialização, enquanto base para o desenvolvimento, propunha.

²³⁸ *I Plano Diretor*, 1961, p.33. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13995.htm

²³⁹ *Ibid*, p.35.

²⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco de. Depoimento na CPI sobre a SUDENE. Em: FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009, p.207.

²⁴¹ VARGAS, Lucas Lafetá. *Desenvolvimento regional e inovação: uma análise do planejamento para o desenvolvimento do Nordeste pela SUDENE*. MG, UMC/PPGDE. Dissertação Mestrado. Disponível: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7406533; CARVALHO, Fernanda Ferrário de. *Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste*. Campinas, SP, 2001. Dissertação. UNICAMP/Instituto de Economia. Disponível: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.205395>

3. O TRABALHO DIRECIONADO A SUPERAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

[...] transformaciones estructurales facilitarían integrar e incorporar poblaciones a los circuitos productivos y por tanto a la nación comuna todo que en los hechos habían pasado desapercibidas por el Estado: por ello la importancia de las reformas fiscales, y la de la tierra. Tareas esencialmente político-económicas que se reflejan durante uno de los periodos más conflictivos, la época de la "(pre) revolución brasileña" dependiendo de quién hablara. La proliferación de los discursos y "objetos" en relación al Nordeste, se convierte en un fenómeno general de la cultura brasileña, pero en Furtado ameritaba un tratamiento que concernía a la "seguridad nacional". Se Furtado los objetivos de las luchas agrarias por esa época estaban en algunos casos fuera de lugar y podían concluir en graves enfrentamientos sociales. Para él, los discursos de las ligas campesinas, más que coadyuvar al entendimiento del Nordeste, eran otros de los "obstáculos" a superar.²⁴²

Na direção de superar o subdesenvolvimento, na obra de Furtado, utilizamos a categoria de intelligentsia²⁴³ formulação atribuída em outros trabalhos, como o de Pinto ao indicar “a posição de técnicos sócias, então responsáveis, para orientar processos de mudança estrutural e de centralização da ação do Estado”.²⁴⁴ O Estado por meio das instituições superaria o atraso em seu plano, em paralelo alcançava o desenvolvimento planejado de forma a se comprometer.

A base de toda atuação estava alicerçada na teoria de subdesenvolvimento, o qual, identifica na agricultura na exportação e subsistência a base econômica do Nordeste visto em *Uma política de desen...*²⁴⁵ Assumindo o caminho de integração estrutural com a economia do Centro-Sul. O foco estava em equidade entre as regiões, em outras palavras, os centros urbanos tendo indústrias e reforma nas áreas rurais. A partir dos questionamentos, a SUDENE criada por Furtado seria suficiente para alcançar o desenvolvimento? Alinhando-se com seu

²⁴² MALLORQUÍN, C. La nación interrumpida: Celso Furtado. Em: CORSI, F. L. & CAMARGO, J. M. *Celso Furtado. Os desafios do desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

²⁴³ De acordo com a afirmação de Rosa M. Vieira: "E isso porque o Brasil, nos anos 30, ao iniciar o lento e contraditório trânsito para a modernidade capitalista, instigou sua intelligentsia a tratar a questão nacional de modo a superar as abordagens raciais e determinista dominantes no pensamento brasileiro desde o final do século XIX. As elites intelectuais confrontaram-se com a necessidade de atualizar as bases teóricas da discussão da problemática nacional, já que as doutrinas determinista - alicerces intelectuais dos debates nas décadas precedentes - revelaram-se insuficientes ante as novas exigências ideológicas dos movimentos da história, que recolocava a acumulação do capital em bases urbano-industriais". VIEIRA, Rosa Maria. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. Santo André, SP: EDUFABC, 2019, p.16-17.

²⁴⁴ PINTO, Gustavo Louis Henrique. *Metamorfose do rural no pensamento de Celso Furtado (1948-1964)*. São Carlos: UFSCAR, 2012. Dissertação Mestrado, UFSCAR, Ciência Política, p.101. Disponível: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1006>.

²⁴⁵ Temática tratada no Capítulo 1.

projeto, a SUDENE não seria apenas um devaneio? Até que ponto implica o âmbito político atrapalharem esse projeto? Vamos mapear a realidade enfrentada por Furtado ao trabalho realizado pela SUDENE.

No primeiro ano da SUDENE, Furtado equilibrava seu lado técnico com o político uma vez que precisava alinhar por encarar "O desenvolvimento econômico deve ser desenvolvimento político-econômico".²⁴⁶ Seu trabalho funcionava pelo suporte entre o Estado, o responsável, conjuntamente aos setores progressistas da burguesia. Eles faziam seus trabalhos serem conduzidos para o funcionamento da política de desenvolvimento no Nordeste. Num balanço entre os anos 1930 a 1960 um período de redescobrimto da economia brasileira. Ao destacar o processo dado de maneira mais automática imbricada pela "imposição histórica"²⁴⁷do que resulta de uma tomada de consciência da realidade nacional.²⁴⁸

Nesse período, a tomada de consciência do projeto da SUDENE estava na pretensão de fazer reconhecer a realidade subdesenvolvida na qualidade de um problema. A existência de uma economia de subdesenvolvimento, o qual o Estado não possui condições de sustentar e nem garantir o processo de desenvolvimento. A maneira de conseguir estava em se associar ao capital privado de forma a atuar de maneira planejada, determinando assim "uma visão conjunta do processo econômico".²⁴⁹

O alcance funcionando a partir de um planejamento permite encarar de frente questões como a coesão da sociedade uma vez que uma maioria concordava. Não tinha como aplicar o método de países desenvolvidos, por isso, precisava ser buscada uma frente de resistência. É importante reconhecer que os países subdesenvolvidos, como no caso do Brasil, passavam por tensões sociais em decorrência da falta de reformas básicas ao vislumbrar o caso das ligas camponesas e a luta pela reforma agrária. Sendo assim, não existia como o Brasil seguir os mesmos passos de desenvolvimento que se encontrava em países do primeiro mundo.

3.1. OS REBOLIÇOS PARA A APROVAÇÃO DO I PLANO DIRETOR

Ao enviar ao Congresso Nacional, o I Plano Diretor, a SUDENE dava um novo passo, da sua inserção dentro da órbita dos parlamentares responsáveis pelo centro de decisão. Uma vez que existe uma bifurcação dos partidos políticos, segundo Motta, na passagem da década

²⁴⁶ MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

²⁴⁷ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ *Idem*, p.76.

de 1940 a 1950, com a consolidação daqueles tidos como os maiores partidos políticos. Dentre eles, a UDN, assentado por uma classe voltada para o espaço urbano cuja composição estavam inseridos as classes média alta e empresarial. No caso do governo de Pernambuco a força do partido na classe usineiro tinha o seu maior representante o Governador Cid Sampaio.²⁵⁰ Por outro lado, dispunha o PSD, exercendo uma força mais centralizada na zona rural, dirigindo as intenções voltadas à questão agrária. O PSD dispunha de Kubitschek, resultado da coligação com o PTB.²⁵¹

Formaram o alicerce dos políticos brasileiros. De um lado, a UDN possuía em suas características o aspecto mais doutrinador, o qual defendia um viés mais liberal. Conduzindo-o à perspectiva de uma maior intervenção do Estado não sendo disposto a intervenção de capital estrangeiro.²⁵² Distante de uma característica doutrinadora, vemos o PSD um aporte de viés mais mediador, aliado a uma atuação de maior pragmatismo.²⁵³ Ambos os partidos são frutos da base política. Dissidente deste cenário, havia uma guinada de mobilização de outros partidos, o PSP, mas dentro das bancadas os centros que tinha força UDN, PTB e PSD. Mesmo havendo outros partidos, dos menores esses são os que ocupam o centro de discussão, a maioria se destaca nas bancadas do Congresso, Senado e Câmara.²⁵⁴

O discurso em torno das reformas sociais veio a ser o carro chefe da atuação no início da década de 1960. Por isso, em 04 de maio de 1960, ao enviar o I Plano Diretor houve uma repercussão em razão do levantamento de uma mobilização social e política ao redor. Enquanto ao envio à Câmara estava colocado também a urgência da performance da SUDENE. Isto posto, o viés público alcançado por essa atuação é rastreado na perspectiva dos políticos. No encontro de agosto se tem o contato dos Estados Unidos com a SUDENE.²⁵⁵ Na ausência de Furtado, Oliveira atuava enquanto superintendente adjunto, então o clima continuava esquentando no entrave do contexto em razão do Conselho cobrando,

²⁵⁰ No capítulo 1, na ocasião tratamos da coligação realizada entre partidos como PCB, UDN para eleger Sampaio ao Governo de Pernambuco e Miguel Arraes para a Prefeitura da capital Recife.

²⁵¹ Sobre a aliança PTB e PSB no controle do cargo de Presidente da República, ver: Cedro, Marcelo. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961): estabilidade política e desenvolvimento econômico. FERREIRA, Jorge (Org.). *O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao Golpe civil-militar de 1964*: Terceira República (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

²⁵² De acordo com Motta, no âmbito da esquerda os políticos da UDN eram entreguistas. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ Um ponto que chamou atenção nessa análise foi o movimento da década de 1950 à 1960 de elevação dos números de propostas voltadas ao caráter reformista e de esquerda. Sendo corroborado pelo andamento de projetos tido progressistas e apoio dado por essas atividades, no caso da SUDENE existiu um apoio de bancadas fora do Nordeste. COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE*. São Paulo: Editora perspectiva, 1978.

²⁵⁵ Nesse primeiro momento trata-se do acordo do trigo como ajuda externa focado no Nordeste pelos governos dos Estados Unidos e do Brasil.

principalmente tendo uma autonomia do espaço com a ausência de Furtado. Em setembro, o Conselho permaneceu mantendo-o em sua interação com o discurso da falta de recursos disponíveis para a própria SUDENE.²⁵⁶

Logo, a criação de planos e estudos deixavam a desejar no momento em que faltava uma execução concreta dos planos, assim, estimulava a insatisfação do Conselho. Dentro desse problema, a Câmara e o Senado estarem ao mesmo tempo barrando os recursos colocava os governadores na parede, pois precisavam cobrar aos representantes dos seus Estados.²⁵⁷ A configuração de uma instabilidade internamente era efeito dos embates externos determinando os conflitos. Essas interações respaldam os ataques externos sofridos pela SUDENE em razão das bancadas não concordarem com o plano enviado. Esse tipo de narrativa acabou por deixar claro o papel dos políticos enquanto agentes ativos no que deveria acontecer. Fazendo com que fique evidente mesmo havendo a tomada de decisão do Conselho, na instância de poder a ação ainda assim dependia de outra esfera de poder. Sendo assim, havia também no Conselho o consenso de que os choques de maior diferença eram externos.²⁵⁸

Por isso, o discurso alimentado no cenário geral permitia a colaboração mesmo entre as linhas existiam opiniões contrárias e competição interna. A ideia estava na mudança no governo facilitaria a liberação de verbas. No espaço do Conselho as eleições continuavam sendo um assunto não mencionado e distante das reuniões. Mas estava certo de que o encontravam tentando favorecer os próprios candidatos com relação à Furtado. Os jornais promoveram a incorporação não apenas de decisões para atuação, mas também a construção de uma oposição no próprio seio da bancada, um processo que delimita todo o cenário público. Desde o envio ao Congresso, se tem o cenário do fim do governo Kubistchek, na corrida eleitoral para substituir Jânio Quadros da UDN, oposição, e Henrique Teixeira Lott do PSD, um aliado. O cenário assumia um clima de instabilidade acerca da permanência de Furtado no comando da SUDENE. Contudo, a construção pública desde início tem seu reflexo em 1960, quando em maio tanto o *Diário de Pernambuco* como o *Jornal do Comércio* exploram a cobertura entre maio e dezembro dos debates.

Em vista da unidade regional prevista pelo Governo Federal, a aplicação do plano se mostrou fundamental ao organismo da nação. Entretanto, um aspecto conflitante na aprovação

²⁵⁶ Mário Magalhães cobrou o rendimento da SUDENE já que deveria atuar enquanto autarquia, o que desvia em sua perspectiva a realidade vivenciada.

²⁵⁷ ATA_007_1960: 7ª reunião ordinária, Recife, 02/09/1960.

http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6172&busca=ATA_007_1960

²⁵⁸ Existe ainda uma crença dos conselheiros na Câmara. *Ibidem*.

pelo Poder Legislativo. No caso da bancada nordestina, envolvia a questão da disputa de verbas em relação a cada Estado, em conjunto com o receio da abertura de possibilidade de se criar hegemonias intra-regionais. Ou seja, um realizado levava à outra e o medo da perda das verbas. A SUDENE e o Conselho experimentaram novamente a entrave da relação política quanto ao seu trabalho uma vez que até dezembro de 1960 os deputados e senadores não tinham aprovado o plano. Sem recepção elogiosa, o atraso era visto com insatisfação, pública o *Jornal do Commercio* ao emitir uma nota intitulada *A culpa é dos nordestinos*²⁵⁹ ao expor no texto,

Nossos correspondentes em Brasília transmitiram, para este jornal, a informação de que o deputado Oliveira Brito, do PSD baiano, tendo avocado a si, na Comissão de Justiça, o processo referente ao plano diretor da SUDENE, há um ano, insiste em não o relatar "como está", ***sob a alegação de que o grosso dos seus recursos se destina, especialmente para Pernambuco...*** Prendendo o plano mais de um ano a fio, teimando em proclamar, alto e bom som, que o não relata, que o manterá engavetado enquanto bem lhe aprouver, o deputado Oliveira Brito não está atuando contra Pernambuco, mas contra o Nordeste, a começar da Bahia.²⁶⁰ (grifos nossos)

Sob essa perspectiva, Furtado o reconhecia enquanto “dono do DNOCS na Bahia”,²⁶¹ o qual acusava de engavetar o plano durante os meses. O princípio da relação do Conselho desde o envio em maio com o atraso acabou barrando e diminuindo a recorrência dos trabalhos. Em sua autobiografia, Furtado descreve os trabalhos da SUDENE no todo, em curso pelos recursos liberados pelo crédito especial concedido pela lei. Assim, permitia o início das obras previstas no plano levando a aprovação de 23 projetos dentro do setor industrial. Pela escassez de recursos, o crédito especial se mostrou insuficiente e deixou não apenas o Conselho, mas também a Secretária Executiva e a superintendência de mãos atadas.²⁶² As reuniões entre junho e dezembro comentaram uma imagem negativa em relação aos políticos dando sentido de corporalidade ao funcionamento da SUDENE.

Não havia muito a ser feito, mesmo assim a postura de alguns membros do Conselho nas reuniões passava a ser de desgosto. A priori, Rômulo de Almeida, representante do Governo da Bahia, na reunião do primeiro dia de junho de 1960 exprimia insatisfação com relação ao seu Estado dentro da distribuição de recursos, a reconhecendo como ínfima. A

²⁵⁹ *JC_15121960_M2*: A culpa é dos nordestinos, *Jornal do Commercio*, Recife, 15/12/1960, cad: 1, p.36. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48667&busca=1512>

²⁶⁰ *Ibidem*, grifos nossos.

²⁶¹ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.300.

²⁶² FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

urgência quanto ao plano envolvia ser priorizado dentro dos recursos dele.²⁶³ No mês posterior, durante a reunião de julho, o clima não se encontrava em harmonia. As discussões no período envolviam reformulações do plano por conta dos deputados e suas declarações, nos registros de Furtado acentuaram as acusações em torno do seu nome. Alguns argumentos diziam respeito ao interesse e prioridades na atuação numa balança para medir a situação na formação de critérios de decisão. Amparado pelo viés técnico às decisões definiam se pela perspectiva do que passava a ser feito. Nesse ponto, o Conselho já adotava uma frente de desejos, no entanto, não existia garantia de receberem.

Um dos episódios deu-se na discussão entre Furtado e o representante das Forças Armadas, o General Afonso Albuquerque, apoiador da SUDENE desde a instalação do Conselho. A reunião se deu em primeiro de julho de 1960, envolvendo o trabalho a ser realizado pela SUDENE na seara da Defesa da Segurança Nacional na implementação de redes ferroviárias apoiado aos conselheiros, dando pressão para colocar no Plano do Tronco Circular do Nordeste. Não em detrimento do plano econômico preterido por Furtado. O ponto de vista em relação à atuação dentro da SUDENE configurou a partir da dinâmica dos critérios econômicos e não econômicos. Mesmo a balança pendendo ao lado dos projetos de viabilidade técnica, são vistos de modo separado em razão do objetivo econômico atribuído a ela quando é alvo de discussões no Congresso.

Em suma, definir os passos da SUDENE por meio do plano econômico conduz Furtado a concordar com as ementas ao defender a contribuição do plano econômico em todos os aspectos no caso da segurança nacional. Mas, não deveria ser atribuída questões de outras esferas e órgãos em relação à SUDENE. O Conselho era o local adequado para destinar as cobranças de outros órgãos e segmentos, em razão desses grupos terem representantes no corpo do órgão.²⁶⁴ Desde de junho esse tipo de discussão estava sendo abordada, mais

²⁶³ *ATA_SI_004_1960*: Primeira sessão da 4ª reunião ordinária. 01/06/1960, Recife/PE, Presidente da Sessão: Samuel Vital Duarte. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6167&busca=>

²⁶⁴ Um episódio de disputa foi entre o conselheiro João Ramo, a Secretária Executiva e o superintendente, em di discordaram da perspectiva de Roma. Esse exemplo de disputa resulta na suplementação da ementa pelo presidente da sessão A reunião se deu em primeiro de julho de 1960 envolvendo o trabalho a ser realizado pela SUDENE na seara da Defesa da Segurança Nacional na implementação de redes ferroviárias apoiado aos conselheiros, dando pressão para colocar no Plano do Tronco Circular do Nordeste. Não em detrimento do plano econômico preterido por Furtado. O ponto de vista em relação à atuação dentro da SUDENE configurou a partir da dinâmica dos critérios econômicos e não econômicos. Mesmo a balança pendendo ao lado dos projetos de viabilidade técnica, são vistos de modo separado em razão do objetivo econômico atribuído a ela quando é alvo de discussões no Congresso. Em suma, definir os passos da SUDENE segundo o plano econômico conduz Furtado a concordar com as ementas ao defender a contribuição do plano econômico em todos os aspectos no caso da segurança nacional. Mas, não deveria ser atribuída questões de outras esferas e órgãos em reação à SUDENE. O Conselho João Ramo, representante, aponta que o Conselho era o local adequado para destinar as cobranças de outros órgãos e segmentos em razão desses grupos terem representantes no corpo do órgão. Acaba 79

especificamente no episódio em si, o Conselho se reunia para discutir a aplicação de crédito especial. Os recursos levavam ao direcionamento em escala de prioridade da região idealizado pela Secretária Executiva. Ao corroborar, Furtado, existia dificuldade na perspectiva dos conselheiros de fundamentarem a ideia de saber onde esses recursos tinham que ser distribuídos, não necessariamente tinha a ver com os interesses dos seus próprios Estados. O representante de Sergipe Aloísio Campos versus Francisco de Andrade sobre os recursos levantava o questionamento: Apenas Fortaleza e Recife possuem direito aos recursos? E as outras capitais?²⁶⁵ A escolha estratégica de maior atuação política da SUDENE em Recife, Bahia, Ceará, era justificado “que possui os níveis que são conhecidos de todos como os de ordem econômica, facilidade de transporte, concentração de economias externas etc., sem prejuízo para o desenvolvimento industrial de outras áreas”.²⁶⁶ Referia a adoção da tríade do desenvolvimento do Sudeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, sendo reproduzida no Nordeste.

Até a aprovação do I Plano Diretor a SUDENE funcionava a partir dos recursos concedidos do crédito especial dado ao presidente, desde a criação do CODENO, para além do oferecido por lei. Esse quadro se manteve nos outros meses do ano vigente, precisando Furtado justificar a escolha acerca desses três Estados serem propícios a elaboração de estudos sobre o desenvolvimento. Reafirmar assim as características de que possui os níveis que são conhecidos de todos como os de ordem econômica, facilidade de transporte, concentração de economias externas etc., sem prejuízo para o desenvolvimento industrial de outras áreas.²⁶⁷ Esse tipo de episódio permite delimitar o caráter imediatista dentro do Conselho principalmente pelos próprios governadores. Ao se referir aos trabalhos existia a tentativa de uma frente de união para esclarecer a viabilidade de um plano a longo prazo na realidade dos trabalhos da SUDENE. Por ser uma política a longo prazo, delimitando os critérios econômicos e de desenvolvimento dos recursos.

O arranjo realizado em torno da serventia e prioridades determinava o destino dos recursos e contribuiu nas tensões dentro do Conselho. Ou seja, a diminuição de recursos ou

que o debate permite um clima de animosidade pela Secretária Executiva e o superintendente discordaram da perspectiva de Roma. Esse exemplo de disputa resulta na suplementação da ementa pelo presidente da sessão.

²⁶⁵ *ATA_E_001_1960*: Primeira reunião extraordinária. 30/06/1960. RECIFE-PE. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6169&busca=>

²⁶⁶ *ATA_006_1960*: 6ª reunião ordinária 03/08/1960. Recife/PE. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6171&busca=> p.4.

²⁶⁷ *Ibidem*.

nenhuma atribuição inflamam o dentro do Conselho conflitos.²⁶⁸ Além disso, Furtado justificava que entre Pernambuco, Bahia e Fortaleza, são locais no qual importou projetos de concentração urbana. Salvador acabou tendo o segundo escritório da SUDENE no Nordeste assumido por Francisco de Oliveira.²⁶⁹ Entre agosto e setembro a discussão permanecia em alta por conta do sentimento de incerteza, a força pública não se mostrava suficiente naquele momento e os deputados acabaram solicitando a criação de uma "Comissão Especial". A bancada nordestina não realizava o curso de apoio cobrado pelo *Jornal do Commercio*.

A explicação, desta forma, somente poderemos encontrá-la aceitando a tese sustentada pelo "correio da manhã" e pelo "Jornal do Brasil" entre outros e que foi objeto de um dos nossos comentários: há, no Nordeste, por parte de políticos e interessados, o plano, claro, de torpedear a SUDENE cujo papel constituirá um golpe de morte neste crime que se vem perpetuando entre maus nordestinos de fazer a seca, do Nordeste e seus problemas, uma verdadeira indústria.²⁷⁰

Essa narrativa vai ao encontro dos discursos emitidos pelos conselheiros nas reuniões. Considerando o período de envio do plano ao Congresso por Kubitschek até à aprovação dele, a SUDENE funcionava por meio de recursos do crédito especial dado por ele para criação da lei.²⁷¹ Nesse período, verifica-se os governadores exercerem uma pressão nas bancadas do Nordeste tendo em vista que ficariam sem os recursos.²⁷² Do ponto de vista de Oliveira a SUDENE recebia um "chá de gaveta"²⁷³ dos deputados, a oposição mobilizada pelos deputados da região, já que o apoio estava na população e deputados do Sul.

O consenso do Conselho estava em dirigir atenção nos choques externos, ou seja, fortalecimento do discurso de colaboração entre eles contra as forças externas. Ainda sim,

²⁶⁸ Entre Furtado e José Aloísio de Campos, representante do Estado de Sergipe pleiteava a cobertura de atuações do I PD em seu Estado. "O conselheiro José Aloísio de Campos diz que não compreende como exigir esses estudos minuciosos para Sergipe, quando eles não foram realizados com relação aos outros Estados contemplados no plano". Se um for beneficiado os outros chamavam atenção da necessidade de serem também contemplados. No encerramento da reunião Campos almejava ao Conselho que "tem tomado critério discriminatório concentração o Estado de Sergipe". Assim, pede alterações na atuação relembrando fazer parte do Nordeste. *Ata_005_1960*: 5ª reunião ordinária; 01/07/1960. Recife/PE, Presidente da sessão: Afonso Albuquerque, p.17-37. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6170&busca=>

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978, p.138.

²⁷¹ A Lei nº 3.692 que criou a SUDENE e o CODENO concedeu crédito especial cerca de CR\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) mais CR\$ 1.000.000.000,00 (Um bilhão de cruzeiros) do artigo 24. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-publicacaooriginal-1-p1.html>

²⁷² *ATA_007_1960*: 7ª reunião ordinária, 02/09/1960, Recife/PE. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6172&busca=>

²⁷³ OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. São Paulo: Boitempo, 200, p.56.

funcionado sem a aprovação os desafios enfrentados os limitavam, ênfase no discurso de Furtado em enxergar os trabalhos realizados naquele período.²⁷⁴

A essa altura é possível também identificar a contínua insatisfação dos próprios conselheiros com relação a Furtado baseando-se em sua atuação concentrada em pesquisas e estudos. Em novembro, o conselheiro Francisco de Andrade Castro apontou nas reuniões anteriores a falta de atenção dada pelos trabalhos da SUDENE quanto às demandas de outros conselheiros. Além da forma vagarosa no tocante às resoluções dos trabalhos apresentados em cada reuniões,

6º Esta reunião marca mais de cento e vinte dias decorridos sem que tenha recebido o Conselho os estudos solicitados e em andamento lento, moroso, como sempre acontece em relação aos Estados do Nordeste sêco, atirados na órbita do esquecimento (...)”²⁷⁵ acaba aumentando as tensões já vivenciado, "enquanto isso acontece assistimos aqui ao desfile dos estudos e projetos para a instalação de numerosas indústrias em Pernambuco e outros estados beneficiados pela energia barata de Paulo Afonso, aceleradamente encaminha à pauta dêste Conselho.”²⁷⁶

Se repetia a queixa quanto a distribuição de recursos de modo desigual, se de um lado o Nordeste seco²⁷⁷ existia sem o planejamento de desenvolvimento, o sucesso da empreitada estava descaracterizado de uma atuação linear, a justificativa precedia a soluções resolvidas através da instalação do plano, ainda sem aprovação.

Essa distinção dos trabalhos entre os Estados na própria região fomentava uma dinâmica similar quanto ao tratamento diferente entre as regiões do país. Ou seja, coloca em evidência críticas à atuação da SUDENE ao privilegiar áreas específicas e não num todo onde se tem o Nordeste úmido contra o seco. Permitir cimentar esse tipo de perspectiva era o que Furtado buscava negar, uma vez que ao expor os dados dos recursos entregues, exemplo Ceará, a base de atuação se fortalecia com o Banco do Nordeste, ao refutar não elaboração dos trabalhos de qualquer jeito.

²⁷⁴ Um dos pontos era na formação de tecidos e do setor de geologia com a Universidade do Recife.

²⁷⁵ *ATA_009_1960*: 9º reunião ordinária, 04/11/1960, Recife/PE, p.11. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6174&busca=>

²⁷⁶ *Ibid.*, p.11.

²⁷⁷ Entende-se como Nordeste seco os Estados: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte.

3.2. MUDANÇAS NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

O final do governo de Kubitschek passou por uma conjuntura de instabilidade para a SUDENE e o próprio Furtado. O tumulto das mudanças do Governo Federal previa dúvidas, um novo governo distante da manutenção das alianças políticas, o receio de um governo eleito desejando se desvincular de toda atuação do antecessor. O plano continuava seguir os trabalhos, mesmo com a aprovação do I Plano Diretor, o qual a expectativa era ser aprovado durante o governo Kubitschek. Em seus registros, Furtado comunicava os receios, mas garantia tranquilidade quanto aos trabalhos realizados naquele momento.

Uma das precauções estava na pluralidade de governadores, a diferença de partidos os fazia ter relação com candidatos diferentes, que participavam do Conselho. Relatou em sua obra a condução dos próprios conselheiros aproximasse os candidatos dos trabalhos realizados pela SUDENE. Para Furtado, o novo superintendente disporia da conservação do trabalho da política de desenvolvimento.²⁷⁸ Dentre os candidatos se tinha Jânio Quadros, candidato da UDN, chapa de oposição ao governo Kubitschek, defendia publicamente a manutenção da SUDENE e a permanência do próprio Furtado. Em fevereiro Quadros já deixava claro o compromisso com o Nordeste se eleito, não com partidos.²⁷⁹

Durante sua campanha houveram controvérsias, uma delas foi em outubro houve o encontro de Juracy Magalhães e Furtado, a descrição dada pelo primeiro sobre Quadros, mesmo sendo do mesmo partido, o encarava como “pessoa instável, de trajetória imprevisível”.²⁸⁰ Esse tipo de visão parte dos comportamentos, uma vez que em março visitou Cuba ao lado de Francisco Julião, o levando a apoiar Castro. Os seus discursos em setembro em comício no Recife foram a oportunidade de declarar as diretrizes do governo que previa estabelecer, além de reforçar a importância do Nordeste.²⁸¹

²⁷⁸ Em sua autobiografia Furtado relata o recebimento do apoio dos governadores da Bahia, Juracy Magalhães, e Pernambuco, Cid Sampaio, ao realizarem reuniões com os candidatos à presidência. Além de incentivar os outros governadores para expandir os diálogos. Acabou para Furtado a responsabilidade na elaboração de um texto base sobre a política de desenvolvimento. No lugar ocupado por Furtado não poderia haver um envolvimento nessas atuações para não expor à SUDENE uma vez que reforçava o discurso do órgão não ser envolvido em questões partidárias, como eleições. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²⁷⁹ *JC_10021960_M1*: Compromisso só com o Nordeste” diz o snr. Jânio. 10/02/1960, Recife/PE, cad: 1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48427&busca=1002>

²⁸⁰ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.281.

²⁸¹ *DP_20091960_M2*. “As “diretrizes do governo” de Jânio Quadros: Síntese. 20/09/1960, Recife/PE, cad: 1, p.3. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42719&busca=2009>

Na mesma linha, o governo impulsionava o general Henrique Lott, aliado do governo Kubistchek que seguia a linha de Quadros, também expressava apoio à SUDENE. Nesse ínterim, Furtado, organizado pelo ministro da Justiça Armando Falcão, encontrou-se com Lott. O movimento político nesse período era repercutir o máximo possível a política de desenvolvimento dando continuidade ao projeto furtadiano. O Nordeste acabou desempenhando o papel de púlpito para os candidatos políticos. Quadros, principalmente, enxergava oportunidades durante a campanha ao declarar “não pode existir dois Brasis, um rico e um pobre”,²⁸² apoiado por Sampaio, responsável pela leitura desse documento. A eleição acabou sendo uma cortina de fumaça, outrora o I Plano Diretor era o centro de interesse da SUDENE. Estava claro naquele ano, o plano não seria aprovado, não só, mas enfrentava os ataques e modificações estipuladas pelos senadores e deputados.

Com a falta de aprovação em 1960, o Conselho em 1961 contou com tempo para alterar no início do ano através de uma revisão de valores de investimentos do plano. Levando em conta o encontro de 9 de janeiro de 1961, o clima instaurado passava pelo receio do plano ser aprovado depois da votação do orçamento daquele ano, resultando num prejuízo direto à SUDENE. As acusações em torno do plano não encaixavam nas normas estabelecidas pelos parlamentares, forçando a modificação em vários aspectos no orçamento daquele ano. Na opinião de conselheiros como Parsifal Barroso sugerem na sessão que a alteração do Plano tomava um caráter de urgência se propondo a agradar as bancadas.²⁸³ A própria alteração levava em conta a autoridade do Conselho frente ao superintendente, o qual equivale a ser a ligação direta do próprio Conselho com o presidente da República.

A hierarquia demonstrava na prática como a tomada de decisão formava a base do sistema. Ocupar o lugar de mediador o coloca no papel de instrumentalizar o qual Furtado ocupa, o deixava numa berlinda e numa posição desfavorável frente à mercê desses grupos. O novo presidente garantia o funcionamento da lei da SUDENE como estratégia de criar uma segurança quanto aos recursos por conta da relação estabelecida com Furtado.

²⁸² DP_27091960_M3. “Protocolo-compromisso de Jânio para com o Nordeste foi lido ontem pelo governador”. 27/09/1960, Recife/PE, cad: 1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42728&busca=2709>

²⁸³ ATA_SI_011_1961: 11º reunião ordinária, 9 de janeiro de 1961, RECIFE-PE. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6176&busca=>

3.3. I PLANO DIRETOR

Entre novembro e dezembro Furtado se fez presente ao enfatizar a sua posição de conciliador no espaço ao tratar-se de fortalecer o papel desempenhado pela SUDENE, não o colocando em atrito ou em uma situação de competição com as outras agências. Neste ponto, o discurso proferido por ele sinaliza uma posição ativa e até no momento em desempenhar um trabalho em conjunto invés de sobressair, e ser individualista, esse tipo de paralelo estava em aplacar a repercussão ao mesmo tempo acalmar os ânimos dentro do Conselho.²⁸⁴

Sob a perspectiva de Murilo Marroquim ao publicar no *Diário de Pernambuco* um artigo indaga das regiões se agredirem ao contínuo protestos em torno já que acusavam “Os senhores das verbas nacionais e dos votos miseráveis pagos pelo tesouro, setem-se ameaçados. Não é preciso mudar?”.²⁸⁵ O Congresso desempenhando o papel de obstáculo permite fazer publicidade de Sampaio ao ocupar o lugar de líder do Nordeste, aplicando essa disputa interna.

Em paralelo Aluizio Afonso Campos em artigo também publicado no *Diário de Pernambuco*, ao enaltecer o Plano Diretor fornecia um ordenamento direcionado das verbas, só que para Campos isso seria realizado por via de um milagre segundo eles precisavam “1º) - a aprovação da proposta pelo Congresso, pelo menos sem alterações que a desfigurem ou desintegram”.²⁸⁶

Nesse ponto corria no início de 1961 o Poder Executivo estabelecia uma demanda de alterações no plano uma vez que para o deputado Oliveira Brito dizia que o plano fortalecia uma implementação de “hegemonias intra-regionais”.²⁸⁷ Significa acusar em outros termos o

²⁸⁴ Esse discurso associa em outubro o editorial publicado pelo Jornal do Commercio “A SUDENE sem verbas e o DNOCS funcionando como um partido político” no qual o Plano Diretor era reforçado como mudança em contra partido atacava o DNOCS por meio da declaração emitida por Sampaio: “salientava (...) ao passo que o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS), funcionou durante o período eleitoral como se fôsse um partido político, com a sua máquina administrativa lubrificada para arrecadar votos para o marechal(r) Lott”. A acusação vinha pelo apoio dado por Sampaio para a vitória de Quadros na região ambôs são da UDN. ATA_009_1960: 9º Reunião ordinária, 04/11/1960, Recife, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6174&busca=>;

JC_25101960_MI: A SUDENE sem verbas e o DNOCS funcionando como um partido político. Jornal do Commercio, Recife, 25/10/1960, cad:1, pág: 4, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48637&busca=2510>.

²⁸⁵ DP_03111960_MI: Em vez de líder: bom senso e conjunto. Diário de Pernambuco, Recife, 03/11/1960, cad:1, pág:4, http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42759&busca=DP_03111960.

²⁸⁶ DP_05111960_MI: Problemas do Nordeste: A SUDENE e as agências executivas federais. Diário de Pernambuco, Recife, 05/11/1960, cad: 1, pág: 4, http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42760&busca=DP_05111960.

²⁸⁷ COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*, São Paulo: Perspectiva, 1976. Furtado, Celso. A obra autobiográfica. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.139.

papel de Pernambuco no âmago da atuação deixando de lado os outros Estados do Nordeste. Ao afirmar em seu argumento de

vivendo, porém, numa Federação já tão desfigurada por fatores econômicos, é preciso não se perder de vista o imperativo de evitar-se que, dentro do próprio Nordeste empobrecido e abandonado, se criem ilhas economicamente fortes e socialmente amparadas, agravado, desse modo, a desigualdade que hoje existe entre o Sul e o Norte do País. Acredito que esse objetivo poderá ser atingido sem prejuízo da essência da estrutura do plano elaborado pela SUDENE.²⁸⁸

Essa linha de argumento em oposição aos trabalhos e atuações da SUDENE não era uma crítica nova. Os próprios governadores teciam esse tipo de comentário, de certo, respaldados pelas declarações do próprio Furtado em reafirmar que o foco do incentivo industrial estava em Recife, Salvador e no Ceará.

Noutros termos, a SUDENE passa a ser atribuída a certos Estados, alheio ao propósito da sua criação e do Conselho de unidade regional e até os governadores de uma região só. Principalmente quando se diz respeito aos governadores dos Estados que empenharam-se em pro de conseguir maiores privilégios e recursos aos próprios, os quais se enxergavam no tocante de vítimas dos manejos políticos.

Tal caso se ilustra na notícia identificada por Cohn no jornal *O Estado de S. Paulo*, declaração do governador Dinarte Mariz do Rio Grande do Norte

O Governador D. Mariz que empregou um tom quase agressivo em seu discurso, chegou a afirmar que “se fosse necessário iria ao Ceará pegar em armas ao lado dos cearenses, para que suas justas reivindicações fossem atendidas”, e por isso não compreendia a razão do desprezo absoluto pelos problemas de seu Estado. (...) Segundo se afirma, a principal razão do protesto do governador potiguar origina-se do fato de ter sido organizada uma empresa de capitais mistos... para cuidar do problema do Cariri... Aquela região foi dispensado um cuidado especial, em prejuízo do Rio Grande do Norte, apesar da promessa em contrária do presidente Juscelino Kubitschek.²⁸⁹

Deixando mais palpável por Brito ao assumir uma frente de confronto com relação à própria SUDENE. Principalmente pela responsabilidade adquirida quanto ao atraso da aprovação do Plano destacado em suas declarações por fazer parte da comissão responsável em análise dele, inicialmente ao utilizar o argumento de

O plano elaborado pela SUDENE carecia, do ponto de vista da técnica legislativa, de radical reformulação, pois não seria possível

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ *Ibid.*, p.139-140.

incluir-se no corpo da lei, ou em anexos à mesma, uma exposição, por mais brilhante que fosse, como é o caso daquela a que se deu o nome de plano diretor da SUDENE e que outra não é senão a definição da política de desenvolvimento do Nordeste... que aquele órgão se propõe executar, e aprovada pelo Congresso. A tarefa, portanto, de transformar em normas legais o pensamento exposto no longo trabalho de 409 páginas datilografadas, era extensa e demandava dias de trabalho.²⁹⁰

Cumprir destacar essa informação de que nem todo o contexto de alteração se respalda em perseguição dos políticos da indústria da seca. Havia a carência de adequação do Plano a fim de ser aprovado. Além de imputar responsabilidade quanto alterações enviadas pela própria SUDENE, o que segundo Brito os deixavam à mercê deles,

se tivéssemos de nós dar ao trabalho de apontar responsáveis pelo atraso na aprovação do plano, teríamos necessariamente de incluir a própria SUDENE com a maior parcela, por haver enviado uma exposição de idéias e propósitos e não um plano estruturado dentro das normas legislativas... cumprirei o meu dever sem outra preocupação senão a de servir ao bem da coletividade, indiferente a outras considerações, inclusive ao ambiente de pressão que se pretende criar para que o plano seja aprovado sem quaisquer alterações...²⁹¹

No que diz respeito ao Plano, retornando ao artigo de Campos, o segundo milagre se referia a “2º) o efeito entrosamento dos órgãos executivos para a elaboração das revisões e execução do planejamento”.²⁹² Significava a reunião das esferas de poder em colaboração seja o DNOCS, Ministérios e outras escalas. Inclusive quando se trata de articulação existia uma deficiência. No artigo de Campos é mencionado o Correio da Manhã publicou o editorial “O grande problema” em 23 de outubro de 1960 no qual acusava da maior obra do governo de Kubitschek mesmo com a união de governadores e de Furtado pelo I Plano Diretor. Para romper com o desnível entre as regiões, principalmente do Sudeste, o qual reforçava “O Plano Diretor da SUDENE não é um programa de socorro, como tantos outros programas do passado, em que o dinheiro da União derreteu-se como sorvete no Polígono dos tempos de seca. É um investimento para criar formas novas de vida”. Assim, tem como objetivo atribuir à espera o estado de estancar os trabalhos do órgão, é simbólico essa posição dada pelo Correio em virtude do espaço e apoio atribuído à Furtado desde o anúncio de criação da

²⁹⁰ *Ibid.*, p.138.

²⁹¹ *Ibid.*, p.138-139.

²⁹² *DP_05111960_MI*: Problemas do Nordeste: A SUDENE e as agências executivas federais. Diário de Pernambuco, Recife, 05/11/1960, cad: 1, pág: 4, http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42760&busca=DP_05111960.

SUDENE. Por isso o movimento de retirada do DNOCS do quadro da SUDENE, um dos apoiadores dessa atuação era o ministro da viação citado no capítulo 1.

Em continuidade deixava no artigo a relação entre ambos aí definir “um partido político atrelado ao Ministério da Viação, com seus bilhões anuais de verbas”, acusação que era associada pela fala de Sampaio, citada anteriormente. Então cabe a responsabilidade à Quadros de garantir que o DNOCS não continuasse sendo instrumentalizada para atrapalhar. A narrativa de inimigas teve reflexo e reforço ao tomar conhecimento público ao deixar registrado: “... Não foi feita nem mesmo a contribuição que lhe pediu a SUDENE (quando devia ter exigido) ao Plano Diretor. O DNOCS continua zombando da lei que criou a SUDENE e do Presidente da República”.²⁹³

O ponto chave tratava-se do descaso do Governo Federal com a política de planejamento, a mesma que tinha se comprometido auxiliar uma vez que era para conter a desordem na atuação federal. No que diz respeito ao I Plano Diretor estava concebido a ameaça no final daquele ano a sua aprovação. Igualmente, encontrando nessa campanha uma cobrança e acusações de um Nordeste contra a SUDENE.

Então, publicamente, esse papel de esperança da SUDENE se fortalece por meio de publicações, tal como, o observador político ao Diário de Pernambuco em novembro.²⁹⁴ Enfatizando o Plano ter sido engavetado pela Câmara de deputados permitia o reforço de um espaço que estava concentrando sua atuação em saber quem ocuparia os cargos de Ministros no governo de Quadros. O artigo afirmava que o papel de Ministros no Brasil se tornou um corpo de burocracias sem planejamento. Isso torna compreensível ao cenário político a existência pouco interessava na situação do Nordeste, até o próprio Quadros e Kubitschek no final do ano.²⁹⁵ Reafirmava a defesa em Furtado “O planejamento já está feito: o homem ideal para executá-lo é o mesmo, que planejou e se chama Celso Furtado”.²⁹⁶

O referido enquanto Ministro de um super Ministério do Nordeste. De toda forma, o Plano não seria aprovado mesmo com o circo de pressão pública mobilizado no final de 1960. Ao longo dessa situação a posição de Furtado também é questionada, em seus registros o

293

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Argemiro%20Figueiredo&pagfis=23762.

²⁹⁴ DP_06111960_M2: Sob ameaça o plano diretor da SUDENE. Diário de Pernambuco, Recife, 06/11/1960, cad: 1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42763&busca=0611>.

²⁹⁵ As expectativas estavam altas até para os nomes nomeados para dos Ministros de no governo de Quadros. DP_26111960_M1: SUDENE, para Alagoas, é tão importante quanto JQ... Diário de Pernambuco, Recife, 26/11/1960, cad: 1, pág: 1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42773&busca=2611>.

²⁹⁶ DP_06111960_M2: Sob ameaça o plano diretor da SUDENE. Diário de Pernambuco, Recife, 06/11/1960, cad: 1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42763&busca=0611>.

próprio aponta o embate com o Ministro da Viação, o almirante Amaral Peixoto, por abrigar ao DNOCS atribui tal quase “base de operação da indústria da seca”.²⁹⁷

Ao indicar Furtado ao cargo de superintendente, Kubistchek enfrentou os políticos pessedistas, uma vez que se mostraram contrários por receio da concentração de controle dos políticos da UDN na administração da SUDENE. Essa posição foi mais tarde reproduzida pelos udenistas, após vitória de Quadros, os forçou a elaborar uma defesa de controle da SUDENE evitando o controle dos pessedistas. Outra vertente assumida foi de Furtado ser comunista, assim, passou a existir a campanha de “tirar esse comunista da SUDENE”.²⁹⁸

A operação dos representantes da indústria da seca estava em acusar o próprio Furtado, que funcionava para além dos muros da SUDENE. No caso, o deputado Euclides Wicar além de chefe da bancada dos industriais, também tinha seu irmão na direção do DNOCS, enviou naquele ano mensagem ao Executivo pedindo a criação de dentro do DNOCS dois distritos, onde existiria um Conselho que a SUDENE teria um assento. Segundo Furtado, o objetivo “Quebrava-se, assim, o princípio de unidade de planejamento, e colocava-se a SUDENE em posição subalterna em tudo o que disesse respeito à região semiárida”.²⁹⁹ Esse projeto passou pela Câmara, por isso alarmava Furtado que usou a situação para enviar a conhecimento público.

Manter a ideia de união não se parecia uma questão em torno do DNOCS.³⁰⁰ A qual enfrentava mais um escândalo quando o general Afonso de Albuquerque, já tinha ocupado assento no Conselho da SUDENE como representante das Forças Armadas, assumiu o cargo de diretor geral do DNOCS.³⁰¹ A necessidade de inserir o departamento enquanto extensão sobre a SUDENE ganhou força naquele momento. Nas respostas atribuídas aos planos aprovados, Albuquerque via no seu papel a responsabilidade de tornar o objetivo máximo do “DNOCS, dentro do novo esquema de trabalho que estamos elaborando, constituirá sem

²⁹⁷ FURTADO, Celso. *A obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.291.

²⁹⁸ Essa afirmação segundo Furtado, veio de Renato Ribeiro Coutinho dos grandes do açúcar da Federação de Indústrias de Pernambuco. *Ibid.*, p.292.

²⁹⁹ *Ibidem*.

³⁰⁰ Foi instalado um escritório do DNOCS em 1961 no Ceará. *DP_16021960_MI*: Instalada ontem a SUDENE. Diário de Pernambuco, Recife, 16/02/1960, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42457&busca=1602>.

³⁰¹ Em abril o Diário aproveitou para tornar público as frequentes visitas de Albuquerque a SUDENE, além disso em maio se fez presente durante a reunião do Conselho. *DP_10031961_MI*: Escândalos no DNOCS envolvem muita gente. Diário de Pernambuco, Recife, 10/03/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42848&busca=1003>;

DP_02041961_MI: É de estarecer, o escândalo do DNOCS. Diário de Pernambuco, Recife, 02/04/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42859&busca=0204>.

DP_03051961_M2: Governadores e diretor do DNOCS chegam para reunião da Sudene. Diário de Pernambuco, Recife, 03/05/1961, cad:1, pág:6, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42868&busca=0305>.

dúvida o mais importante órgão de estudos e de execução da SUDENE...”³⁰² reafirma a necessidade de um entrosamento.

Por conta do I Plano Diretor não estar avançando no Congresso, e devido ao movimento do cenário, a Furtado ocorreu se preparar para uma substituição. Dentro de um retrospecto de oposição a sua posição e atuação acabava sendo definido como “estatizante”.³⁰³ Todavia, no meio de novembro Furtado encontrou-se com Quadros no Palácio do Planalto. Consistia na confirmação do apoio dado pelo eleito Presidente quanto a presença e posição de Furtado no órgão.³⁰⁴

Com efeito, o conhecimento dos discursos de combate à SUDENE demonstrava as prioridades e interesses de uma parte da classe política, então tornava público a batalha enfrentada. No início de novembro o *Diário de Pernambuco* publicava o editorial cobrindo o programa político do Hélio Porto na tv-rádio clube canal, o qual denunciava ao denominar como um movimento por partes dos políticos da indústria da seca e dentro do DNOCS assumiram uma campanha de extinguir a SUDENE.³⁰⁵ No mesmo artigo, acrescentava uma entrevista ao novo Ministro da Viação Virgílio Távora ao rebater essas alegações, respondidas por serem sem fundamentos a fim de extinguir a SUDENE, se fazia necessário por conta dos conselheiros e os congressistas tomarem a decisão.

3.3.1. 1961: UM ANO DECISIVO PARA A SUDENE E O SEU I PLANO DIRETOR

De um lado o início de 1961 cuja abertura para o final do governo Kubistchek.³⁰⁶ O andamento da posse de Quadros em janeiro passou pela instabilidade do nome de Furtado ao cargo nos seus meses iniciais pediu demissão mesmo após encaminhar os trabalhos em janeiro. Seu pedido configurava uma deixa clara sobre o clima político instaurado no país. A tomada de frente do mesmo teve sua exposição numa coletiva de imprensa concedida no

³⁰² DP_18031961_M1: Diretor do DNOCS apóia campanha "associada". *Diário de Pernambuco*, Recife, 18/03/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42852&busca=1803>.

³⁰³ FURTADO, Celso. *A obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.293.

³⁰⁴ Celso Furtado ficará na direção da SUDENE; HIRSCHMAN, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963; DP_24111960_M1: Celso Furtado ficará na direção da SUDENE. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24/11/1960, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42770&busca=2411>.

³⁰⁵ DP_01111961_M1: Indústria da sêca estaria tentando extinguir Sudene. *Diário de Pernambuco*, Recife, 01/11/1961, cad:1, pág:3, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42996&busca=0111>.

³⁰⁶ Para o *Diário de Pernambuco* seguia o empenho do Plano Diretor ser aprovado na condição das mobilizações dos deputados contrários a aprovação e visto quanto desmanchar o plano ao seu bel prazer já que encarava a SUDENE na qualidade marca do seu governo. DP_03011961_M1: JK empenhado em salvar Plano Diretor da SUDENE. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03/01/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42780&busca=0301>.

início de fevereiro no Recife. Ao afirmar “sempre que o presidente dê tôda e plena autoridade à Superintendência de Desenvolvimento e a certeza de que o órgão continua fora da política”.³⁰⁷

Essa manobra pública de Furtado leva a análise de Becker acerca da opinião pública tem seu caminho a influência do apoio dado pela opinião pública tendo em conta a influência também quem tomaria a decisão. A opinião pública neste curso tem a ver com a pressão exercida, vale ressaltar internamente não recebia tanta influência como demonstrava. Furtado em momentos chaves do contexto, utilizava da imprensa de modo a ser interpretado de modo a ganhar apoio.³⁰⁸ A urgência do I Plano Diretor era um exemplo claro de um contexto político instável.³⁰⁹ Logo após a coletiva, os jornalistas do Guanabara lançaram uma mensagem de apoio ao que chamam de “campanha de integração do nordeste”³¹⁰, reforçando o desenvolvimento enquanto um mecanismo de salvação. Outra publicação, a qual seguia o curso, só que dessa vez mais expressivo se deu por meio da declaração do deputado Milvernes Cruz Lima, do PSD de Pernambuco, “tirar Celso da SUDENE é cometer um crime contra o Nordeste”.³¹¹

No ano de 1961 dedica-se à campanha contra a SUDENE e o próprio Furtado. Até aqui se sabe dos problemas enfrentados pelo órgão, seja a falta de técnicos, a demora na aprovação do Plano. A respeito da atuação, estava em fervura o trabalho em estender o processo de integração do órgão em outros Estados, distante da concentração da Bahia e Pernambuco.

³⁰⁷ DP_08021961_M1: Celso Furtado pediu demissão da Sudene: aguarda resposta de JQ. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08/02/1961, cad:8, pág: 2, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42829&busca=0802>.

³⁰⁸ Becker reafirma o papel da opinião pública na política como forma inseparável, parafraseando Alain Girard, “A opinião pública não faz a política externa, assim como não faz a interna, mas nenhuma política, ao que parece, pode ser feita nem contra, nem sem ela. (...) A opinião pública talvez não atue diretamente nos acontecimento, não tem poder de decisão, mas tem o poder, ao que parece, de tornar ou não possível a política de seus representantes.” BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. Em: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2º Ed. 2003.

³⁰⁹ DP_08021961_M1: Celso Furtado pediu demissão da Sudene: aguarda resposta de JQ. *Diário de Pernambuco*, Recife, 08/02/1961, cad:8, pág: 2, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42829&busca=0802>.

³¹⁰ DP_09021961_M1: Jornalistas da Guanabara apóiam e aplaudem a "Campanha do Nordeste". *Diário de Pernambuco*, Recife, 09/02/1961, cad: 1, pág:2, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42830&busca=0902>.

³¹¹ Ainda mais, são união dos estudantes de Pernambuco que enviaram ao Presidente um telegrama reafirmando apoio à Furtado e sua permanência no cargo de superintendente. DP_09021961_M2: Dep. Milvernes: tirar Celso da Sudene é cometer um crime contra o Nordeste. *Diário de Pernambuco*, Recife, 09/02/1961, cad:2, pág:3, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42831&busca=0902>; JC_10021961_M1: Estudantes pedem a Jânio que mantenha Celso Furtado na Sudene. *Jornal do Commercio*, Recife, 10/02/1961, cad:1, pág:4, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48692&busca=1002>.

Encontrava no empenho de criar departamentos do órgão nos Estados da região responsáveis em ampliar a assistência técnica e destinar um empenho a formação de técnicos sendo coordenado por Joaquim Ferreira. O I Plano Diretor continuar no Congresso aciona mais fatores problemáticos na dinâmica da SUDENE. Houveram alterações nele durante agosto de 1960, mas como não esteve em trâmite na Câmara e no Senado, permitiu serem realizadas pelo próprio Conselho devido à iminência da aprovação do orçamento ainda naquele ano.

Outra esbarrava enfrentada pelos objetivos do órgão. O Conselho na primeira reunião do ano contava com pouco tempo se fez necessário a designação da “reconstituição”³¹² do plano para caber no orçamento. Oliveira sustentava que o período de “ataque frontal”.³¹³ Invocado pelo DNOCS, forçava uma atuação da SUDENE juntamente com forças diferentes.

Desde a criação do órgão se faz notar a associação das forças da burguesia industrial do Nordeste e a burguesia do Centro-Sul, de acordo com Oliveira, a relação rompe por, respectivamente, pela primeira acreditar que os resultados obtidos pela SUDENE estavam sob controle da segunda. Diante de um contexto de instabilidade houve uma mobilização de Quadros como meio para conciliar a fim de ser aprovado. Mas é preciso ter clareza que até os Conselheiros acreditavam na alteração do plano para agradar as bancadas.³¹⁴

Passa a destacar igualmente a posição de Expedito Machado, a segurança em torno da SUDENE a ser detentora dos projetos. Então existia a possibilidade de ser uma cisão com relação aos projetos dos deputados, assim, criando um problema até de disputa. Na medida da linha de atuação do Conselho ao decidir, a superintendência dependia do aval do Conselho ao mesmo tempo em que competia como relação direta junto à presidência da república. A escala de hierarquia demonstrava na prática como a tomada de decisão concebia a base do sistema. Na realidade, as dinâmicas nesse meio orquestrada afetava em limites e até fiscalizava. Esse papel de mediador adotado por Furtado o colocou numa posição de berlinda até a mercê do Conselho. Fica claro o jogo político se tornar fulcral quanto ao funcionamento da lei.³¹⁵

³¹² ATA_SI_011_1961: 11º reunião ordinária, Recife, 09/01/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6176&busca=>.

³¹³ Nesse caso, Oliveira parafraseando Lênin. OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008, p.173.

³¹⁴ “O Conselheiro Parsifal Barroso diz que os deputados se queixam que era difícil tomar conhecimento do Plano para a formulação de emendas”. Utiliza a sua voz na reunião com o objetivo de justificar a modificação levando a fazer uma nova apresentação quando for enviada a mensagem pelo Presidente. Considera assim a necessidade de facilitar a vida dos deputados. ATA_SI_011_1961: 11º reunião ordinária, Recife, 09/01/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6176&busca=>, p.6.

³¹⁵ Ao retornar ao Brasil, Furtado participa de encontros políticos com proximidade à Presidência da República. Primeiro se encontrou com José Aparecido, descrito que lhe foi proporcionado uma reunião com Quadros uma vez que tinha tanto interesse em torno do cargo de superintendente. Acabou sendo realizado com Kubitschek o

Para tanto, o movimento estava no Plano das empresas privadas recebiam favores fiscais já que o intuito estava em trazer o máximo de empresas na região, era o passo em busca de complementar o sucesso do Conselho em aprovarem 23 projetos no setor industrial. O I Plano Diretor teve sua aprovação em 14 de dezembro de 1961. No entanto, alcançar esse objetivo precisou atravessar tanto disputas e discursos, dentre eles o de Quadros. Ao escrever em sua autobiografia sobre a dinâmica de ambos, Furtado, tece comentários ao governo de Quadros onde havia a barreira do Congresso que batia fazia com que quisesse passar por via de decreto sendo provavelmente uma via de atuação de atuação que não poderia enveredar por um confronto com o Congresso.³¹⁶ Para ele resultaria num impasse logo enxergava na postura de Quadros de ter crença ao enxergar como ataques ao seu governo. Desse modo, em janeiro no seu primeiro encontro, 9 de janeiro enfrenta barreiras de discursos distintos no cenário, dentre eles o do deputado Oliveira Brito.³¹⁷

3.3.2. OS INDÍCIOS DE UM CONFLITO INTERNO NO CONSELHO

Na esfera pública a pressão para aprovação intensifica. No caso do âmbito interno do Conselho o clima estava intenso dentre a saída de Quadros, as tensões com os senadores, a disputa de projetos com o DNOCS. Do outro lado, ameaça da retirada de Furtado visto no período de vivência do parlamentarismo. Tendo Tancredo Neves como Primeiro-Ministro estava para assinar o documento de demissão de Furtado, informação dada ao próprio pelo Ministro Virgílio Távora “Você criou muito problema, é uma pessoa intratável. Há unanimidade dos governadores do Nordeste para pôr você para fora, pelo menos é o que me diz o Tancredo. E ele está de acordo”.³¹⁸

objetivo era fornecer conhecimento da realidade do Nordeste até aquele ponto com os trabalhos realizados pela SUDENE. Se deve fazer a colocação dentro de uma balança a experiência das relações estreitas entre Furtado e os presidentes, como podemos ver mais a frente com Goulart, ele também esteve numa relação de proximidade. Enquanto elo de ligação, o Conselho pressionava Furtado a pedir os recursos ao Presidente, ministro de obras e Viação, principalmente em torno de obras com relação às obras de açudes. Existia a crença da flexibilidade de agios, entendido como massa de manobra dos Conselheiros. Dentro desse aspecto, avisava Furtado que não desejava se intrometer em assuntos referentes à açudes. Por isso acarretava a exigência de critérios antes de se tornar bagunça. De certo modo, obras que não estavam no plano não condizem com as responsabilidades imputadas à SUDENE. Como dito antes, acabava funcionando como planejador dando suporte a partir de estudos prévios. FURTADO, Celso. *A obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³¹⁶Ele até cita que houve em 23 de agosto um encontro para despachar a situação do Nordeste. *Ibidem*.

³¹⁷JC_08011961_M1: Plano Diretor da Sudene: Dep. Faz restrições. *Jornal do Commercio*, Recife, 08/01/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48675&busca=0801>.

³¹⁸O governo parlamentarista no Brasil durou entre setembro de 1961 a janeiro de 1963, no qual Goulart assumia a presidência com poderes limitados. Mais tarde, ao aceitar o pedido de Goulart para ocupar o cargo de Ministro, diz respeito à decisão do presidente em não assinar a sua demissão, o que mantinha seu cargo. *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.67-68.

Estava claro a oposição estimulada principalmente dentro do Conselho, no qual encontrava mais firme nos debates, o reforço dos recursos serem alinhados aos seus próprios Estado. Num retrospecto de 1961 das reuniões com ausência ou não de Furtado, a priori, os conselheiros apontaram problemas de distribuição de recursos.³¹⁹ Em reuniões com a ausência de Furtado, Oliveira estava à frente para ocupar o cargo de superintendente adjunto. A mudança de postura dos conselheiros mediante a ausência de Furtado pode ser visualizada em reuniões anteriores.³²⁰ O entendimento da cobrança e de forçarem podem ser vistos por meio de alcançar os resultados.³²¹

Outro aspecto natural das reuniões sem Furtado, o retorno de debates sobre a seca uma vez que não era o foco do direcionamento dos trabalhos tal como uma ênfase maior no âmbito da agricultura.³²² A maneira de Oliveira amenizar esse quadro ia para além do seu papel descrito da sua ocupação na SUDENE. Articulando em seu trabalho, Mendes, adiciona o perfil atribuído por Oliveira se manifesta num compilado de informações sobre ele ser o mediador entre Furtado e os membros de esquerda do órgão.³²³ Recorda-se nessa fase a escolha de Oliveira ao quadro da SUDENE tem a ver com relação ao recrutamento de técnicos realizado por Furtado em 1959. Durante a entrevista Oliveira descreve,

³¹⁹ Na reunião de outubro se tinha o governador Aluísio Alves, Rio Grande do Norte, “O outro motivo prende-se a uma série de destinações errôneas, sem o objetivo do convênio. Houve, portanto, um erro do Presidente da República (...) Caberia ao Conselho julgar a viabilidade de se fazer novas aplicações em setores ainda não beneficiados. Julga conveniente que a Superintendência explique ao Conselho quais os critérios adotados para a prioridade dada aos pontos citados no plano, para que os conselheiros dêem seus votos com conhecimento”. Esse tipo de acusação tem efeito de um cenário de justificativa para o que estavam atuando, ainda nesse cenário, Cid Sampaio, continuava na posição de aliado, ao reconhecer nos recursos injetados de acordo com os estudos prévios. Se portando como a figura em defesa do desenvolvimento. *ATA_017_1961*: 17º reunião ordinária, 04/10/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6185&busca=>.

³²⁰ Durante as viagens de Furtado com relação aos trabalhos da SUDENE e também ao cargo de ministro do planejamento, Oliveira assumia a função de superintendente adjunto, resultado de ninguém conseguir assumir o cargo em 1960. De acordo com Mendes, o trabalho de Oliveira reconhecia sua função de continuar os trabalhos no limite de não interferir nos assuntos relacionados a assuntos de política. MENDES, Flávio da Silva. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. - Campinas, SP:[s.n], 2015. Tese Doutorado. Unicamp/IFCH.

³²¹ Na 15º reunião um dos focos atribuídos por parte do Conselho, em específico o diretor do DNOCS, Afonso Albuquerque, estava quanto ao plano de emergência já que ao assumir era a busca de modificar a narrativa do departamento. *ATA_015_1961*: 15º reunião ordinária. Recife, 02/08/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6182&busca=>.

³²² No episódio em questão Lincoln Cavalcanti, representante de Alagoas, questionava a atenção e atuação dada pela SUDENE em relação a crise açucareira no tom de acusando até aquele ponto o órgão de descuido. Com vinculação direta à reforma agrária citada por Francisco Alves de Andrade, do Ceará. Essa decisão de evocar insatisfação permite a conselheiros como Freyre, representante do MEC, pleitear no campo da educação uma ênfase maior. Acabou recebendo resposta na reunião posterior de Furtado ao indicava a temática da educação estava colocada no I Plano Diretor. *ATA_016_1961*: 16º reunião ordinária. Recife, 06/09/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6183&busca=>.

³²³ O perfil, o qual Mendes refere-se, foi um compilado de fontes da sua pesquisa ao analisar um perfil elaborado pelos militares num inquérito durante o processo corroborando, por meio de entrevistas realizadas com ex-funcionários do quadro da SUDENE. MENDES, Flávio da Silva. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. - Campinas, SP: [s.n.], 2015. Tese Doutorado. Unicamp/IFCH. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2015.946109>

Eu pedi uma entrevista com ele, que me recebeu. ‘O que queria?’. Eu disse que tinha sabido disso e que estava disposto a trabalhar. ‘O que você faz?’. ‘Eu faço isso e tal, fiz o curso da CEPAL, fui bem sucedido, tive notas e tais e tais’. Não se comoveu, estava impassível. [...] Disse ele então: ‘está bem, vai falar com José Medeiros’. Era o futuro chefe de pessoal, eu estava contratado! [...] Eu, besta, assim, nunca consegui emprego tão fácil.³²⁴

Principalmente por ser nordestino, o que revelava ser uma das principais qualidades além de ser Nordeste e o impacto da sua formação. Além disso, a admiração mútua entre Furtado e Oliveira, já que o primeiro possuía como regra o trabalho técnico e esses técnicos eram nordestinos. Existiu o escalamento de discussões como em episódios citados, o qual há acusação de Pernambuco permanecer sendo centro de atuação da SUDENE. Endossada pelo representante do Ceará, Francisco Alves, “existe uma concentração de recursos em Pernambuco, onde há um desfile de industriais que se instalam. Outros Estados estão no esquecimento”.³²⁵ Ou seja, estava afirmando a existência clara num desequilíbrio de trabalhos. O balanceamento desse tipo de discussão tinha a responsabilidade do presidente da sessão em conter, esse tipo de acusação era mantida em conjunto com o direcionamento de queixas à Secretária Executiva feitas, novamente, por Alvez.

A partir da perspectiva da criação do plano, Alvez continua confrontando na sua perspectiva de não levar questões em conta, por isso interroga onde foi que eles se basearam em sua criação deixando a sua perspectiva até aquele momento o fracasso do mesmo. Sob esse fundamento, cabe a Oliveira assumir a responsabilidade de responder os ataques ao defender “que as ordens de prioridade revelam a pobreza do Nordeste e que os recursos são insuficientes. Não poderia a Secretaria Executiva apresentar um plano que não fôsse de efeito sobre a estrutura econômica do Nordeste”.³²⁶ Esse tipo de posicionamento permite explicitar o cenário de debates do espaço, a própria insatisfação dos conselheiros entre si e no próprio direcionamento da SUDENE, acabou tornando o Plano alvo ainda nem votado uma arma.³²⁷

A passagem dos episódios de lutas dentro das reuniões cronologicamente entre junho a dezembro relevava a cadência do Conselho, primeiro pelo Plano Diretor, mas o momento não

³²⁴ PERRUSO, Marco Antônio (2013). Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP”. *Caderno CRH*. Salvador, v.26, 67, p.179-192, Jan/abril, 2013. p.182. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100012>

³²⁵ Idem.

³²⁶ ATA_017_1961: 17º reunião ordinária, Recife, 04/10/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6185&busca=>, p.9.

³²⁷ LIMA, Marcos Costa. O Conselho deliberativo da SUDENE (1959-1964). Em: FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1864)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

extinguiu os movimentos.³²⁸ Junho e julho estabeleceram fortes moções na Câmara e na sua Comissão no Congresso para levar a aprovação. O objetivo, no Conselho, estava em fazer com que fosse mantido do jeito que tinha sido aprovado por eles. Manter as diretrizes era evitar as interferências de teor político tal como o DNOCS, a mensagem era até aquele ponto favorável ao plano.³²⁹ De igual maneira, a posição de Furtado quanto aos conselheiros, principalmente os governadores, andava ressabiada por conta da demora da análise dos projetos estaduais, seu envio, e a questão do Plano.³³⁰ Nesse tipo de situação Furtado adotava constantemente a postura de reforçar de todo o plano transitar, priorizando a aprovação dada pelos conselheiros, dada às modificações estarem também no âmbito de responsabilidade desse núcleo.

De certo, as condições volúveis do Conselho forçavam Furtado tomar uma atuação também de amenizar a situação, dando aos Conselhos relevância nas decisões, já que era o aval do Conselho que autorizava o envio de planos.³³¹ Não é demais insistir no papel mediador da SUDENE entre os governadores e o Governo Federal, possa reivindicar algo. Então o Estado não possui autonomia dentro da SUDENE, de certo, sendo dependente. É um tanto nebulosa visto que ao conseguir algo por meio do órgão, então eles conseguem ser vistos de modo unilateral. Transposto a responsabilidade tenha sido imputado ao Governo Federal. Isto posto, intensifica nesse quadro o Conselho exercer força ao Presidente ao lembrar a alta prioridade deles e quanto aos recursos direcionados.³³²

Na 18^o reunião ordinária do Conselho há o acompanhamento da ida do plano ao Congresso, tinha também o maior foco nas verbas fiscalizando nessa reunião.³³³ Furtado reafirmava a “SUDENE o único órgão do Govêrno Federal que pode mobilizar centenas de milhões de cruzeiros, dependendo unicamente de uma deliberação do Conselho”.³³⁴ Isto posto,

³²⁸ A reformulação do Plano, ainda em transição da Câmara e do Senado, impedia os trabalhos da SUDENE idealizados no quesito de colocar em ação. Na 13^o reunião ordinária do Conselho estavam traçando a dinâmica de trabalho com a Universidade do Recife. A propósito, cabe mencionar que nesse ano Furtado era visto de maneira positiva pelos estudantes e pode ser visto nas publicações do Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio do período, o apoio levantado para a aprovação do plano diretor. *ATA_013_1961*: 13^o reunião ordinária, Recife, 09/06/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6180&busca=>.

³²⁹ *ATA_014_1961*: 14^o reunião ordinária, Recife, 04/07/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6181&busca=>.

³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ As atas demonstravam como a posição dentro do Conselho pertence ao Governo Federal, com os ministros, instituições ligadas, e as cadeiras pertencentes aos Estados.

³³² Ilustra a permanência de cobrar os recursos em direção do Centro-Sul enquanto o Nordeste continuava pegando ao que referem-se a migalhas, esse tipo de cobrança vem de uma fração do conselho externa, Alúcio Afonso Campos, representante do Banco do Brasil. *ATA_014_1961*: 14^o reunião ordinária, Recife, 04/07/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6181&busca=>.

³³³ Realizada em 06/11/1961.

³³⁴ *ATA_018_1961*: 18^o reunião ordinária, Recife, 06/11/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6186&busca=>.

o Conselho administrava onde seriam direcionadas as verbas, por isso ficariam mais responsáveis nas alterações. Desta forma, havia contestação do nível de benefícios. Mas estavam cientes que os recursos do Plano só chegariam a ser utilizados em 1962, esse ponto pode ser visto de maneira irônica pelo DNOCS que fala sobre as irregularidades que deveriam ser evitadas na administração da SUDENE.

Estarem em constante modificações pelos conselheiros, em acrescentar ou retirar ementas, mas deixa desconforto no próprio núcleo do Conselho por ainda passarem pela Secretaria Executiva. Por isso a modificação esbarra na autonomia maior entra na discussão das ementas, barrado por Furtado, coloca sob perspectiva de uma contradição entre Conselho e Furtado quanto a discussão.³³⁵ Dado as movimentações de emergência do Nordeste, o Conselho esteve realizando a sua última reunião do ano em 06 de dezembro de 1961.³³⁶ A Secretária Executiva alertava o receio do plano não ser aprovado e eles ficarem sem recursos, no registro o assunto tem atenção uma vez que anteriormente as discussões sobre a atuação frente precisavam de recursos desde 1959 tem sido o objetivo a ser alcançado pelos governadores.³³⁷

O favorecimento de um Estado ou outro, e a necessidade de recursos, a fim de manter certo grau de permanência.³³⁸ Sob a consciência do apoio externo, o Conselho só via vitória após aprovação até como maneira de fazer funcionar em conjunto com o programa de reformas de base dos Estados Unidos, Aliança para o Progresso.³³⁹ Apesar de ser uma pauta pública, o Conselho acabou sendo estimulado maior já que sem plano, sem SUDENE, além de se manter a estrutura dele, mesmo Furtado transmitia uma mensagem de otimismo.³⁴⁰

³³⁵ Em casos de discussões ou disputas entre conselheiros cabe ao presidente da sessão ou Furtado intervir, nesse caso, quem estava no comando da reunião foi Aluísio Campos, deixando claro que o Conselho funcionava segundo o regulamento. *Ibidem*.

³³⁶ Esse cenário fortalecia Figueiredo enquanto inimigo do Nordeste, mesmo assim, a questão da seca toma a reunião em razão da escassez de chuvas no Nordeste que levou um trabalho em conjunto com o DNOCS. Figueiredo tem sua atenção à seca nas ementas quando foi questão principal nessa reunião do Conselho. Mas, Furtado se mostrou contra a campanha de ataques direcionados a Figueiredo, “Diz que gostaria de não ver pessoas incluídas nesta tomada de posição. Não aprecia indicações pessoais, seja o seu ou de pessoas que são radicalmente contra a SUDENE.” *ATA_019_1961*: 19º reunião ordinária, Recife, 06/12/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6187&busca=>. p. 14-15.

³³⁷ Essa reunião trouxe mais repercussão no discurso de Furtado. *JC_07121961_M4*: Situação do Nordeste é de pré-emergência disse Celso na Sudene. *Jornal do Commercio*, Recife, 07/12/1961, cad:1, pág:3, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48924&busca=0712>; *JC_07121961_M8*: Ajuda externa será prejudicada sem o Plano Diretor. *Jornal do Commercio*, Recife, 07/12/1961, cad:1, pág:16, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48928&busca=0712>.

³³⁸ O Plano passava por duas sessões na Câmara e estava em votação arrastada no Senado. *ATA_019_1961*: 19º reunião ordinária, Recife, 06/12/1961, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6187&busca=>.

³³⁹ O Capítulo 4 dedica-se a analisar a relação estabelecida entre o programa dos EUA e a SUDENE.

³⁴⁰ Essa visão de otimismo publicada aos jornais, e naquele momento aos conselheiros formava uma garantia de apoio e crença. A questão em si tem várias interpretações, seja o viés de Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte, ao ressaltar “o Plano será agora votado sob pressão emocional e pelo fato de nenhum deputado

3.3.2.1. ARGEMIRO: A BARREIRA PARA APROVAÇÃO

Embora indicasse a responsabilidade da SUDENE no atraso do I Plano Diretor, houve um conflito central para formar uma mobilização para a aprovação. Alterações dadas pelo senador Argemiro Figueiredo.³⁴¹ Figueiredo esteve presente durante os primeiros anos da SUDENE como oposição uma vez que fazia parte da classe política mais tradicional da região. Numa série de discursos emitidos em 1961, os direcionados a ataques não apenas a SUDENE, mas também ao próprio Furtado. Ficando mais evidente em novembro o plano se tornar o centro da campanha contra quando tem sua entrada no Senado.³⁴²

A chave da sua defesa estava na garantia dos trabalhos serem voltados para atuação em torno da temática da seca. O que também publicou se no *Jornal do Commercio*, o qual acusava Furtado de movimentos problemáticos ao não dar atenção ou mesmo priorizar os efeitos da seca com relação aos flagelados. Definindo assim,

no entender do Senador paraibano, tudo será em vão se não der absoluta prioridade a solução do flagelo da sêca, que empobrece ricos e leva os pobres à mendicância” Em sua fala “ - os planos orientados pelo Snr. Celso Furtado - disse o Snr. Argemiro Figueiredo - abandonam inteiramente 20 milhões de camponeses procurando atraí-los para os centros que seriam industrializados numa tentativa de fomentar crises que aproveitaram às ligas Camponesas que então se assenhorariam das propriedades rurais legítimas pertencentes a terceiros.³⁴³

Tentando alertar que a publicação não se configurava um ataque aos deputados e senadores quanto ao I Plano Diretor, mas o tom passivo agressivo estava presente ao finalizar a

querer ser apontado como inimigo do Nordeste”. (p.9) o apoio massivo era a garantia até para os conselheiros, dentro dos governadores entre eles do Maranhão, Sergipe e Paraíba, levando a pressionar suas bancadas apoio esse repercutiu publicamente. DP_07121961_M10: Cons. Deliberativo reafirma apoio ao Snr. Celso Furtado. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07/12/1961, cad:1, pág:3, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43050&busca=0712>.

³⁴¹ Como citado no Capítulo 1, Figueiredo na criação da SUDENE já demonstrava oposição uma vez que defendia maior controle e autonomia na atuação do DNOCS.

³⁴² Menezes em seu trabalho faz o levantamento dos discursos numa tabela com os registros de discursos contra a SUDENE e Furtado, aqui mapeamos a partir das publicações dos jornais da pesquisa. MENEZES, Valdênio F. Um “Macarthismo hidráulico” contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o Senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963). *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 2016, p.83-102. Disponível: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/5>

³⁴³ JC_08111961_M1: Retardado o plano da Sudene: Sen. Argemiro Figueiredo acusa Celso Furtado. *Jornal do Commercio*, Recife, 08/11/1961, cad:1, pág:4, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48882&busca=0811>.

publicação, “preferido pensar que isso se deve a alguns dêles mais interessados na manutenção da indústria das sêcas do que na libertação econômica e social do Nordeste”.³⁴⁴ Esse discurso também teve essa linha seguido pelo Correio da Manhã, logo após o primeiro discurso contrário ao Plano de Figueiredo. Se houvesse um enalço por Figueiredo desde o início, o Correio exerce o mesmo papel, só que em direção diferente, já que teve papel importante ao fortalecer a propagação de Furtado ao assumir campanha em favor da SUDENE, até aquele momento.

Desta forma, em 09 de novembro Figueiredo precisou se defender dos ataques diretos do jornal, ao colocar o título de um editorial “Derrota pré-eleitoral,”³⁴⁵ o qual, apontava a perseguição por ele ao denunciar Furtado e os colaboradores de comunistas sem provas. O ponto era o Plano ser remendado dando prioridade às atividades desempenhadas pelo DNOCS. As acusações e até ameaças assumidas pelo Correio nesse movimento de “que já têm proporcionado tantos lucros aos industriais da sêca sem beneficiar jamais a população sofredora do Nordeste”.³⁴⁶ Ainda sim encarava o Nordeste num estereótipo de desafortunado que precisava de intervenção exterior para ser salvo.³⁴⁷ Resultou ao senador o papel de pessoa não grata em seu comportamento ante Sudene descrito enquanto de “maneira odiosa, desumana e tão pouco inteligente”.³⁴⁸

Quanto ao seu papel de nordestino sendo posto em questionamento, o alvo seguiu a ameaça ao PTB “O PTB é, neste momento, portador de uma grande responsabilidade política, que será duramente posta à prova nas eleições de 1962. Pode ganhá-las. Mas com os Argemiros perde-las-à na certa”.³⁴⁹ Durante a votação no Senado a emenda de Figueiredo nº 35 estava sendo movimentada de forma contrária pelos senadores que compunham a Comissão de Justiça e Economia.³⁵⁰ Essas mudanças propagadas de maneira a mutilar o Plano proposto seguia seu projeto de 1959, o qual além de dar autonomia ao DNOCS frente a

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ (também não sei citar isso aqui) Disponível: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Argemiro%20Figueiredo&pagfis=23762

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ Para ver mais sobre o assunto: JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

³⁴⁸ Disponível:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Argemiro%20Figueiredo&pagfis=23762

³⁴⁹ *Ibidem*.

³⁵⁰ JC_01121961_M1: No Senado Sudene foi mutilada. *Jornal do Commercio*, Recife, 01/12/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48901&busca=0112>.

SUDENE, ainda repassava os recursos, retirando parte do controle dos trabalhos da SUDENE.³⁵¹

Uma campanha mobilizada em apoio à SUDENE contra a ementa passou ter a junção com a sociedade.³⁵² A permanência de Argemiro vedou a atuação da SUDENE por meio do Plano contrário, numa campanha contra encarar a expansão do que encarava ser um levante comunista, em razão disso alterar emendas do Plano.³⁵³ O marco do I Plano Diretor evocava a expectativa já que a narrativa em torno das formulações “fará um nordeste um nordeste explosivo”.³⁵⁴ Por Argemiro, ao defender a ótica de um retrocesso e atraso. Fica claro por sua ótica que presume ser uma ameaça ao sistema que defendia, já que ele o representava a indústria da seca. Com o fim de repudiar essa atuação entre as respostas, Furtado, não perdeu a oportunidade de movimentar ao declarar que sem a aprovação do plano deixaria o cargo estipulando até 15 de dezembro daquele ano, “Sem recursos internos nem externos - prosseguiu - só me restaria continuar prometendo, o que já fiz durante três anos, mas que não poderia fazer”.³⁵⁵

Esse destaque na saída funcionava de via de mão dupla, uma pela pressão existente dos conselheiros, dois, a imprensa utilizada de maneira recorrente por ele, a imprensa enquanto via de pressão para o Governo Federal e nesse caso o Senado. Vindo tal declaração

³⁵¹ LIMA, Marcos Costa. O Conselho deliberativo da SUDENE (1959-1964). Em: FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1864)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

³⁵² “Deputados discordam da mutilação da SUDENE”, nesse ponto pode ser visto que defendiam a saída do plano na Câmara sem alterações, ou seja, era um movimento de aprovação da maneira que estava. Tendo a participação desta campanha o prefeito de Recife Miguel Arraes que auxiliava na organização de protestos com os vereadores. DP_03121961_M1: Deputados discordam da mutilação da Sudene. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03/12/1961, cad:1, pág:1, [Jornal do Commercio, Recife, 02/12/1961, cad:1, pág:3, \[http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49271&busca=0212\]\(http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49269&busca=0212; JC_02121961_M3: Carta de Dinarte, a Furtado, faz acusações ao Govêrno Potiguar. <i>Jornal do Commercio</i>, Recife, 02/12/1961, cad:1, pág:8, <a href=\).](http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43022&busca=0312; JC_01121961_M4: Protestos do Recife contra mutilação da Sudene. <i>Jornal do Commercio</i>, Recife, 01/12/1961, cad:1, pág:3, <a href=)

³⁵³ “o Sr. Argemiro Figueiredo acusou aquela proposição de intenções ocultas de subversão social, no nordeste, pedindo ao Presidente da República e ao Gabinete que com os próprios elementos oficiais busquem confirmação de que são comunistas os atuais diretores da SUDENE”. DP_07111961_M1: Plano Diretor da Sudene fará um Nordeste explosivo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 07/11/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43001&busca=07111961>.

³⁵⁴ De maneira geral a votação encaminhava de forma devagar. JC_29111961_M1: Argemiro Figueiredo obstrue o Plano Diretor da Sudene. *Jornal do Commercio*, Recife, 29/11/1961, cad:1, pág:1, [Diário de Pernambuco, Recife, 07/11/1961, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43001&busca=0711>.](http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48895&busca=2911; JC_29111961_M2: Debate decisivo no Senado sôbre o Plano Diretor da Sudene. <i>Jornal do Commercio</i>, Recife, 29/11/1961, cad:1, pág:4, <a href=)

³⁵⁵ DP_29111961_M1: Celso diz que sem P. Diretor deixará Sudene. *Diário de Pernambuco*, Recife, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43010&busca=2911>.

de reunião entre ele, Sampaio e Virgílio Távora, esse último o processo da SUDENE ao longo do tempo era um dos aliados mais próximos de Furtado, uma vez que, a partir de 1962, houve uma ruptura com Sampaio. A ação de Furtado demonstrava seu pragmatismo ao atuar perante a sociedade em geral. Principalmente por ter uma aproximação com o público, suas declarações funcionavam como mecanismo de encorajamento. Assim, evitariam um processo de eliminar a SUDENE dentro de uma retórica otimista. Tais declarações podem ser ilustrada, a seguir, “Nessa situação, o Congresso teria modificado sua opinião em relação ao órgão. Tratar-se-ia de eliminar a SUDENE, e nêsse caso eu não teria nenhum papel a executar aqui”.³⁵⁶

Implicou a preponderância do cenário, diz respeito a SUDENE podendo ser possível estabelecer a confluência do desenvolvimento como garantia de mudanças estruturais contra as classes mais racionais, permitindo plena transformação de apoio, naquele momento.³⁵⁷ Seguindo a linha das manifestações em 1959 a favor da aprovação da lei que instaura a SUDENE estava se vendo um movimento similar para a aprovação do Plano sem alterações já que estava em curso uma greve geral em conjunto com uma manifestação não apenas evitar a aprovação pela Câmara das ementas, como também sua aprovação.³⁵⁸

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ Essa absorção de vários grupos pró-SUDENE e apoio dos movimentos sociais sinalizados anteriormente, como os estudantes, declararam-se contra a campanha dos industriais da seca, os forçando a se mobilizarem seja no âmbito dos políticos do Sul e uma preparação para manifestações futuras. O apoio e aprovação levantaram uma marcha ao Congresso de políticos e instituições, ao enviarem telegramas, dentre eles de 200 funcionários do Banco do Brasil e engenheiros agrônomos. DP_29111961_M2: Boicote ao Plano Diretor é crime contra o Nordeste, *Diário de Pernambuco*, Recife, 29/11/1961, Cad:1, p.3. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43011&busca=29111961_M2; DP_30011961_M: Classes produtoras pedem o Plano Diretor da Sudene, *Diário de Pernambuco*, Recife, 30/01/1961, cad:1, p.3. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43012&busca=3011>; DP_30111961_M2: Apelos ao Congresso para aprovação do Plano Diretor, *Diário de Pernambuco*, Recife, 30/11/1961, Cad:1, p.3. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43013&busca=3011>; DP_01121961_M2: Publicitários pernambucanos também reclamam aprovação do Plano Diretor, *Diário de Pernambuco*, Recife, 01/12/1961, Cad:1, p.5. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43015&busca=0112>; DP_02121961_M3: João Agripino também crê na sobrevivência da Sudene, *Diário de Pernambuco*, Recife, 02/12/1961, Cad:1, p.5. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43018&busca=0212>; DP_03121961_M3: Em marcha amplo movimento de apoio à Sudene: apelos dirigidos ao Congresso. *Diário de Pernambuco*, Recife, 03/12/1961, cad:1, p.3. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43024&busca=03121961_M3; JC_05121961_M2: Cresce o movimento pela aprovação do Plano Diretor da Sudene, *Jornal do Comércio*, Recife, 05/12/1961, Cad:1, p.20. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48917&busca=05121961_M2.

³⁵⁸ Caruaru teve seu protesto encabeçado pela associação Comercial de Caruaru, tal como as classes produtoras, tendo em Recife maior concentração a atuação de Miguel Arraes chamou atenção ao preparar para a cidade paralisar em 06/12/1961 há de se atentar que a última reunião do Conselho daquele ano na mesma data. Quando fala dos estudantes: A proximidade de Furtado com os estudantes os incentivava a se levantarem ao que nomeia “revolução branca” ao Diretório Acadêmico levava a frisar um discurso latente de mudança da infraestrutura por meio de um Estado desenvolvimentista, o combate eram os grupos tradicionais. JC_01121961_M1: No Senado Sudene foi mutilada, *Jornal do Comércio*, Recife, 01/12/1961, cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48901&busca=01121961>; DP_05121961_M4: Cleofas vai votar pelo "PD" da Sudene, *Diário de Pernambuco*, Recife, 05/12/1961, cad:1, p.8. Disponível:

Demonstrava mais um movimento de Furtado uma vez que era necessário aglutinar todas as suas armas, o senado tinha acabado de “mutilar” o plano da SUDENE ao aprovar o artigo de Figueiredo - era um ataque a lei permitia ao mesmo tempo atrasar os recursos previstos no artigo 198 fossem direcionados aos DNOCS, barrando o plano de colonização elaborada.³⁵⁹ Ficou claro na opinião pública que Figueiredo era visto como um inimigo, o qual buscava desfazer a SUDENE. A SUDENE acabou angariando o apoio dos deputados contra a emenda já que iam contra ao que enxergava ser uma ação de “converterem a SUDENE em um órgão sem expressão”.³⁶⁰ Do ponto exposto, os recursos eram o objetivos evidentes há de se atentar que o plano era vendido como a salvação para o Nordeste.³⁶¹

Organizado em Recife, o Comício contra as ementas de Figueiredo trouxe ao Nordeste a materialização de uma união por meio de uma greve geral.³⁶² Somado a um manifesto composto por uma Comissão Diretora da luta em defesa do Plano Diretor, organizador neste Comício, elaborou um documento de 8 páginas ratificando a SUDENE.³⁶³ Outro movimento

http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43029&busca=05121961_M4; DP_06121961_M6: Caruaru também defende o "Plano Diretor": protestos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06/12/1961, Cad:1, p.3. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43035&busca=06121961_M6;

DP_06121961_M10: O Conselho da Sudene vai reunir-se hoje. *Diário de Pernambuco*, Recife, 06/12/1961, Cad: 1. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43039&busca=DP_06121961_M10.

³⁵⁹ O plano de colonização buscava aliviar o semiárido e terras úmidas mediante um processo de migração espontânea para o Maranhão.

³⁶⁰ JC_01121961_M6: "É uma vergonha", o que o Senado fez com o Plano Diretor da Sudene, *Jornal do Commercio*, Recife, 01/12/1961, cad:1, p.4. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48906&busca=01121961>; JC_03121961_M1: Deps contra a emenda do Snr. Argemiro, *Jornal do Commercio*, Recife, 03/12/1961, Cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48910&busca=3121961>.

³⁶¹ JC_03121961_M3: A cúpula política é insensível ao drama nordestino. *Jornal do Commercio*, Recife, 03/12/1961, Cad:1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48912&busca=3121961>; JC_03121961_M4: Para o Nordeste será um desastre a rejeição do Plano Diretor da Sudene. *Jornal do Commercio*, Recife, 03/12/1961, Cad:1, p.54. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48913&busca=312196>.

³⁶² Tendo a presença de Parsifal, Gondim, Sampaio e Aluizio Alves fizeram um balanço sobre as ementas servindo para a defesa. Não havia um dilema, as ementas de Figueiredo conduziu a força de uma campanha servindo de defesa, o qual tinha nomes como o de Pelópidas Silveira e o arcebispo de Olinda e Recife, frisando o pioneirismo do trabalho da SUDENE com relação ao Nordeste. JC_06121961_M3: Recife pára e faz comício pró-Sudene: reação contra mutilação do Plano Diretor agita todo o Nordeste, *Jornal do Commercio*, Recife, 06/12/1961, cad: 1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48920&busca=06121961>; JC_07121961_M1: Comício pró-Sudene; Cid sobranceiro aos apupos, *Jornal do Commercio*, Recife, 07/12/1961, cad:1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48921&busca=>; JC_08121961_M1: Nas comissões, as emendas do Sem. Argemiro caem, *Jornal do Commercio*, Recife, 08/12/1961, cad: 1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48931&busca=>; JC_08121961_M2: Em defesa da Sudene, *Jornal do Commercio*, Recife, 08/12/1961, cad:1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48932&busca=>; JC_23121961_M2: Arcebispo de Olinda e Recife crê no Plano Diretor da Sudene, *Jornal do Commercio*, Recife, 23/12/1961, cad:1, p.16. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48953&busca=>

³⁶³ Nos aspectos de atuação da SUDENE o que fez, o que iria fazer e sinalizaram o que não poderia fazer. Firmado por um grupo entre os participantes estavam Arraes, o vice-governador de Pernambuco, os industriais de Pernambuco e membros do Banco do Brasil, entre outros. Outra frente foi a atuação em diálogos com bancadas dos deputados na Câmara. JC_06121961_M1: Luta pela Sudene: um manifesto, *Jornal do Commercio*,

de aproximação com o Nordeste teve a frente o Presidente Goulart, tinha ido informar a bancada do PTB que mantivesse o Plano naquilo que foi criado e mantido pela Câmara.

De maneira a conter dentro do próprio partido a atuação de Figueiredo, o que o leva a se defender.³⁶⁴ Chamando os ataques recebidos ao bater na tecla dos problemas em torno da seca em imputar a solução da irrigação como salvação, alarmando que todo trabalho da SUDENE iria resultar numa situação que descreve como alarmante quando invadem as cidades os camponeses.³⁶⁵ Nesse cenário reforçaram a imagem de Figueiredo, o aparato dos jornais já tinham comprado a sua imagem de inimigo do Nordeste.³⁶⁶ Mesmo assim, os discursos dele ainda estava em fazer paralelo de Furtado e técnicos da SUDENE aos “agentes do credo vermelho. Vejam como pretendem torná-la intangível e impenetrável, pelo processo bolchevista da ameaça e do terror”³⁶⁷ alimentado pela ideia de um Nordeste flagelado. Das múltiplas vitórias ao redor da SUDENE, a aprovação do I Plano Diretor em 14 de dezembro, não exime um processo de dificuldades na atuação desempenhada pelo órgão, travado por política interna e mais à frente externa.³⁶⁸

Recife, 06/12/1961, cad: 1, p.1. Disponível: [http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48935&busca=](http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48918&busca=; JC_10121961_M2: Vereadores e deputados no Sul do Brasil, Jornal do Commercio, Recife, 10/12/1961, cad:1, p.1. Disponível: <a href=)

³⁶⁴ JC_07121961_M2: Deverão cair as emendas de Argemiro, *Jornal do Commercio*, Recife, 07/12/1961, cad:1, p.1. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/ResultadoJornais.aspx?busca=&ano=1961&jornal=Jornal+do+Commercio>

³⁶⁵ JC_06121961_M2: Defende-se Sen. Argemiro: projeto volta à Câmara, *Jornal do Commercio*, Recife, 06/12/1961, cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48919&busca=>

³⁶⁶ Na publicação do *Jornal do Commercio* identificamos na redação que ilustra já a imagem fixada dentre eles de Figueiredo sendo o maior inimigo, “(...) por motivo das ementas que apresentou mutilando o Plano Diretor”. Logo, como dito anteriormente neste capítulo, até dentro do Conselho, o clima emocionado traduz todas as ações ao redor. JC_14121961_M2: Argemiro defende-se das acusações às emendas que mutilavam a Sudene, *Jornal do Commercio*, Recife, 14/12/1961, cad:1, pág:4. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48943&busca=>

³⁶⁷ *Ibidem*.

³⁶⁸ Quando refere-se a múltiplas vitórias tem a ver não só com a aprovação do Plano, mas também a manutenção dele aos moldes do que a SUDENE o tinha criado. A existência na recepção da aprovação deixa claro a falta de endurecimento por parte da classe política e social quando se tratou da SUDENE, sendo assim, desde a aprovação da lei até aquele momento pode ser recebida a ideia dos planos e projetos dela em prática, o que liberaria maiores recursos e uma vitória num cenário de turbulência no primeiro ano de governo de Goulart. Aproveitava para se sentir um clima pacífico na região, essa condição favorece a relação do Brasil com os Estados Unidos.

4. DA ALIANÇA À OPOSIÇÃO: O FIM DA FANTASIA FURTADIANA

O início da década de 1960 intensificou a dinâmica Brasil e Estados Unidos. Em especial, a relação Nordeste com Estados Unidos que compôs parte do cenário de instabilidade política do período. Dado o início em 1961 após eleito Jânio Quadros da UDN ao assumir a Presidência da República, a aprovação do I Plano Diretor em sequência a elaboração do II Plano Diretor.

Se, por um lado, a entrada do programa estadunidenses foi enxergada com anseio e suporte, as dinâmicas de políticos, superintendente e movimentos sociais deixou de ser estreita e passou a firmar disputas mais públicas e diretas de insatisfação. Utilizando-se também neste caso ajuda do comboio estrangeiros.

Da vitória eleitoral de Quadros à sua renúncia, o contexto político intensifica com o parlamentarismo que João Goulart precisava enfrentar. A SUDENE e Furtado ganham outra face ao público. Mas também se tinha uma nova dinâmica, dentre ela, a aliança com os Estados Unidos e a aproximação de Goulart e Furtado resultando no Ministério Extraordinário do Planejamento.

De certo, a instauração do Golpe de 1964 dissolveu todas as fantasias de Furtado, em seu período otimista. Por isso, neste último capítulo buscamos analisar os discursos e debates dentro do Conselho que afloraram aliados a se tornarem opositores. Além disso, desfez toda ideia da SUDENE, em seu funcionamento, quando foi criada.

4.1. UM NOVO GOVERNO E NOVOS ARES

O Brasil passou por uma fase de intenso desenvolvimento econômico desde 1950, mas nos primeiros anos da década de 1960 se configurou na mobilização de esforços da classe burguesa industrial ao construir uma relação com o Estado ao formar o seu aparato de poder e economia à sombra do crescimento dinâmico. Era a construção do impulso de combate às classes mais tradicionais, responsável por ordenar a política. A formação do movimento de modernização teve em sua perspectiva política uma ação destinada a mais empregos, expansão econômica, melhores condições de vida e controle das massas.

Convertida no predomínio do pensamento nacionalista, no qual a entrada de capital estrangeiro vir a ser um processo ambíguo no ponto de vista da classe industrial e na classe agroexportador. O mercado interno acabou sendo contra um casamento da entrada do capital

estrangeiro. A defesa da reforma agrária pendurava a solução mais urgente para a agricultura, por conta do desempenho que a indústria estava exercendo num espaço urbano crescente.

O primeiro ano da SUDENE no Governo de Kubitschek estava encerrado, trazendo assim como substituto o novo governo eleito de Jânios Quadros pela UDN. Descrito por Marini, Quadros estava conservado em um governo com características de uma tentativa de “ensaio de bonapartismo carismático”. Atribuição dada por Marini, a vitória de Quadros enquanto candidato à presidência dispõe de marcas de um candidato da direita, mas com carisma que alcançava a população em sua maioria. Em seus discursos portavam temáticas de estabilidade monetária e reformas independentes. A campanha eleitoral acompanhada por tais características ganhou apoio popular ao assumir uma bandeira progressista, ainda não sendo carregado por alguma subordinação partidária. Diferente de Kubitschek, que assumiu o papel de garoto propaganda do PSD, Quadros não era um nome central no seu partido, por isso, manifestava contra uma ação política por meio de forças organizadas. Autonomia e independência definiam assim sua atuação no governo, um tanto quanto déspota.³⁶⁹ Exerceu uma política de austeridade e uma postura autoritária, o qual ignorava uma política econômica interna dando maior ênfase ao mercado externo enquanto carro chefe.

Não ficando muito tempo à frente, sua renúncia ocorreu em 25 de agosto de 1961, conduzindo a um intenso contexto de crise nacional ao vice-presidente João Goulart, estava na China durante o processo e teve que regressar ao Brasil para assumir o caos da instauração do parlamentarismo. Diferente do seu antecessor, Goulart pode ser visto enquanto um “bonapartismo de massas”,³⁷⁰ tocando a partir de “forças organizadas”,³⁷¹ caracterizado por reforçar o estreitamento com o movimento sindical, atrelado ao discurso da expansão de reformas de base como política de seu governo. Externamente o cenário era de dinamismo diferente dentro do país uma vez que enfrentava um imobilismo.

A saída de Quadros em agosto de 1961 não produziu uma turbulência direta repercussão, no entanto, colocou em questionamento, novamente, a posição de Furtado na SUDENE.³⁷² Outra vez a postura dele foi de se utilizar do viés público para deixar a disposição o seu cargo.³⁷³ Nesse sentido, a consequência não foi diferente, existiu mais uma

³⁶⁹ MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015; MARINI; Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 1985, p.2-105.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ *Ibidem*.

³⁷² Durante o relatório das suas atividades apresentado durante uma das reuniões do Conselho. *ATA_016_1961*: 16ª reunião ordinária, 06/09/1961, Recife. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6183&busca=ATA_016_1961

³⁷³ DP_07091961_M1: Anunciou Celso Furtado que porá seu cargo à disposição do novo governo, *Diário de Pernambuco*, Recife, 07/09/1961, cad:1. Disponível:

vez uma mobilização e campanha em prol da permanência dele.³⁷⁴ Há, desse modo, o reforço da percepção da SUDENE de se manter sendo um órgão técnico longe de atuações de partidos defendido por seu Conselho, e isso significava deixar Furado à frente para fazer funcionar na ótica do período.³⁷⁵

Enquanto o cenário político estava sendo responsável pela instabilidade em relação ao parlamentarismo instalado, segundo Furtado, de certo permitiu uma revitalização no tocante uma dispersão do poder já com o controle do Primeiro-Ministro, Tancredo Neves, atuava de acordo com a vontade dos seus apoiadores no Congresso. O que, ao ver de Furtado permitiu ao I Plano Diretor voltar a ser discutido.³⁷⁶

4.2. ALIANÇA PARA O PROGRESSO

A História nos ensina que os mais bem sucedidos tratamentos para a pobreza vêm de dentro. A ajuda externa pode ser útil, mas, como a fortuna inesperada, pode prejudicar. Como diz um aforismo africano: “a mão que recebe está sempre por baixo da mão que dá”.³⁷⁷

4.2.1. O QUE TEM DE TÃO INTERESSANTE NA AMÉRICA LATINA?

Neste capítulo buscamos um caminho de respostas para as questões que permeiam esse trabalho: uma vez que a inserção dos Estados Unidos aconteceu por meio do programa Aliança para o Progresso, a APP, esse foi um mecanismo de acentuação da crise política

http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42967&busca=DP_07091961_M1

³⁷⁴ Cobertura pública sobre o tema: DP_13091961_M1: Diretoria da UNE pede a JG permanência de Celso Furtado, *Diário de Pernambuco*, Recife, 13/09/1961, cad:1 p.5. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42970&busca=%20>; DP_13091961_M1;

DP_15091961_M1: Os universitários lançam manifesto pró-Celso Furtado, *Diário de Pernambuco*, Recife, 15/09/1961, cad: 1, pág:5. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42972&busca=>;

DP_15091961_M1; DP_16091961_M2: Economistas em movimento de apoio nacional a Furtado, *Diário de Pernambuco*, Recife, 16/09/1961, Cad:1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42975&busca=>; DP_16091961_M2; DP_16091961_M3: Só permanecerá na Sudene com todo apoio do Governo, *Diário de Pernambuco*, Recife, 16/09/1961, cad:1, p.3.

Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42976&busca=1609>; JC_16091961_M1:

Sudene à margem da política, *Jornal do Commercio*, Recife, 16/09/1961, cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48837&busca=1609>

³⁷⁵ Apontando para defender a permanência de Furtado, o grupo resolveu enviar um telegrama em favor ao Conselho de Ministros. JC_16091961_M3: DP_16091961_M3: Só permanecerá na Sudene com todo apoio do

Governo, *Jornal do Commercio*, Recife, 16/09/1961, cad:1, p.3. Disponível:

<http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=42976&busca=1609>; JC_16091961_M3: Governadores sugerem manter na Sudene técnico apolítico, *Jornal do Commercio*, Recife, 16/09/1961, Cad:1, p.16.

Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=48839&busca=1609>

³⁷⁶ Sobre o I Plano Diretor tratou-se no capítulo 3.

³⁷⁷ LANDES, David S. (?) 1998, p.592. RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. SP: Campinas. Tese Doutorado. Unicamp/IFCH, p.7. Disponível:

<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.394903>

vigente no país? A SUDENE perdeu sua força por causa do processo de distribuição de recursos aos governos estaduais?

A priori, estabelecer o panorama de Furtado num contexto ideológico traz um sentido para a sua performance dentro da dinâmica entre Nordeste e EUA. O fundamento dessa inserção econômica pelos EUA permite abertura e disposição dele, diverge, em primeiro momento, do pensamento elaborado em defesa do desenvolvimento nacionalista posturado no papel de desenvolvimentista ocupado. Houve a defesa da formação de um capitalismo industrial no próprio país, o qual a intervenção estatal acabou sendo defendido como chave da economia por meio de "políticas de apoio à industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos".³⁷⁸

Nesse caso, a sua tendência nacionalista não extinguiu a argumentação de entrada do capital estrangeiro. A posição adotada por Furtado, inicialmente acabou ficando clara em 1962, segundo publicado por Bielschowsky, com referência a obra *A pré-revolução brasileira*, não existia naquele momento a necessidade da entrada do capital estrangeiro para haver desenvolvimento,

A entrada de capitais externos significa a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país. (...) Para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiros - aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação - necessitamos de uma política disciplinadora da entrada dessas capitais.³⁷⁹

Apesar da necessidade de recursos no sentido de realizar a política de desenvolvimento, o caráter nacionalista fincava a lógica de manter a autonomia decisória do país,

O desenvolvimento industrial firmado no mercado interno tornou possível um grau crescente de autonomia no plano das decisões que comandam a vida econômica nacional. Essa autonomia poderia ter sido cortada, caso os setores básicos da atividade econômica houvessem sido subordinados, desde o início, aos grupos concorrentes que dominam o mercado internacional. *Entretanto, acertadas e oportunas decisões dotaram o país de autonomia em setores que, por sua posição estratégica, condicionam o processo do desenvolvimento econômico nacional, tais como a siderurgia e a indústria petrolífera.* A conjugação destes dois fatores - deslocamento do setor dinâmico das exportações de produtos primários para os investimentos industriais, e a autonomia de alguns setores básicos da produção industrial - criou condições para que os centros de decisões de maior transcendência no plano econômico fossem conquistados e

³⁷⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p.127.

³⁷⁹ *Ibidem*, p.151.

postos a serviço de uma política de desenvolvimento nacional (grifos nossos).³⁸⁰

A superação do subdesenvolvimento em países do Terceiro Mundo, neste caso em específico na América Latina, tinha via da inserção do capital estrangeiro não o fazia perder de vista o nacionalismo, o qual Carlos Mallorquin esclarece em sua obra,

as lutas para superar o subdesenvolvimento e para preservar uma personalidade nacional com autodeterminação integram-se dialeticamente na prática da ação política. Não é por outra razão que as manifestações mais avançadas de uma ideologia do desenvolvimento surgiram do movimento de descolonização, o qual extraiu suas vigorosas energias criadoras da consciência de solidariedade nacional. A conjunção dessas duas idéias - força - a afirmação nacionalista e o desejo de superar o subdesenvolvimento - representa o núcleo do pensamento ideológico que, por caminhos variados, está provocando a transformação da vasta comunidade de povos que constituem o Terceiro Mundo.³⁸¹

O discurso alicerçado no nacionalismo não barrou a abertura de um auxílio econômico pela política de cooperação dos Estados Unidos na América Latina, e em específico no Nordeste brasileiro. Essa ajuda externa internacional estava sendo traçada desde anteriormente na viagem de Furtado em 1960 para Israel e a vinda de técnicos franceses para a SUDENE.

Mas, no caso dos EUA, a intervenção se deu para subtrair o subdesenvolvimento não perdia de vista enquanto um empecilho a política de desenvolvimento, na ocasião não se tinha em sua instalação a participação popular das massas ao mesmo tempo implicou em não deixar a criação de uma postura de autonomia. Mallorquin sintetiza o contexto ao desenhar que a política externa adotada pelos EUA em consenso com classes dirigentes na região, reforçando sua visão de mundo, permite construir dinâmicas particulares resultantes num agravamento do desenvolvimento.

Os primeiros passos dessa relação são ditados por diversos fatores, a primeira elaborada em 1960 pelo jornalista do *The New York Times*, Tad Szulc, ao visitar a região.³⁸² Elaborando uma série de artigos, um deles com título um tanto apelativos *Perigo*

³⁸⁰ *Ibid.*, p.151-152.

³⁸¹ MALLORQUÍN, A. Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p.212.

³⁸² SZULC, Tad. Northeast Brazil poverty breeds the threat of a revolt. *The New York Times*, 31 out. 1960. Disponível: <https://www.nytimes.com/1960/10/31/archives/northeast-brazil-poverty-breeds-threat-of-a-revolt-brazils-poverty.html>.

*revolucionário no Nordeste do Brasil.*³⁸³ Ao adotar um tom alarmista reforçava a necessidade de uma intervenção num território dito como alastrado por miséria e pobreza. Outro sinal de alerta estava no mini documentário da *ABC* produzido por Rogers na região *Brazil The troubled land*, o qual acompanhou um homem comum chamado Severino dentro das Ligas Camponesas trazendo luz à figura de Francisco Julião sendo líder comunista e uma ameaça à ordem nacional.³⁸⁴

Nesse cenário, criado pela perspectiva dos estadunidenses como ameaçador, a ajuda externa ocupava aos EUA um lugar central com relação à atuação na América Latina, principalmente quando é possível notar na literatura a insatisfação deles no que se referia à Cuba dentro do contexto da Guerra Fria. Como resultado, uma campanha contra Cuba levou à cooperação com outros países da América Latina na década de 1960 tendo verba e, mais importante, a criação do programa Aliança para Progresso em março de 1961 no Governo do Presidente John F. Kennedy.³⁸⁵

O reconhecimento de uma interdição levou a convites para visitas na região endossada por uma preparação para os trabalhos no início de 1961, especificamente em fevereiro a comissão do governo dos Estados Unidos composta por Arthur Schlesinger e Richard Goodwin com o objetivo de mapear a situação. Então assegurava que a tomada de conhecimento da equipe fosse segundo sua perspectiva, barrando desta forma o consumo de informações desviadas ao advogar, "Os auxiliares de Kennedy mereceram o melhor de minha atenção (...) Pela primeira vez, vinha ao Nordeste uma missão de um governo dos Estados Unidos que não ia ouvir, de preferência, os usineiros, os clientes do Chase e similares".³⁸⁶ Tendo como resultado,

Deram-se conta de que o quadro nordestino era grave, mas também de que os problemas estavam sendo enfrentados com realismo...compreenderam os auxiliares de Kennedy que era de boa tática para nós manter boas relações com as ligas camponesas e outros

³⁸³ CARVALHO, Lucas Souto Maior Gonçalves de. *Luta pelo Futuro: O Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)*. Dissertação Mestrado. UFPE/PPGH, Recife, 2019. Disponível: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33952>.

³⁸⁴ Um dos eventos que alarmou os EUA sucedeu a visita de Julião a Cuba em março de 1960 a convite do candidato à presidência pela UDN Jânio Quadros. Em seu trabalho Page deixa claro que Julião não apoiava a campanha de Quadros, uma vez que na publicação se registra a fala de Julião: "A Cuba com Jânio, mas às urnas com Lott". Os cinco dias de viagem foram suficientes para adotar apoio a Castro e a revolução cubana. Nesse ponto, a perspectiva adotada era o resultado de uma reunião entre esses dois seria um sinal de alerta considerável aos EUA. O receio de o Nordeste ser uma nova Cuba força então uma atuação. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972. Disponível: https://youtu.be/jWq4__898mg?si=lqs7Y1CtM63Hxoew.

³⁸⁵ O governo de Kennedy foi durante 1961 a 1963.

³⁸⁶ A composição do grupo: George McGovern, Richard Goodwin e Arthur Schlesinger. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.302.

movimentos que expressavam a insatisfação da população. Disse-lhes com toda a franqueza que a imagem dos Estados Unidos era a pior possível, mas que isto podia mudar se o novo presidente retomasse a saga de Roosevelt com sua política de boa vizinhança.³⁸⁷

Da primeira viagem para os Estados Unidos, em julho de 1961, à convite da Casa Branca. Furtado buscava não apenas se apresentar, mas também o trabalho realizado no Nordeste junto com as problemáticas em reuniões no Departamento de Estado e outros encontros.³⁸⁸ No caso do encontro com Kennedy na Casa Branca, ao descrever, a recepção acabava apontando uma postura e tratamento recebidos como de “grande e bom amigo”.³⁸⁹ Em suma, apresentar os problemas do Nordeste e os projetos além de carta feita por Quadros entregue por Furtado à Kennedy, estava claro por meio da resposta de Kennedy a garantia dos trabalhos naquele período, “Temos que chegar a uma solução, pois os Estados Unidos desejam ajudar a levar adiante essa política”.³⁹⁰ Essa extensão dinâmica seguiu durante o lançamento do APP num discurso que enfatizava uma “Revolução pacífica”³⁹¹ ao firmar um teor mais sério em atuar,

Portanto, eu conclamo todos os povos do hemisfério a juntar-se em uma nova Aliança para o Progresso - Alianza para o Progresso - um vasto esforço cooperativo, sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escolas - techo, trabajo y tierra, salud y escuela... Eu proponho que a República Americana dê início a um plano de 10 anos para as Américas, um plano para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento.³⁹²

O lançamento do programa promovia o crescimento econômico na aplicação de cerca de 20 bilhões de dólares num prazo de 10 anos previsto para a América Latina. Reunião do Conselho em maio, houve duas, a SUDENE tinha ficado estabelecido o recebimento de recursos destinados planos a longo prazo, mesmo com o I PD estancado pelo Congresso determinante até aquele ponto para o atraso dos trabalhos.³⁹³

³⁸⁷ RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. SP: Campinas. Tese Doutorado. Unicamp/IFCH, p.80. Disponível: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.394903>

³⁸⁸ Dos encontros foram com os ministros do Estado, Exterior, Finanças e Agricultura. Além do presidente do Banco Mundial e os do Fundo Especial das Nações Unidas e da Fundação Ford e o Senado. Nesse período não houve reunião do Conselho, foram realizadas só em janeiro e retornam em maio.

³⁸⁹ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p.307.

³⁹⁰ *Ibid.*, p.308.

³⁹¹ RIBEIRO], Ricardo Alaggio. *A aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. SP: Campinas. Tese Doutorado. Unicamp/IFCH, p.81. Disponível: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.394903>

³⁹² A carta nomeou um dos pontos de “declaração aos povos da América” que aconteceu na reunião de maio de 1961 do Conselho Interamericano Econômico e Social em Punta del Este, no Uruguai. *Ibid.*, p.81.

³⁹³ *ATA_012_1961*: 12º reunião ordinária. 03/05/1961, Recife. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6178&busca=ATA_012_1961

O plano em conjunto em pouco tempo ganhava forma já que desde janeiro uma das políticas do governo estava na abordagem da atuação na ajuda externa. Ao argumentar as bases teóricas do programa Loureiro,³⁹⁴ dentro da lógica de um processo de desenvolvimento para os países do Terceiro Mundo tendo em vista um processo a longo prazo de contribuição que fez mais sentido dentro do fornecimento de uma ajuda econômica.

A leitura desse movimento demonstra uma linha clara na imagem segura acerca da ajuda externa. Todavia, no discurso de lançamento do programa Aliança para o Progresso em 1961 nos Estados Unidos, segundo Kennedy “Aqueles que impossibilitam as revoluções pacíficas farão com que as revoluções violentas sejam inevitáveis”.³⁹⁵ Tal declaração expunha a ajuda externa não apenas como mecanismo de ajuda, mas também de intervenção e controle de forma a evitar o alastramento da Revolução Cubana nos outros países da América Latina.³⁹⁶

A chamada teoria da modernização para os Estados Unidos criou a manutenção de uma visão paternalista, onde guiava os países da América Latina. Na análise de Natividade o desenvolvimento foi utilizado com mecanismo de “verdade universal”,³⁹⁷ sendo assim, assegurava o processo de desenvolvimento, atribuição presente do mesmo modo na argumentação de Loureiro em razão da teoria da modernização, o qual qualquer espaço poderia oferecer o desenvolvimento uma vez que estivessem em “fases transicionais”³⁹⁸ organizado no que se entende como processo de “decolagem”.³⁹⁹

Enfatizando em três aspectos no período: a de realização de um projeto que pudessem ser integrado a outros e conter aqueles que não iriam funcionar ao introduzir os recursos internamente, ou seja no comércio interno, fazendo com que estimulem o mercado externo; e, no terceiro ponto, ocorria as reformas de base na sociedade em todas as escalas, assim o que trata Loureiro sendo um combo de esforços para alcançar a modernização.

³⁹⁴ LOUREIRO, Felipe Pereira. *A aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2020.

³⁹⁵ OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Terra seca, guerra fria: as forças políticas nordestinas sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. Maringá, PR, 2020. Tese Doutorado UEM/CCHLA/PPGH, p.121. Disponível: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5881>.

³⁹⁶ Segundo Oliveira, a APP seguia os passos da atuação dos Estados Unidos na Europa por meio do Plano Marshall em 1945. *Ibidem*.

³⁹⁷ NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)*. Tese Doutorado, UFF/Instituto de História, 2018. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13487>

³⁹⁸ LOUREIRO, Felipe Pereira. *A aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil Pós-Guerra*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2020, p.82.

³⁹⁹ *Ibidem*.

A presença da Missão Bohan no Nordeste chegou antes da implantação dos recursos, se responsabilizando ao levar um relatório sobre a região ao seu regresso ainda naquele ano em seu retorno.⁴⁰⁰ Dispondo do objetivo de trazer aos Estados Unidos um relatório sobre a realidade do Nordeste em conjunto com o levantamento do trabalho da SUDENE, que seguia a atuação que fora desenhado no I Plano Diretor o limite de atuação em colocar prática, vindo de uma incitação do Departamento de Estado.⁴⁰¹

Mesmo assim, Bohan chegou ao Nordeste com um conjunto de técnicos em outubro e coube a Furtado exercer a função de guia. Então assegurava que a tomada de conhecimento da equipe fosse segundo sua perspectiva, barrando desta forma o consumo de informações desviadas ao advogar, "Os auxiliares de Kennedy mereceram o melhor de minha atenção (...) Pela primeira vez, vinha ao Nordeste uma missão de um governo dos Estados Unidos que não ia ouvir, de preferência, os usineiros, os clientes do Chase e similares".⁴⁰²

O documento *Northeast Brazil: team survey report* demonstrava o combo de atuação levando a ser parte de julgamento ao ser presentes nas reuniões do Conselho no período em que esteve no Nordeste, em novembro e dezembro, Furtado fez questão de os apresentar e a função de reconhecer as limitações da SUDENE ao tocante a aplicação da política de desenvolvimento.⁴⁰³

Demonstrava, seguindo, nas palavras de Kennedy, de certo até se assegurava nelas, "Consideramos auspicioso que os Senhores já tenham não somente tomado consciência da gravidade do problema, como também já tenham uma política para enfrentar o problema. A ida da missão que vamos mandar ao Brasil está ligado a melhor compreender e a saber como melhor ajudar".⁴⁰⁴ Uma voz que esteve nessa reunião num depoimento, saber se a SUDENE iria ser um aliado ao sucesso da APP e ajudar o Nordeste, em suma, "é procurar os meios por

⁴⁰⁰ Enviado ao Brasil em 1961, Merwin Bohan faz parte do department of state, junto com técnicos para avaliar a realidade do Nordeste. OLIVEIRA \, Pedro Carvalho. *Terra seca, Guerra fria: as forças políticas, nordestinas sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. PR: Maringá, 2020. Tese Doutorado UEM/CCHL/PPGH. Disponível: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5881>

⁴⁰¹ Furtado aborda nas suas memórias o relatório feito por ele em viagem ao indicar que o Departamento de Estado sendo os responsáveis em fazer a Aliança funcionar, "A vitória que significara obter o apoio direto do presidente iria diluir-se à medida que tudo passasse a depender da maquinaria do Departamento de Estado, a qual tudo subordinaria a suas apreciações da situação geral do Brasi. Mas isso, eu somente viria a perceber com clareza algum tempo depois". FURTADO, Celso. *Op. cit.*, p.310.

⁴⁰² A composição do grupo: George McGovern, Richard Goodwin e Arthur Schlesing. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.302.

⁴⁰³ LARA, José Victor de. *Revolução às margens do capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964*. PR: Maringá. Dissertação Mestrado. UEM/PPGH, 2019. Disponível: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5575>; *ATA_018_1961*: 18ª reunião ordinária, 06/11/1961, Recife. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6186&busca=>; *ATA_018_1961*.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p.5.

onde possa dar uma melhor cooperação, e sem perda de tempo, levar ao conhecimento do Governo dos Estados Unidos aquilo que se possa fazer”.⁴⁰⁵

É importante incorporar que Furtado tinha colocado as suas fichas em cima desse trabalho, o apoio dos recursos dos EUA podia ser visto como uma retirada da sua imagem de promessas. Tal como, “no próximo ano e com a execução do Plano Diretor, grande parte dos serviços públicos no Nordeste vão ser efetivamente controlados pela SUDENE”.⁴⁰⁶ O estreitamento da relação dos países se mostrou fundamental, na última reunião do ano, em dezembro, quando o clima do Conselho estava direcionado à ameaça de uma seca e à aprovação do I Plano Diretor.⁴⁰⁷

Contudo, a presença desses técnicos incitaram duas dinâmicas, o APP custeava naquele contexto cerca de US\$ 400 milhões de dólares estendido a uma atuação no período de cinco de anos. Essa entrada permitiu a sensação de recursos às mãos uma vez que a seca teve seu sinal de alerta, logo levando os conselheiros se voltarem a Furtado e a Bohan na reunião de entrada dos EUA deixava ao Conselho a certeza de mais recursos.⁴⁰⁸

Na passagem para o ano de 1962, os EUA tomaram conhecimento através da sua embaixada que a atuação no Nordeste tinha a necessidade de passar de assistência ao caráter político.⁴⁰⁹ Dessa dinâmica, é importante salientar que até aquele ponto consistia o reforço do caráter anti partidário dentro da SUDENE, o que conduz até a rachadura da relação entre Sampaio e a SUDENE. Essa cisão inicia antes da saída de Sampaio do cargo de governador de Pernambuco. Durante a atuação da SUDENE na distribuição de recursos para as obras em torno da distribuição de água, a Secretária Executiva em conjunto com Furtado opta pelo projeto de Arraes foi um episódio que fomentou a oposição de Sampaio.

De outro lado, o aspecto nacionalista citado, em especial, no trabalho em relação ao Nordeste sendo total responsabilidade de Furtado interna do Brasil. Mas, abriu portas portanto

⁴⁰⁵ *Ibid.*, p.6.

⁴⁰⁶ *Ibidem.*

⁴⁰⁷ *ATA_018_1961*: 18ª reunião ordinária, 06/11/1961, Recife, p.7. Disponível:

http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6186&busca=;ATA_018_1961.

⁴⁰⁸ Ao tratar dos problemas referentes aos seus Estados Parsifal do Ceará e Aluisio do Rio Grande do Norte pedem assistência ao APP e os recursos destinados. Mais a frente pode ser observado que os governadores dos Estados do Nordeste alteram a busca de quem iria conceder recursos à eles. Sendo o Governo Federal através do DNOCS, deixando de ser uma fonte de renda e Furtado na SUDENE controlando com punhos de aço os recursos, os EUA assume a figura paternalista sucessor das fontes de recursos. *ATA_019_1961*: 19ª reunião ordinária, 06/12/1961, Recife. Disponível:

http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6187&busca=ATA_019_1961.

⁴⁰⁹ Na tomada de conhecimento de problemas internos nos EUA, Page chama atenção ao país não querer perder o Nordeste tal como Cuba tinha sido. Então Goulart, Arraes e Julião com as Ligas assentavam no viés de problema doméstico, o qual, leva a necessidade de atuar e o mecanismo mais prático foi por meio do APP.

da ajuda estrangeira, “o papel correto da ajuda estrangeira era apoiar os planos brasileiros para projetos que o país decidisse ser de seu interesse apoiar” quando se fala de Furtado.⁴¹⁰ Os trabalhos não seriam em conjunto, e isso se mostrou na primeira integração da APP no I Plano Diretor. Esse quadro não retirava em outro aspecto a insatisfação dos técnicos da SUDENE e dos estadunidenses⁴¹¹

De várias reuniões e consultas durante sua passagem, Bohan compôs um documento, o qual indicava as problemáticas econômicas, uma sociedade em efervescência ao passo de explodir, a falta de emprego e condições de salários baixos contribuía inclusive intensificava na ótica deles o comunismo, sendo a figura de Julião enquanto um “agitador comunista”.⁴¹² Bohan enviou um relatório prévio ao Consulado em Recife, 19 de dezembro de 1961, *The Brazilian Northeast: a status report on politico - economic conditions*; pontos de divisão do relatório, o qual salientava a problemática vista por Bohan do Nordeste era o Brasil num contexto geral.⁴¹³

4.2.2. O ACORDO DO NORDESTE

Resultado dessa relação SUDENE e Estados Unidos veio do Acordo do Nordeste assinado entre os governos brasileiro e estadunidense em 13 de abril de 1962.⁴¹⁴ A SUDENE acabou recebendo a responsabilidade de utilizar 131 milhões de cruzeiros, os quais funcionavam num balanço de trabalhos realizando entre dois anos em conjunto dos seus técnicos e os técnicos do APP, dado que ela foi vista “enquanto a agência Interamericana de Desenvolvimento foi designada pelo govêrno dos Estados Unidos como “executora de suas responsabilidades” e, para isso, já iniciava a instalação de um escritório no Recife”.⁴¹⁵O

⁴¹⁰ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972, p.92.

⁴¹¹ *Ibidem*.

⁴¹² LARA, José Victor de. *Revolução às margens do capitalismo: a Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964*. PR: Maringá. UEM/PPGH, 2019, p.117. Dissertação Mestrado. Disponível: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5575>

⁴¹³ *Ibid.*, p.119-120.

⁴¹⁴ Tendo a concepção de promover o desenvolvimento e assumindo o slogan de “Mudaremos a face do Nordeste brasileiro” por uma cota de cinco anos que tinha a disposição de C\$ 220 bilhões de cruzeiros. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

⁴¹⁵ Kennedy enviou uma carta à Goulart publicada pelo Diário de Pernambuco, neste ponto, os laços entre os governos estavam estreitados. Num viés midiático a ajuda externa não era vista como uma ameaça à democracia no Brasil. DP_13041962_M1: Brasil e USA firmam acordo: Cr\$ 220 bilhões para o NE, *Diário de Pernambuco*, Recife, 13/04/1962, cad:1, p.1. Disponível:

[http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43166&busca=DP_13041962_M1](http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43166&busca=DP_13041962_M1;); DP_13041962_M2: John Kennedy a Jango: “Mudaremos a face do Nordeste brasileiro”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 13/04/1962, cad:1, p.1. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43167&busca=; DP_13041962_M2.

estabelecimento do APP já recebia os trabalhos enviados pela Secretaria Executiva da SUDENE.⁴¹⁶

Utilizando-se da adoção de César Guimarães denomina de uma relação paternalista entre as forças políticas tradicionais da região e os Estados Unidos.⁴¹⁷ Isto é, a busca de recursos mudou de direção quando deixou de ser retirada a necessidade de urgência da responsabilidade do Governo Federal destinada aos Estados Unidos.

Ao enxergar a ajuda externa precisava ser discriminada, onde vinham esses números “empréstimos em dólares, doações em dólares, empréstimos em cruzeiros e doações de cruzeiros”.⁴¹⁸ O relatório Bohan concedia à SUDENE segurança de execução do I Plano Diretor, resultado esteve na injeção de recursos, mas também seguia por razão dos EUA terem aprovado o material do plano.⁴¹⁹ Enfatizado por Page, o relatório acabou em suma sendo visto “que os funcionários dos Estados Unidos estavam agora encarando a região como um importante problema de segurança. Ele não sabia que o relatório fora virtualmente engavetado porque falhava em levar suficientemente em conta estas considerações políticas”.⁴²⁰

Isto posto, os trabalhos iniciados começaram em 1963 a serem articulados, dentre eles no abastecimento de ação de emergência em Pernambuco e Paraíba em conjunto com o APP num plano preliminar, marca essa dinâmica de trabalhos.⁴²¹ Meio a estas narrativas os governadores estreitaram seus laços com a APP através dos recursos de modo direto, estreitamento mais significativo foi o caso de Sampaio, todavia não apenas Sampaio, então

⁴¹⁶ ATA_024_1962: 24ª reunião ordinária, 09/05/1962, Recife. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6194&busca=>; ATA_024_1962.

⁴¹⁷ CARVALHO, Pedro O. *O Nordeste do Brasil como palco da Guerra Fria: a Aliança para o Progresso e o interesse das forças políticas tradicionais nordestinas nas relações Brasil-Estados Unidos (1960-1964)*. Diálogos, 26(1), 255-279. Disponível: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i1.56565>

⁴¹⁸ LOUREIRA, Felipe Pereira. *A aliança para o progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiro e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2020, p.178.

⁴¹⁹ Havia a lógica de um projeto nacionalista, por isso até os anos de 1961 a 1962 a autonomia de Furtado seguiu sendo respeitada, mas foi visualizado que existiam perspectiva de trabalho dele, que formou metas e objetivos em níveis que não seriam alcançados uma vez que eram produtos de uma ação nacional, alcançar diz respeito abrir as portas para ajuda externa em razão de ser um plano regional. Na obra de Robock, aproveita na opinião dele tecer críticas a SUDENE numa atuação que não compunha dentro dela uma meta de expansão global vista a longo prazo. No entanto, não era o objetivo dela e em seu trabalho, estipulado na sua lei naquele período de criação, atuasse num parâmetro maior que o regional, então não fazia sentido elaborarem planos de atuação global já que o foco foi o Nordeste do Brasil. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve - o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972. ROBOCK, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional: o Nordeste brasileiro*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

⁴²⁰ PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1972, p.93.

⁴²¹ O Conselho já atuava com o APP recebendo recursos “Convênio com os Estados Unidos no tópico de assistência técnica e formação de pessoal U\$ 1,7 milhões de dólares. Esse dinheiro vai ser injetado nas áreas : pesqueira, estruturação do centro de treinamento em Tamandaré”. ATA_032_1963: 32ª reunião ordinária, 09/01/1963, Recife. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6203&busca=>;

assumem no cenário o papel deste como atores do movimento APP sem a SUDENE, norteando por Loureira.⁴²² Num quadro de contato direto entre setembro de 1961 a março de 1964, os governadores do Nordeste : Antônio Lomanto Júnior da Bahia, Virgílio Távora do Ceará, José de Magalhães Pinto de Minas Gerais, Cid Sampaio de Pernambuco, Petrônio Portela Nunes do Piauí e Aluísio Alves do Rio Grande do Norte.⁴²³

O trabalho dos governadores se validava das queixas recorrentes de recursos e controle dentro da administração da SUDENE fortalecia o cenário pré golpe.⁴²⁴ Por isso, sua busca estava em manter o controle e tendo seus recursos dados, tendo Furtado administrado esses recursos e tomando a decisão junto com a Secretária Executiva dos destinos das verbas, um empecilho foi formado, na visão de governadores como Alves a APP garantiria uma ampliação de financiamentos, segundo Oliveira , expandiu seu apoio.⁴²⁵

A progressão não foi linear, mas tem destaque anteriormente, em 1962 o Brasil passou pelo processo eleitoral com Miguel Arraes sendo eleito governador de Pernambuco. Nesse mesmo período houve a cisão da relação entre Furtado e Cid Sampaio, o que trás em decorrência as eleições se tornou o encerramento da relação entre Sampaio e SUDENE. Levando a uma campanha de oposição contra Furtado, não é uma dinâmica de vilão e herói, todavia foi narrado assim. O motivo inicial aconteceu na disputa entre Sampaio, ainda exercendo o papel de governador e Arraes, na prefeitura de Recife. O mais importante envolve a ação dos Estados Unidos que, de acordo com Oliveira, buscaram minar a autoridade exercida pela SUDENE, ao atribuir a ajuda direta aos Estados. Sampaio foi o primeiro, junto ao episódio do abastecimento de água no Recife, Arraes defendia um trabalho para implantação de chafarizes públicos, e Sampaio outra de estações de tratamento, redes de distribuição a domicílio. Coube à responsabilidade da SUDENE exercer o papel de árbitro em optar pela solução de Arraes, levou à Sampaio adotar campanha contrária; um discurso de

⁴²² Em sua pesquisa se atenta que dos 32 governadores durante o governo de Goulart foram responsáveis pela realização de acordos de contato direto com a APP 13 governadores. Contudo, neste trabalho a atenção foi para os governadores do Nordeste e seus movimentos dentro do Conselho, destacando sua postura de buscar recursos, além, dentro de um balanço desse grupo não estavam inclusos comunistas.

⁴²³ No caso dos governadores do Piauí e do Rio Grande do Norte não foi elaborado um empréstimo, foram doações recebidas, o que segundo Loureira deu a Alves a colocação do que tinha recebido mais recursos. Respectivamente, foram recebidos 6,8%, 1,9%, 14%, 1,5%, 24,5%, não tendo a porcentagem que Minas Gerais recebeu. LOUREIRA, Felipe Pereira. *A aliança para o progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiro e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

⁴²⁴ Em reuniões o controle ministrado pelos governadores permanecia sendo defendido. *ATA_033_1963: 33ª reunião ordinária, 06/02/1963, Recife. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6204&busca=ata_033*

⁴²⁵ OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Terra seca, guerra fria: as forças políticas nordestinas sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. PR: Maringá. Tese Doutorado UEM/CCHLA/PPGH, 2020, p.121. Disponível: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5881>

perseguição à ele.⁴²⁶ Em suma, assume o protagonismo de oposição dentro dos trabalhos da SUDENE em seu final de mandato.⁴²⁷

Alcançando o discurso de toda atuação da SUDENE, aquele ponto dizia ser mais dos governadores, pelo histórico fazem parte do Conselho, mesmo assim os méritos sendo dado ao próprio governo.⁴²⁸ No mesmo artigo enfatiza o viés comunista na administração de Arraes. A indisposição entre Arraes e Sampaio iniciou no episódio citado acima, no entanto, no período eleitoral já estabelecido. O acordo entre Sampaio e os EUA dita o desvio da autoridade da SUDENE ao que chama Page de “não-cooperação” por enxergar a SUDENE como uma barreira, deste modo, uma ligação direta com os Estados, sem um intermédio da SUDENE, também era uma atuação para conter a campanha de Arraes.

A insatisfação mapeada dos governadores se encontrava dentro das páginas desse trabalho, os governadores se mostraram um núcleo vulnerável adequado a introjetar sua estratégia.⁴²⁹ Dentro de um núcleo, desesperados por verbas, os EUA enxergavam a possibilidade de reverter o quadro da expansão da esquerda e do comunismo. É importante situar Arraes nesse quadro por conta da sua postura sem apoio ou ligação entre sua administração e a ajuda externa, mas ao longo do tempo deixa de ser moderado.⁴³⁰

Enfim, se entende que mesmo o caso de Sampaio sendo o de maior proeminência, não podia ser visto como único, quando se tratou da relação paternalista dentro do Conselho, outros governos também participaram. Principalmente pela relação ambígua desenvolvida com Furtado que estava em esgotamento já em meados de 1963 com episódios públicos de

⁴²⁶ Durante uma conferência na Escola Superior de Guerra no Recife Sampaio aproveitou para realizar em seu discurso críticas à SUDENE, dentre suas insatisfações o episódio das verbas de abastecimento irem para a prefeitura, na matéria publicada “revelou que o projeto do govêrno para abastecimento dágua do Recife, já que a repartição competente é da alçada do Estado, uma vez submetido à SUDENE não logrou aprovação, todavia, um simples ofício fêz canalizar uma verba de 20 milhões de cruzeiros para a Prefeitura Municipal”. JC_07071962_M1: Cid fêz críticas à Sudene na conferência para Escola de Guerra. *Jornal do Commercio*, Recife, cad:1, pág:3, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49176&busca=0707>.

⁴²⁷ Sampaio inicia pedindo a lista de funcionários e ocupações dentro da SUDENE, e no final de 1962 apontava uma atuação da SUDENE um funcionamento prejudicial ao ver dele para a estrutura de autoridade dos governadores quanto ao Governo Federal, dentre um dos discursos, salientou, “(...) pois que é condenável, sob amplos aspectos, o controle das verbas destinadas ao Estado, constantes de disponibilidades orçamentárias”. *Ibidem*.

⁴²⁸ “Disse que as realizações concretas da SUDENE em Pernambuco tinham sido de exclusiva iniciativa do govêrno estadual (...)”. JC_01121962_M2: Cid: obras da SUDENE em Pernambuco foram do governo estadual, *Jornal do Commercio*, Recife, 01/12/1962, cad:1, p.1. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43436&busca=;>.

⁴²⁹ No trabalho de Page cita um funcionário dos EUA presente no Rio de Janeiro aborda estratégia que utilizavam sua atuação no Nordeste: “(...) parece-me que cada um dos nove governadores deve ser forçado a sentir tão agudamente quanto possível que está competindo para demonstrar aos Estados Unidos que se acha pronto a fazer bom uso do nosso dinheiro com maior rapidez e melhor segurança do que os outros outros oito governadores”. PAGE, *Op. cit.*, p.167. Sampaio recebeu cerca de US\$ 131 milhões para o projeto de educação.

⁴³⁰ Foi visto pelos americanos inicialmente como um esquerdista que não seria uma ameaça, por volta de 1963 começou a ser visto como tal. *Ibidem*.

insatisfação, dentre acusações da autoridade dentro dos Estados exercida pela SUDENE, em relação ao trabalho com as prefeituras, seguiu sendo ponto chave para em seu segundo semestre em via pública declarar que os Estados não sabiam gastar suas verbas, o que o forçava barrar e bloquear elas.⁴³¹ Por certo, o clima de animosidade entre os conselheiros e o superintendente minava qualquer clima de mediação existente anteriormente dentro da SUDENE.

4.2.3. II PLANO DIRETO

Ainda no que tange o trabalho da SUDENE o II Plano Diretor deu abertura nas suas diretrizes básicas a iniciativa privada e a entrada de capital estrangeiro.⁴³² Em 1962 o trabalho de colocar em prática o I Plano Diretor não levava a ignorar “precariedade do futuro”.⁴³³ Estava fácil de entender porque o primeiro plano não tinha o suficiente para resguardar os trabalhos, por isso precisava de uma cobertura dentro dos anos de 1963-1965.⁴³⁴

No caráter técnico do II Plano, antes do período do Golpe Militar, trouxe em destaque o “fator humano”.⁴³⁵ Conforme apontado por Andrade, o enfoque tinha em extinguir o analfabetismo e expandir formação técnica, voltada para uma atuação interna, da indumentária do II Plano.⁴³⁶ Destaca no seu corpo a área de ciência e tecnologia, uma necessidade pré existente, a sua estrutura competia a divisão.⁴³⁷

Na sua composição corria de aspectos modernizadores a fim de trazer reestruturação dos setores rodoviário e aeroviário, mas também enfoca na ciência e na imersão de industrialização do setor externo.⁴³⁸ Sendo elaborado em 1962, o que trouxe mais insurgência

⁴³¹ Os governadores, Aluísio Alves, Virgílio Távora e João Agripino, acusavam a SUDENE de minar suas autoridades e criar milícias dentro de seus Estados. *ATA_033_1963*: 33ª reunião ordinária, 06/02/1963, Recife. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6204&busca=ata_033; *ATA_E_008_1963*: 8ª reunião extraordinária, 20/11/1963, Recife. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6215&busca=>.

⁴³² Na divisão do II Plano Diretor: investimentos em ênfase na infraestrutura de transporte e energia, recursos naturais, aperfeiçoamento do fator humano. Ação promocional direta no desenvolvimento econômico: reestruturação da economia agropecuária; política de industrialização; desenvolvimento da pesca; racionalização do abastecimento de gêneros alimentícios; ajuda técnico-financeira ao artesanato; e investimentos diretamente de caráter social.

⁴³³ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p.335.

⁴³⁴ O período era projeto sem previsão do que iria acontecer em 1964.

⁴³⁵ ANDRADE, Thales Novaes de. *Ciência e Tecnologia*, p.253.

⁴³⁶ DP_21121962_M1: *Plano da Sudene exige fim ao analfabetismo*, cad: 2, p.8. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43455&busca=Plano>

⁴³⁷ Inclusive acentua a relação com núcleos de formação. JC_11081962_M1: Novo Plano Diretor da SUDENE estará pronto, 2º feira, *Jornal do Commercio*, Recife, 11/08/1962, ca:1, p.16. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49192&busca=>; JC_11081962_M1.

⁴³⁸ Indústrias do Centro-Sul e estrangeiras dispõem do artigo 34º de isenção de impostos delas.

de debates por ser, como citado, num período de ação do I Plano, então existe essa dupla cidade de votação com a cobrança dos recursos serem aplicados, o ato de votar nas reuniões retorna às exigências dos Estados.⁴³⁹

A resposta de Oliveira referia a continuidade do I ao II Plano justificava ao destacar, “todo êsse trabalhos de pesquisa e pré investimentos são continuados neste 2º Plano mesmo porque a SUDENE não poderia incidir no grave êrro que seria o de descontinuidade administrativa”.⁴⁴⁰ Esse fenômeno circulava a aspirar um dos motivos tem a ver com constantes reuniões, como nessa reunião citada, surge uma cobrança incluso ou não no Plano.⁴⁴¹ Obviamente que era uma discussão ociosa devido a não ter uma resolução clara, se houve recursos do I Plano recebidos a Secretária Executiva não precisava encaixar no II Plano, elaboração situação contraversões permanecia sendo mantido em Recife e Salvador novamente.

Suas emendas, elaboradas por sugestões de cada Estado, ficavam sendo responsabilidade de um exame, assim ter a tomada de decisão sobre caber ou não, o que acabava sendo determinado pela Secretaria Executiva. Os projetos não vindo deles dava maior participação aos conselheiros, que acabavam fomentando a defesa das sugestões imputadas por eles, a mensagem elaborada estava no centro quanto a distribuição de verbas tinha muita influência da Secretária Executiva para aprovar ou não. Do efeito da reunião em setembro, outubro havia preservação da autonomia de Furtado.⁴⁴²

Apresentado ao Conselho no primeiro semestre de 1962, o II Plano Diretor já iniciava seu caminho distante do que tinha sido o I Plano Diretor, que estava em plena execução.⁴⁴³ Logo levando menos tempo sua aprovação se deu em junho de 1963 pelo Congresso.⁴⁴⁴ Em seu artigo, Andrade explicitava a SUDENE mesmo funcionando em sua criação seu projeto

⁴³⁹ Na reunião, Manoel Resende Pacheco, do Sergipe, colocou em comparação um projeto de irrigação do São Francisco ao passo que não estava no segundo. *ATA_E_006_1962*: 6ª reunião extraordinária, 19/09/1962, Recife. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6199&busca=TA_E_006_1962.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p.5.

⁴⁴¹ Repetido numa problemática dos Estados, “após as palavras do superintendente, o Presidente, conselheiro Pedro Gondim, em aditamento às palavras do conselheiro Aluísio Campos, diz que não defende princípios obsoletos, mas é preciso que a SUDENE se acautele para evitar seja responsabilizada pelo tratamento desigual aos Estados”. *Ibid.*, p.8.

⁴⁴² No capítulo 2 observamos que reuniões com Oliveira à frente torna-se um ambiente caótico, então havendo uma disputa de projetos com a Secretária Executiva levou a valorização do mecanismo de mediação exercido por Furtado. *ATA_029_1962*.

⁴⁴³ *ATA_027_1962*: 27ª reunião ordinária, Recife, 01/08/1962, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6197&busca=>.

⁴⁴⁴ Segundo Furtado, esse processo mais rápido foi descrito dentro dos debates em torno do artigo 34, o qual concedia isenção de imposto para indústrias fora do Nordeste do Brasil. “Os parlamentares recentemente eleitos mostraram ser mais sensíveis aos problemas do desenvolvimento em geral (...)”. Distante dos primeiros anos de funcionamento da SUDENE trouxe a associação com o programa Aliança para o Progresso. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

deteve a base realizada a partir do planejamento com o trabalho técnico, o que levou ao seu “deslize”⁴⁴⁵ em seus trabalhos.

Isso foi resultado do que tinha sido composto sua ideia de ser distante da discussão política partidária, a ausência de posição adotada, fez sentir dentro de conflitos sociais que precisavam de uma resolução. Os valores de Furtado acabou sendo separado dos da SUDENE entre 1963 a 1964, ora começou a exercer uma posição política mais firme centralizado numa defesa da democracia, como parte de uma defesa naquele momento da política de desenvolvimento, de certo uma defesa ao funcionamento da própria SUDENE.

4.2.4. MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DO PLANEJAMENTO

O estreitamento da relação de Goulart com Furtado se tornou valiosa para a dinâmica de ambos, o então presidente o convidou em 27 de setembro de 1962 a ocupar o cargo de Ministro Extraordinário do Planejamento, o ministério foi criado visando a apresentação de um plano com a garantia do nome de Furtado, sugerido por Santiago Dantas.⁴⁴⁶

O governo sofria desafios, dentre eles, desde a nomeação de Goulart foi utilizado de um discurso de impacto ao frisar que a crise econômica, quando se tratava da inflação. Estava havendo um desgaste no planejamento que almejava reverter o quadro de maneira a diminuir o ponto de inflexão por parte da opinião pública, o qual podemos ver quando destacava “se, por uma parte, a opinião pública exige do governo ação efetiva na solução de problemas básicos, inclusive pelo investimento maciço em setores fundamentais...”⁴⁴⁷ Por isso, “a instituição de um órgão responsável pelo planejamento constitui passo decisivo na direção dessa nova política, que poderia chamar-se “política do desenvolvimento para o bem-estar do povo”.⁴⁴⁸

Sendo elementos importantes para o seu governo se tratou de uma construção de adequação ao caráter popular. Encontra assim o nome de Furtado como garantia de planejamento de sucesso. Ao assumir esse projeto reivindicava a permanência no comando da SUDENE⁴⁴⁹. Além disso, aceitar o cargo tinha a ver com o que chama de dívida com o

⁴⁴⁵ ANDRADE, Thales Novaes de. Ciência e Tecnologia nos Planos Diretores da SUDENE. Em: LIMA, Marcos Costa (Org.). *O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão*. Recife: Editora UFPE, 2014 p.254.

⁴⁴⁶ Furtado mais tarde ocupou o cargo de Ministro da Cultura entre 1986 a 1988 no governo do Presidente José Sarney.

⁴⁴⁷ DP_28021962_M1: problemas do Nordeste são sociais. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28/02/1962, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43124&busca=2802>.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁴⁹ FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

presidente, “Eu tinha uma dívida com o presidente, desde aquele momento em que ele salvara a SUDENE do assalto da politicagem eleitorareira”.⁴⁵⁰ O assalto, o qual se referia trata-se da defesa assumida por Goulart durante as eleições daquele ano. Reforçava em discursos a relevância do papel e posição ocupado por Furtado, o que trouxe a aproximação de ambos.

Coube a Furtado planejar e executar um novo plano nacional dentro do escritório da COCAP⁴⁵¹ Onde acabou coordenando. Ressaltando o propósito do seu trabalho forma uma rede de informações da situação do Nordeste, o qual respectivamente formaria a percepção de iniciativas com viés de solucionar os problemas de caráter social e econômico.⁴⁵²

A essa altura, a nomeação de Furtado repercutiu de maneira frágil perto das questões do governo Goulart. Sendo um ministro sem pasta estabelecida, a mensagem era elaborada dentro da reunião ministerial já que mesmo com a responsabilidade de elaborar um plano, buscou determinar o caráter de um lutador, a expectativa estava em poder “dessarte, ter decisiva ingerência no govêrno, num setor de tamanha importância, o Nordeste pode lembrar-lhe que a sua ação deve exercer-se tenazmente em nosso favor”.⁴⁵³

A mensagem elaborada para publicações continuava mantendo Furtado como maior representante e defensor da região, assim, encontrava a base garantida de um entrosamento maior entre governo federal e região. No mesmo artigo seguiu aos governadores e políticos em geral eram culpabilizados pelo que nomeiam de abandono e omissão, dando maior ênfase na esperança resultando apenas na figura de Furtado.⁴⁵⁴

Alinhando com a manutenção do seu cargo na reunião de 15 de outubro de 1962, a vigésima nona reunião do Conselho, estabeleceu a permanência em conjunto do plano de desenvolvimento nacional, ainda se vendo que a SUDENE não funcionaria em sua ausência.⁴⁵⁵ As mudanças de cenário da SUDENE em 1963 não extinguiram a permanência da perspectiva do que era a SUDENE e Celso Furtado. Uma das atuações precisou retornar em 1962, diz respeito ao Plano Trienal dentro do Ministério do Planejamento.⁴⁵⁶

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p.347.

⁴⁵¹ A Comissão de coordenação da aliança para o Progresso Furtado acaba assumindo também a COCAP e a COPLAN, comissão nacional de planejamento junto com a SUDENE.

⁴⁵² NATIVIDADE, Melissa Miranda. *A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)*. Tese Doutorado. UFF/Instituto de História. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13487>.

⁴⁵³ JC_29091962_M3: Nordeste e o Ministro sem pasta, *Jornal do Commercio*, Recife, 29/09/1962, Cad:1, p.24. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49219&busca=29091962>.

⁴⁵⁴ JC_07101962_M1: Celso Furtado coordenará os planos todos, *Jornal do Commercio*, Recife, 07/10/1962, Cad:1, p.2. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49223&busca=07101962>.

⁴⁵⁵ ATA_024_1962: 24° reunião ordinária, Recife, 09/05/1962, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6194&busca=>.

⁴⁵⁶ Resultado do convite ao cargo de ministro, segundo Furtado Goulart estava se preparando para o plebiscito que deveria ser revertido e lhe dariam poderes absolutos enquanto presidente quando ocupava o cargo de

Um dos pontos importantes consistia numa atuação a curto prazo. Sob esse contexto, no início da atuação em 1959 o discurso emitido era um trabalho a longo prazo que foi extinguindo, significa dizer que existia a necessidade da aceleração dos trabalhos por conta do efeito do contexto político brasileiro encontrado. Coube assim encarar o plano como "deveria abrir caminho a reformas estruturais e, ao mesmo tempo, comportar ajustamentos de curto prazo".⁴⁵⁷

A disseminação do trabalho resultou no Plano Trienal, o trabalho realizado por ele era em dualidade por conta da conferência da Organizações dos Estados Americanos no México, para avaliar as atividades do APP, segundo Furtado, em seu ponto de vista, "a Aliança somente prosperaria se a autonomia de cada país latino-americano para conceber e assumir a execução de sua própria política de desenvolvimento fosse respeitada".⁴⁵⁸ Ou seja, a autonomia do próprio país, em respectivo, a própria SUDENE através da dinâmica se tornou prioridade; na perspectiva de Oliveira, o espaço que os países subdesenvolvidos concedidos não era um campo propício para a ajuda externa trabalhar, sendo um instrumento ineficaz quando tratou-se do desenvolvimento.⁴⁵⁹

A APP não foi bem vista por parte dos técnicos da SUDENE, primeiro por não ter sido um organismo vindo das Nações Unidas, uma ajuda externa direta dos EUA vista como "ajuda bilateral é motivada pela Guerra Fria e pelo desejo de transformar o país beneficiado em um exemplo dos méritos do sistema do país doador".⁴⁶⁰

Essa perspectiva conversava com o que Furtado acreditava "não se trata de fazer a revolução antes que o povo faça, pois não existe revolução sem povo, e sim de contribuir com inteligência e realismo para iluminar os caminhos dessa revolução e evitar que oportunistas e fanáticos assumam seu comando".⁴⁶¹ A atuação do Ministério e a criação do Plano Trienal são, contudo, uma grande incerteza política de certos grupos.⁴⁶² Essa seria, sem dúvida, uma atuação voltada para economia e combate à inflação. A base da atuação do plano cobria as

Ministro (Furtado buscava garantir o caráter técnico no planejamento dentro do Ministério descrevendo ao trabalho direcionado como único meio de coerência em razão do "crescimento exige modificações estruturais". FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.347.

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p.347.

⁴⁵⁸ Se afastando da SUDENE para elaborar o Plano, Furtado descreve que seria um processo de cobertura de 3 anos em sua atuação. *Ibid.*, p.349.

⁴⁵⁹ ROBOCK, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional do Nordeste do Brasil*. Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

⁴⁶⁰ *Ibid.*, p.197.

⁴⁶¹ Furtado havia apresentado os objetivos que foram apresentados pelo conselho de ministros. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. P.349.

⁴⁶² As críticas sobre o Ministério tinha a ver com a descrença em Furtado não ser político. JC_01011963_M1: Restrições de ordem política e ideológica ao plano de Furtado, *Jornal do Commercio*, Recife, 01/01/1963, cad:1, p.1. <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49300&busca=0101>.

áreas: administrativa, bancária, fiscal e agrária por meio de diretrizes das reformas de base. Das controvérsias públicas nesse meio tempo, a aprovação do presidencialismo conduziu em 1963, ora, visto como um novo momento, que ficava visível na cobertura.⁴⁶³ À sua própria forma, Furtado deixou o cargo para retornar às atividades integrais da SUDENE no segundo semestre de 1963.⁴⁶⁴

4.3. O FIM DE UMA FANTASIA

No início de 1964 ainda encontra-se uma atuação acelerada das atividades da SUDENE. O sucesso de 1963 o definiu como “Ano bom”⁴⁶⁵ resgatando um trabalho de sucesso descreve Farias, “Comparando-se 1963 com os anos anteriores, podemos considerá-lo um sucesso para o programa de industrialização da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste”.⁴⁶⁶ A simbiose desse discurso o coloca em questionamento pela reportagem o coloca contra a parede sobre a mudança da sua percepção do artigo 34/18 ao criticar os recursos em ócio. Seu ponto estava na direção clara desses recursos. Neste caso, no ano vigente, iniciava de modo positivo dentro do quadro de industrialização. Tocante na preparação, residindo as etapas de sucesso de 1963, por todo o levantamento estava na preparação da primeira reunião do Conselho daquele ano.⁴⁶⁷

Realizada em 10 de janeiro de 1964 o seu arredor a serem percebidos os sinais do clima de engajamento dado o movimento de insatisfação acerca da notícia antes da reunião pelo Diário de Pernambuco sobre a tensão inscrita nos grupos políticos regionais, no caso a

⁴⁶³ Foi reforçado a defesa das condições do Brasil se desenvolver pelos próprios meios. JC_04011963_M1: Plano Trienal de Furtado é uma nova etapa, diz Almino, *Jornal do Commercio*, Recife, Cad: 1, p.4, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49303&busca=04>; JC_06011963_M3: Plano Trienal ocupa a imprensa, *Jornal do Commercio*, Recife, 06/01/1963, cad:1, p.5, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49310&busca=060>; JC_10011963_M6: Organização do Plano Trienal do governo não afetou a SUDENE, *Jornal do Commercio*, Recife, 10/01/1963, cad: 1, p.20, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49321&busca=1001>; JC_20011963_M1: O Plano Trienal, *Jornal do Commercio*, Recife, 20/01/1963, Cad:1, p.6, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49338&busca=2001>.

⁴⁶⁴ Segundo Furtado, sua liberação do cargo só ocorreu por conta de Goulart precisava retirar o ministro da Guerra. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁴⁶⁵ Essa declaração foi feita pelo economista Juarez Farias, diretor do departamento de industrialização da SUDENE ao *Jornal do Commercio*. JC_03011964_M1: Para chefe do setor industrial da SUDENE 1963 foi “Ano bom”, *Jornal do Commercio*, Recife, 03/01/1964, cad: 1, p.3. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49779&busca=03011964_M1

⁴⁶⁶ Segundo comparação realizada nos anos de 1960 a 1962 em levantamento de 112 projetos industriais foram aprovados no recorte tendo em vista que no ano de 1963 esteve o investimento dos projetos de 96,4 bilhões de cruzeiros. Efeito do artigo 34 do II Plano Diretor, o qual segue presente na discussão na primeira reunião do Conselho. *Ibidem*.

⁴⁶⁷ JC_04011964_M1: Reunião a 10 da Sudene para analisar 1963, *Jornal do Commercio*, Recife, 04/01/1964, Cad:1, p.3. Disponível: <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49780&busca=04011964>.

UDN estava em preparação por meio de uma vigília.⁴⁶⁸ No clima estabelecido a agenda permanecia funcionando de forma inalterada. Dois dias antes da reunião a expectativa pública circundou o público já que entre 8 e 9 de janeiro ao retornar os trabalhos, como citado, o foco estava nas atividades do órgão. Se em 1963, fora dos planos para aquele ano. Sobretudo, definia o convênio de Pernambuco e a SUDENE ao receber cerca de 90 milhões de cruzeiros, segundo a reportagem dirigidos por Furtado, empregados nos setores de saúde e nas atividades extras de assistência itinerante do órgão no Estado direcionando um viés de distribuição.⁴⁶⁹

O registro da reunião demarcar o retrospecto de formação da SUDENE num viés de consolidação, principalmente ao encarar na prática os planos elaborados. Dentro do Conselho Furtado transpassou o aspecto de superação incipiente pelo II Plano Diretor tendo a aprovação em junho de 1963, por conta dos atrasos dos planos, o resultado estava num atraso dos trabalhos e comprometimento dos recursos. De forma a deixar claro na reunião o destino das atividades exercidas em conjunto com os recursos das ajudas externas, os quais atendiam um ponto de importância ao desenvolvimento econômico.

A segunda fase do trabalho do II Plano Diretor em conjunto com os Estados dava indícios de um novo momento da SUDENE. No entanto, continuavam focando no caráter de formação dos técnicos, mesmo trabalhando em conjunto com os técnicos de Israel⁴⁷⁰. A satisfação com o trabalho da SUDENE não ignorava a sutileza de Furtado ao tratar do setor de educação, valorizava o ponto de maior convênio com todos ao expressar jamais haveria um trabalho individual da SUDENE. Todavia, havia um movimento formado na época contra sua interferência na formação de economistas.⁴⁷¹

⁴⁶⁸ A ocorrência da vigília organizada possuía o intuito dos udenistas de fomentar a democracia contra a movimentação de denúncia da articulação do golpe por meio do governador gaúcho Ildo Meneghett. DP_08011964_M1: UDN Continuará vigília contra ameaça do golpe, *Diário de Pernambuco*, Recife, 08/01/1964, cad:1, p.1. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43643&busca=DP_08011964_M1.

⁴⁶⁹ JC_08011964_M1: Reunião da SUDENE será sexta-feira, *Jornal do Commercio*, Recife, 08/01/1964, cad:1, p. 3. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49784&busca=JC_08011964_M1; JC_09011964_M1: Estado e SUDENE convênio, *Jornal do Commercio*, Recife, 09/01/1964, cad:1, p.10. Disponível: http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49785&busca=09011964_M1.

⁴⁷⁰ ATA_044_1964: 44º reunião ordinária. Recife, 10/01/1964, http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=6217&busca=Ata_044_1964.

⁴⁷¹ Em 30 de janeiro de 1964, estudantes protestaram contra a SUDENE, especificamente as ações realizadas por Furtado. Em meio declarações, havia insatisfação pronunciada: “O todo poderoso senhor deus das irregularidades, o economista Celso Furtado, o qual reconhece todas as profissões existentes a serviço da Sudene, menos a de economista, sabe perfeitamente que a maioria dos economistas lá existentes é formada pela Superintendência através de seus cursos T.D.E, em três meses. Curiosamente, porém, não reconheceu o sr. Furtado o direito dos que cursam uma faculdade (reconhecida pelo Governo Federal) durante quatro anos [...]”. DP_30011964_M3: Universitários protestam contra a SUDENE e doam sangue a indigentes do Hospital Pedro II. *Diário de Pernambuco*, 30/01/1964,

No caso dele, se colocava em estado de saída do órgão. Até o movimento do golpe posicionava na SUDENE que quem visse de fora perceberia uma dinâmica que chega até ser plural, retirando o peso de tomada de decisão individual. Essa postura adotada por ele tinha a ver com a propagação de uma imagem negativa a seu respeito e da SUDENE, ambos coexistirem como um só, importante frisar. De qualquer forma, a imagem pública concebida ainda garantiu um lugar de importância ao órgão, uma vez que imprensa definida enquanto “mensagem de otimismo” principalmente pelo retrospecto, pouco foram as falas dos conselheiros, a participação dos Estados Unidos.⁴⁷² Foi a partir desse contexto de publicações tal como o da passagem por Recife do governador de Minas, que defendia a necessidade de recorrer à democracia como mecanismo principal para o desenvolvimento econômico.⁴⁷³

A valorização da defesa da democracia tinha a ver com os discursos em direção aos ataques recebidos por Goulart na época, por isso deputados, entre eles, Francelino Pereira de Minas “o sr. Goulart possui um suposto programa de reformas, sem um programa de govêrno” ao utilizar justificativa das barreiras constituem formar a imagem de falta de preparo mencionado, demonstrava um dos episódios de instabilidade do país e insatisfação.⁴⁷⁴

As críticas não estavam limitadas ao trabalho interno, no mês seguinte a insatisfação com relação ao curso era mais uma somo acompanhada de modo mais intensidade de uma expansão de combate ao comunismo.

A rigor, Furtado se encontrava em seu gabinete em 31 de março quando em Minas as Forças Armadas estavam em marcha. O começo do fim chegava em Pernambuco não tardando a SUDENE, por isso em suas memórias se encontrou a movimentação em 1 de abril de encontro com o então governador Miguel Arraes em Recife de forma a conter os avanços militares, no entanto após ter sua presença requisitada pelos militares inicia a ida ao seu exílio. Os tempos incertos levam a exoneração do cargo e a saída às pressas – carregando os

Cad:1, Pág: 3, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43673&busca=30011964>.

⁴⁷² JC_11011964_M1: Relatório da Sudene foi "Mensagem de Otimismo". *Jornal do Commercio*, Recife, 11/01/1964, cad:1, pág:3, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=49788&busca=11011964>.

⁴⁷³ “Clóvis Salgado: na democracia podem-se resolver os graves problemas do Brasil”. Se tem em mente que Minas possui áreas com clima similar ao do Nordeste, por isso foi adicionado ao quadro de atuação da SUDENE tendo cadeira no Conselho. DP_15011964_M1: Clóvis Salgado: na democracia podem-se resolver os graves problemas do Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15/01/1964, cadê:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43655&busca=1501>.

⁴⁷⁴ O deputado em questão estava em Recife como representante do governador Magalhães Pinto no convênio entre a SUDENE, governo de Minas e Estados Unidos. Outra referência, os movimentos nacionais estavam se articulando. DP_18011964_M1: Jango viveu dilema: dar ou não dar golpe. *Diário de Pernambuco*, Recife, 18/01/1964, cad:1, pág:1, <http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43661&busca=1801>; DP_15011964_M2: Jango não tem programa de governo e nem possui aptidões para governar diz deputado. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15/01/1964, cad: 1, http://procondel.sudene.gov.br/Documento.aspx?id=43656&busca=DP_15011964_M2.

registros pessoais nomeados de “testamento intelectual” – com o silêncio presente após o fim da SUDENE em seus moldes conhecidos.

4.4. TESTEMUNHO INTELECTUAL

Em Janeiro de 1964 Furtado obteve a oportunidade e publicou uma coletânea de ensaios que compôs o livro “Dialética do desenvolvimento”.⁴⁷⁵ Vieira aponta por meio da afirmação de Furtado ao publicar como resposta a de “captar a essência do problema do subdesenvolvimento e identificar as causas da crise de transformação que atravessa[va] o Brasil”.⁴⁷⁶ Essa formulação pertencia ao que chama de testamento intelectual. Pretendia antes da eclosão das manifestações política e social, o qual situava o Brasil. No seu caminho dimensionadas controle à medida de que se movimentou pela proximidade com Goulart.⁴⁷⁷

Conseqüentemente ao contexto e repercussões manifestadas como fora mencionado no seu tratamento intelectual durante 1964 foi assertivo Furtado ao reconhecer a responsabilidade no seio de manifestações, debates, dos jovens estudantes o reconhecimento do seu trabalho intelectual tinha mais a ver com a circunstância da cenário, um período que caminhava em passos largos à crise, concentrava a urgência de trazer luz aos jovens. Ao expressar o reconhecimento da própria responsabilidade em sanar as dúvidas que esse público trazia, Furtado acabou reunindo escritos e notas.

Em sequência, quando se tratava dos seus objetivos, os descrevia, primeiro desmistificar a perspectiva do que nomea de “clássicos do marxismo”⁴⁷⁸ os direcionando a um maior debate em torno deles por conta da influência das raízes de sua formação na Europa. No segundo, imprimir neles a noção da dialética ao se tratar de incendiar pesquisas científicas nela pautada com a rigidez do método científico frisando quando se examina os problemas sociais. Quanto o terceiro, argumenta a retirada das “lutas de classe”⁴⁷⁹ do patamar de conceito

⁴⁷⁵ FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

⁴⁷⁶ VIEIRA, R. M. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. Santo André: Editora UFABC, 2019, p.191.

⁴⁷⁷ Nas memórias do próprio Furtado descrevia ao redor do Presidente Goulart um grupo despreparado e autocentros assumiram cargos importantes. O aviso por Furtado mesmo da proximidade entre ele e Goulart, não passava de bons olhos já que descrevia enxergando como se usasse do seu pedestal intelectual, isso parte da descrição da relação de Goulart com Santiago Dantas. Além de entender sua perspectiva de que Goulart fugia da realidade. Não o impediu de agir por meio de dialogar com a justificativa de iluminar Goulart quanto o alertava para a concentração em orientar as candidaturas, a favor em inclinar à Juscelino Kubitschek na corrida eleitoral para o seu substituto ao cargo, o sentido estava na garantia da transmissão do mandato sem quaisquer problemas. Sobre a preocupação do avanço da direita e da áurea de ditadura em contexto internacional. FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁴⁷⁸ *Ibid.*, p.374.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p.374.

importante, utilizava de referência a não necessidade de usá-lo ao buscar entender que chama de dinâmica das sociedades capitalistas.

Por fim, o quarto ponto tem a ver como se encara ao abordar os métodos revolucionários por via das transformações sociais. Em suma, o caminho percorrido por suas notas tem a ver com uma base de história social europeia estando no centro do rumo de que os debates iriam tomando.

Sobre a sua colaboração dentro do aspecto pessoal deixava claro a decisão de saída da SUDENE. O livro tem em sua dedicatória aos companheiros da SUDENE os referindo como peregrinos da ordem do desenvolvimento. Na situação de não estar mais ocupando o cargo de ministro no Ministério Extraordinário do Planejamento. Com o fim do mandato presidencial, articulou seus pensamentos de luta que seguiam reflexões na composição do livro.⁴⁸⁰

É possível relacionar esse ponto com uma preparação de Furtado ao golpe, ratifico. Mesmo em condições instáveis a atenção em sua postura nas reuniões da SUDENE. O escrito de Furtado neste ponto se embalava na defesa da democracia como síntese básica para o desenvolvimento da sociedade.⁴⁸¹

A partir da fala de urgência de desempenhar o seu papel intelectual ao analisar a introdução da obra permite conceber compreender o caráter de premência ao justificar e até mesmo explicar o teor de responsabilidade intelectual no período conclamava ao declarar “o que pode significar prevenir em tempos atos que, por terem sido praticados com inconsciência, não são menores crimes contra a coletividade”⁴⁸²

Logo, um tom distante do usual de Furtado o promove ao teor de seu direcionamento ideológico elaborado. Além, os homens do Estado, estadistas, rugia a necessidade de adotar uma postura similar aos intelectuais ao produzir impacto social.

Isto lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a de inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana - atributo inalienável do ser do intelectual.⁴⁸³

Consegue entregar uma cobrança de se movimentava a partir dos outros intelectuais, “único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos

⁴⁸⁰ Na sua autobiografia, Furtado faz breves resumos e análises do conteúdo encontrado nos seis capítulos da obra.

⁴⁸¹ Citação que encerra de Tucídides: “Não existe felicidade sem liberdade, e o fundamento da liberdade é a coragem”. Idem, p.382.

⁴⁸² FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964. P.9.

⁴⁸³ *Ibid.*, p.10.

condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual”.⁴⁸⁴ Correlação do papel histórico da dimensão política principalmente quando se pontua colocar em risco que leva à estagnação depois de tanto avanço com o trabalho do próprio Furtado na teoria do subdesenvolvimento, a derrota do projeto desenvolvimentista.

⁴⁸⁴ VIEIRA, R. M. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)*. Santo André: Editora UFABC, 2019, p.192.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho da SUDENE só voltou a se reunir em maio de 1964, sem Furtado mais no cargo de superintendente, assumido pelo general Expedito Sampaio. Dava-se o início uma nova fase. O horizonte de constituição da SUDENE no Nordeste esteve entrelaçado a uma narrativa de esperança para construir uma nova realidade. Uma criação de ordem utópica já que visualizava romper a manutenção da classe tradicional nordestina e superar uma crise política dentro do cenário brasileiro da década de 1960. Uma utopia, a qual marcou o processo histórico, permitiu conceber à vista de Celso Furtado a possibilidade de desenvolvimento para a região atrasada do país, detendo de autonomia para garantir a redenção econômica. A criação da SUDENE e a atuação do seu Conselho pode ser vista conforme a rota de trabalhos planejados, mas permaneciam dentro da lógica de utopia e até mesmo orientado pelo quadro de uma fantasia, ora por circular em torno das ideias e da mediação de Furtado.

Neste sentido, o presente trabalho buscou analisar a materialização da fantasia furtadiana através da SUDENE, e no quadro de atuação do seu Conselho no exercício de tomada de decisão como reflexo. Buscando responder as questões: 1) Em que medida existiu a instauração da política de desenvolvimento? Qual a influência na trajetória de Furtado teve para criar a SUDENE?; 2) Dentro da SUDENE, o Conselho foi um mecanismo de enfrentamento para avanço dos trabalhos em conjunto com as classes tradicionais?; 3) Dentro da hierarquia da SUDENE Furtado era crucial e, através dele existia a ponte entre a SUDENE e os EUA fizessem o Acordo do Nordeste, então em meio o cenário de crise político brasileira Furtado abriu as portas para uma intervenção dos EUA? Os EUA desempenham o papel de motor de ruptura interna da SUDENE?

Dentro dessas questões interligadas aos objetivos da pesquisa Para responder à primeira questão colocando luz ao trabalho de Furtado em suas memórias em conjunto com a documentação permite lançar mão de um projeto tomado em torno de Furtado na categoria de estadista, o que deu ferramenta com o apoio de grupos significativos, ficou muito claro da experiência principalmente na passagem pela CEPAL.

Nesse sentido, um combo de apoio junto com a trajetória elaborou essa política de desenvolvimento, mesmo não sendo um diagnóstico inovador, a criação da SUDENE permitiu ser a instauração dessa política até justifica a sua lei produz esse documento. No segundo e terceiro capítulo ao debruçar em responder a segunda questão, pós instalação da SUDENE e

funcionamento do Conselho era notório que o Nordeste permanecia na espiral dos políticos nordestinos coexistirem pelos recursos.

No emprego da relação Furtado e do Conselho traduz um deslocamento dos objetivos de criação da SUDENE, reconhecendo nesse quadro a permanência do papel planejador de Furtado permite perceber a potencialização de ideias e planos, o que evidenciou as diferenças de perspectivas do Conselho. A tensão do que era almejado ao limitar as escolhas demonstrava o embate dos desejos permitindo observar a multiplicidade de vozes que cercavam a SUDENE durante o seu funcionamento fez com que colaborou com a pesquisa. No entanto, as divergências e defesas pautadas na individualidade trouxe tensão aos planos construídos por Furtado. A SUDENE, enquanto, detentora do apoio público acabou sendo um alvo para os interesses da cúpula de políticos divergentes, o que acabou se tornando um mecanismo de barrar a prática dos seus planos.

O Nordeste se manteve funcionando em parte no rumo de classes políticas mais tradicionais, o que ditou o rumo dos trabalhos e do lugar de Furtado. Os dois eixos, interno e externo, não se fundiram, mas em caminhos opostos estimularam as tensões dos trabalhos. A SUDENE circulou em dois aspectos na região: esperança e promessas, forjada num caráter regionalista a entrada de capital estrangeiro, os EUA, se deu como prática da idealizações de Furtado, primeiro para se ter recursos ao atuar, mas também suprir a cobrança pelo próprio Conselho.

A entrada dos EUA deu um norte para a retirada de autonomia da SUDENE pela classe política insatisfeita com o rumo da administração de Furtado, produzindo desta forma, movimento de entrave definitivo ao primeiro governo da SUDENE e enfraquecimento de Furtado. Mas, é importante salientar que o espaço dado por Furtado aos conselheiros e aos EUA permitiu prejudicá-lo de certo. Não apenas pela diminuição de apoio, mas, principalmente pelo núcleo principal, a extensão das teias que dependiam do que recebiam. A experiência da SUDENE permitiu trazer os indicadores do desenvolvimento regional, de certo por ser pioneiro, no entanto seu caminho na prática exerceu uma noção de planejamento que no viés prático foi aquém da sua idealização.

Entre 1959 e 1960 com a criação e instauração da lei da SUDENE pode ser vista enquanto um movimento de aparelhamento do Nordeste ser salvo e sendo a esperança, intensificados por discursos que perduraram dentro do quadro do órgão e intensificado no seio público. Sendo o controle da narrativa a chave para realizar os seus trabalhos, uma vez que existia um quadro de hierarquia na tomada de decisão dos trabalhos e seu funcionamento, as

manifestações públicas se mostraram um aparato para manutenção utilizado por Furtado não apenas do quadro original, mas também fazendo funcionar segundo o planejamento original.

No centro da SUDENE existiu uma relação ambígua entre os pólos centrais, do superintendente que existia também como mediador, papel desempenhado por Furtado, e o seu Conselho, para além da percepção de uma dinâmica única em foco no mesmo objetivo, existia a disputa interna. A partir da pesquisa e elaboração da escrita, existiu a percepção da SUDENE uma objeto aberto a vastas pesquisas, tanto a minha pesquisa e escrita permitem adentrar para fortalecer o campo.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ANDRADE, Thales Novaes de. Ciência e Tecnologia nos Planos Diretores da SUDENE. Em: Lima, Marcos Costa (Org.). *O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão*. Recife: Editora UFPE, 2014.
- BENAYON, Adriano. *Globalização versus desenvolvimento: o jogo das empresas transnacionais - ETNs - e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros - IDEs*. Brasília: LGE, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. - 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil*: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, Fernanda. Ferrário de. *Da esperança à crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste*. Campinas, SP, 2001. Dissertação. UNICAMP/Instituto de Economia. Disponível: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2001.205395>
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Keynes e o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, 2008, p. 569-574.
- CARVALHO, Lucas Souto Maior Gonçalves de. *Luta pelo Futuro: O Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)*. Dissertação (mestrado) UFPE, CFCH, PPGH, Recife, 2019. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33952>.
- CARVALHO, Pedro Oliveira. O Nordeste do Brasil como palco da Guerra Fria: a Aliança para o Progresso e o interesse das forças políticas tradicionais nordestinas nas relações Brasil-Estados Unidos (1960-1964). *Diálogos*, 26(1), 255-279. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v26i1.56565>.
- COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- DOUGHERTY, James E. et al. *Contending Theories of International Relations*. Philadelphia: J. B. Lippincott Compa., 1971.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília; São Paulo: Ed. UnB; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

FALCON, Francisco. História E Poder. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. - 1º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova "Velha história": O retorno da História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.265-271. Disponível: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1937>

FREIRE, S. de M., & Becher, M. N. (2013). Entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso: A ideologia persistente do desenvolvimento. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, 11(31). Disponível: <https://doi.org/10.12957/rep.2013.7567>

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

_____. *A saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. p. 267-283.

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.

_____. *Obra autobiográfica*. - 1º Ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2006.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (Org). *Por uma história política*. - 2. Ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LIMA, Marcos Costa. *Os boêmios cívicos: a assessoria econômica de Vargas (1951-1954)*. 1º edição - Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

_____. O Conselho deliberativo da SUDENE (1959-1964). In: FURTADO, Celso. *A saga da SUDENE (1958-1864)*. - Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *A aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil Pós-Guerra*. - São Paulo: Editora UNESP Digital, 2020.

LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no governo. *Análise*, v. 17, n. 2, pp. 345-359, 2006. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/face/article/view/314>.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. - São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización* / Ruy Mauro Marini ; antología y presentación, Carlos Eduardo Martins. — México, D. F. : Siglo XXI Editores ; Buenos Aires : CLACSO, 2015.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2-105.

MENDES, Flávio da Silva. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. - Campinas, SP: [s.n.], 2015. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2015.946109>.

MENESES, Valdênio F. Um “Macarthismo hidráulico” contra a Sudene: notas sobre a disputa entre o Senador Argemiro de Figueiredo e Celso Furtado (1959-1963). *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.83-102, jul.-dez. 2016. <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/5>

NATIVIDADE, Melissa Miranda. *A Aliança para o Progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)*. Tese Doutorado. UFF/Instituto de História. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13487>

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes*. - São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e história de vida. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.18, n.13, p.429-446, maio/agosto, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01803509>.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. *Terra seca, guerra fria: as forças políticas nordestinas sob a Aliança para o Progresso (1961-1964)*. - Maringá, PR, 2020. Tese doutorado UEM, CCHLA, PPGH, p.121. <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5881>

PERRUSO, Marco de Antonio (2013). Uma trajetória dissoante: Francisco de Oliveira, a SUDENE e o CEBRAP”. *Caderno CRH*. Salvador, v.26, 67, p.179-192, Jan/abri, 2013. P.182, <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000100012>.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. *Metamorfose do rural no pensamento de Celso Furtado (1948-1964)*. São Carlos: UFSCAR, 2012. Dissertação Mestrado, UFSCAR, Ciência Política, p.101. Disponível: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1006>.

PREBISCH, Raúl; GURRIERI, Adolfo (org.). *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

RÉMOND, René. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. - Campinas, SP: 006. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2006.394903>

ROBOCK, Stefan H. *Desenvolvimento econômico regional: o Nordeste brasileiro*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

SILVA, Claiton Marcio da. Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, pp. 1695-1711. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-597020130005000014>.

THELEM, K; STEINMOS, S. Historical Institutionalism in Comparative politics. Em: Thelem, K; Steinmos, S; Longstreth, F. *Structuring politics*. Historical institutionalism in Comparative analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p.1-27.

VARGAS, Lucas Lafetá. *Desenvolvimento regional e inovação: uma análise do planejamento para o desenvolvimento do Nordeste pela SUDENE*. MG, UMC/PPGDE. Dissertação Mestrado. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7406533.

VIEIRA, R. M. *Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)* [online]. Santo André: Editora UFABC, 2019, p.192. <https://doi.org/10.7476/9786589992271>.

Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.67-68

MEMBROS DO CONSELHO DURANTE 1959-1964

Augusto Elísio do Nascimento Wanderley Filho	06/03/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 13/12/1963; 10/01/1964; 04/03/1964		representante do Governo de Pernambuco
Augusto Fragoso	04/11/1960, 07/12/1960, 09/01/1961, 03/05/1961; 10/05/1961; 09/06/1961; 04/07/1961	22/08/1963	representante do Estado-Maior das Forças Armadas
Augusto Gama da Silva			representante da SUVALE
Augusto Lins e Silva	01/06/1959; 02/06/1959		representante do Ministério da Fazenda
Bento Dantas	09/06/1961; 04/07/1961		representante do Ministério da Agricultura
Beroaldo Maia Gomes do Rêgo	01/06/1959; 02/06/1959; 01/07/1959; 05/08/1959; 01/09/1959; 01/10/1959; 04/11/1959; 16/02/1960; 04/05/1960; 01/06/1960; 30/06/1960; 01/07/1960; 03/08/1960; 04/11/1960; 07/12/1960; 09/01/1961		1924/2012 - foi um engenheiro brasileiro, professor da Universidade Federal de Alagoas e detentor de importantes trabalhos na área de indústria e desenvolvimento
Blair Chagas Bicalho	09/05/1962; 11/05/1962; 15/05/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 19/09/1962; 15/10/1962; 06/03/1963; 06/11/1963		representante do Governo de Minas Gerais
Carlos Berenhauer		02/12/1959	representante do Governo do Rio Grande do Norte
Carlos Frederico Maciel	09/06/1961; 06/11/1961; 01/08/1962; 05/09/1962; 19/09/1962; 15/10/1962; 05/11/1962; 06/03/1963; 07/10/1964; 09/10/1964; 02/12/1964; 03/05/1965; 02/06/1965; 07/07/1965; 04/08/1965; 01/09/1965; 06/10/1965; 22/10/1965; 01/12/1965; 17/12/1965; 05/01/1966		representante do Ministério da Educação e Cultura
Cássio Reis Costa		09/01/1961	representante do Governo do Maranhão
Celso Juares de Lacerda	03/05/1961; 09/06/1961; 08/09/1961; 20/09/1974		representante do BNDE (1961) Ministério da Indústria e Comércio (1974)
Celso Monteiro Furtado	todos 1959, todos 1960, 09/01/1961, 03/05/1961, 10/05/1961; 09/06/1961; 04/07/1961; 06/09/1961; 06/11/1961; 06/12/1961; 07/02/1962; 14/03/1962; 04/04/1962; 11/05/1962; 15/05/1962; 04/06/1962; 04/07/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 15/10/1962; 05/11/1962; 03/12/1962; 09/01/1963; 06/02/1962; 10/04/1963; 03/05/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 27/07/1963; 14/08/1963; 04/09/1963; 09/10/1963; 06/11/1963; 20/11/1963; 13/12/1963; 10/01/1964; 14/02/1964; 24/02/1964; 04/03/1964; 31/10/1966		1920/2004 - foi um economista brasileiro, membro da CEPAL na década de 1950, idealizador da Sudene e seu superintendente entre 1959 e 1964. Também foi Ministro do Planejamento em 1962 e Ministro da Cultura entre 1966 e 1988, além de ser membro da Academia Brasileira de Letras a partir de 1997
Cibília da Rocha Viana	10/01/1962; 14/03/1962; 11/05/1962; 04/07/1962		representante do BNDE
Cid Feijó Sampaio	26/04/1959; 01/06/1959; 01/07/1959; 05/08/1959; 01/10/1959; 02/12/1959; 06/04/1960; 04/05/1960; 15/09/1961; 04/10/1961; 04/04/1962; 09/05/1962; 11/05/1962; 15/05/1962; 09/01/1963		1910/2010 - foi Governador de Pernambuco entre 1959 e 1963, Deputado Federal entre 1967 e 1971, e suplente de Senador em 1978, assumindo o cargo em 1983 com a morte do titular Nilo Coelho, exercendo-o até 1987.
Cleânthon de Paiva Leite		09/05/1962	representante do BNDE
Clidenor de Egito Araújo	07/02/1962; 01/08/1962; 06/03/1963; 10/04/1963; 05/06/1963		representante do Governo da Paraíba
Clóvis Chagas Aroucha		27/07/1963	representante do Ministério de Viação e Obras Públicas
Clóvis Chaves Afrouxa		05/11/1962	representante do DNOCS
Custódio Monteiro de Castro	04/06/1962; 06/02/1963; 03/05/1963; 05/11/1965; 02/09/1966; 19/10/1966; 20/12/1966; 21/12/1966; 17/11/1967; 28/08/1968; 23/10/1968; 22/01/1969; 26/03/1969		representante do Governo de Minas Gerais
Desildo Pereira		02/12/1959	representante do DNOCS
Dinarte de Medeiros Mariz	26/04/1959; 01/06/1959; 02/06/1959; 01/07/1959; 05/08/1959; 01/09/1959; 01/10/1959; 16/02/1960; 06/04/1960; 30/09/1960		1903/1984 - foi Senador pelo estado do Rio Grande do Norte entre 1955 e 1956, sendo eleito Governador para o mandato de 1956 a 1961. Posteriormente, foi mais uma vez eleito Senador, exercendo este cargo entre 1963 e 1984.
Domingos Lavigne de Lemos	06/02/1963; 26/07/1972		Representante do Ministério da Saúde (1963) Governo de Minas Gerais (1972)
Ebenezzer Furtado Gueiros	04/07/1962; 01/08/1962; 19/09/1962; 06/02/1963; 06/03/1963; 05/06/1963; 14/08/1963; 04/09/1963; 13/12/1963; 10/01/1964		representante da CHESF
Eduardo Pinto Pessoa Sobrinho		06/12/1961	representante do Ministério da Fazenda
Emiliano Maceira	01/06/1959; 02/06/1959; 01/07/1959; 01/09/1959; 01/10/1959; 04/11/1959; 16/02/1960; 17/02/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 01/07/1960		representante do Governo do Maranhão
Ernane Galvêas			1922/- - foi Assessor Econômico do Ministério da Fazenda entre 1961 e 1966. Exerciu ainda os cargos de Presidente do Banco Central entre 1968 e 1974 e entre 1979 e 1980, além de Ministro da Fazenda entre 1980 e 1985
Evaldo Cirne Marques	10/04/1963; 27/07/1963; 03/04/1981; 04/08/1983		representante da CVSF
Fernando de Oliveira Mota	05/06/1963; 10/01/1964; 24/02/1964; 06/05/1964; 09/10/1964; 08/01/1965; 04/08/1965; 27/08/1969; 22/10/1969		1916/1967 - foi um economista brasileiro, membro do corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco a partir de 1949. Foi ainda representante do Banco do Nordeste do Brasil em vários setores, inclusive na Presidência da República, em 1961, e Superintendente adjunto da Sudene entre 1964 e 1967.
Fernando Gama	26/04/1959; 01/06/1959; 02/06/1959; 01/07/1959; 05/08/1959; 01/09/1959; 01/10/1959; 04/11/1959; 02/12/1959; 01/06/1960; 02/06/1960; 03/05/1965; 22/10/1965; 05/11/1965; 17/12/1965; 06/07/1966; 03/08/1966		representante do Governo de Alagoas
Francelino Pereira dos Santos	02/09/1960; 31/07/1990; 31/08/1990; 28/09/1990; 26/10/1990; 30/11/1990; 14/12/1990; 22/02/1991		representante do Governo de Alagoas
Francisco Alves de Andrade e Castro	10/04/1963; 20/11/1963; 03/06/1964; 03/05/1965; 05/05/1965; 25/05/1977; 30/03/1979; 29/06/1979; 18/10/1979; 14/12/1979; 19/12/1980; 03/04/1981; 26/06/1981; 18/12/1981; 29/01/1982; 26/02/1982; 24/09/1982; 25/02/1983		1921/- - foi Deputado Federal por Minas Gerais entre 1963 e 1979, vindo a assumir o Governo do Estado até 1983
Francisco Chagas de Rodrigues	05/08/1959; 01/09/1959; 01/10/1959; 04/05/1960; 01/06/1960; 30/06/1960; 03/08/1960; 06/10/1960; 07/12/1960; 02/08/1961; 15/09/1961; 04/10/1961; 06/11/1961		1913/2001 - foi um engenheiro agrônomo brasileiro, desempenhando regularmente missões estaduais como representante do Governo do Ceará. Foi feito professor emérito da Universidade Federal do Ceará em 1983.
Francisco de Salles B. Ferreira	02/06/1959; 05/08/1959; 01/10/1959; 04/11/1959; 06/04/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 10/05/1961; 15/09/1961	03/07/1963	1922/2009 - foi Deputado Federal pelo Piauí entre 1951 e 1958, sendo posteriormente eleito Governador para o mandato de 1959 a 1962. Foi Deputado Federal novamente entre 1963 e 1969, e Senador entre 1987 e 1995
Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira			representante do Governo do Maranhão
Francisco Mendes	02/09/1960; 02/08/1961; 04/10/1961; 09/05/1962; 19/09/1962; 06/03/1963		1933/- - é um sociólogo brasileiro, professor da Universidade de São Paulo e primeiro Superintendente adjunto da Sudene, entre 1960 e 1964
Francisco Nelson Chaves		26/04/1959	representante do Ministério da Fazenda
Gabriel Barreto de Almeida	14/03/1962; 09/05/1962; 04/06/1962; 04/07/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 05/11/1962; 09/01/1963; 06/02/1963; 06/03/1963		representante do Governo do Ceará
		07/12/1960	representante do Governo da Bahia

Genival Barbosa Guimarães	05/09/1962; 19/09/1962; 15/10/1962; 03/12/1962; 06/02/1963; 06/03/1963; 10/04/1963; 03/05/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 27/07/1963; 09/10/1963; 06/11/1963; 20/11/1963; 13/12/1963; 10/01/1964; 14/02/1964; 24/02/1964; 28/04/1976; 28/03/1977; 29/04/1977; 25/05/1977; 17/06/1977; 26/08/1977; 29/09/1977; 21/10/1977; 25/11/1977; 16/12/1977; 27/01/1978; 28/04/1978; 26/05/1978; 30/06/1978; 28/07/1978; 29/09/1978; 27/10/1978; 24/11/1978; 15/12/1978; 26/01/1979; 16/02/1979; 30/03/1979; 27/04/1979; 31/05/1979; 27/07/1979; 31/08/1979; 28/09/1979; 26/10/1979; 14/12/1979; 25/01/1980; 30/05/1980; 30/06/1980; 29/08/1980; 26/09/1980; 31/10/1980; 28/11/1980; 19/12/1980; 30/01/1981; 17/02/1981; 03/04/1981; 24/04/1981; 29/05/1981; 31/07/1981; 28/08/1981; 30/09/1981; 30/10/1981; 27/11/1981; 18/12/1981; todos 1982; 28/01/1983; 25/02/1983; 25/03/1983; 29/04/1983; 27/05/1983; 04/08/1983; 29/08/1983; 30/09/1983; 26/10/1983; 25/11/1983; 16/12/1983; todos 1984; 25/01/1985; 29/03/1985; 24/05/1985; 28/06/1985; 26/07/1985; 30/08/1985; 27/09/1985; 04/10/1985; 25/10/1985; 29/11/1985; 20/12/1985; 31/01/1986			?? - foi Diretor-geral do DNOCS entre 1962 e 1963, além de membro do Ministério dos Transportes durante a década de 1970
Genival de Almeida Santos	19/09/1962; 05/11/1962; 03/12/1962; 09/01/1963; 06/02/1963			representante do BNDE
Geraldo José da Câmara de Melo	09/06/1961; 04/07/1961; 02/08/1961; 24/04/1987; 27/05/1987; 29/05/1987; 26/06/1987; 31/07/1987; 28/08/1987; 25/09/1987; 30/10/1987; 27/11/1987; 18/12/1987; 29/01/1988; 26/02/1988; 25/03/1988; 29/04/1988; 30/05/1988; 29/07/1988; 26/08/1988; 30/09/1988; 25/11/1988; 16/12/1988; 27/01/1989; 31/03/1989; 28/04/1989; 30/06/1989; 31/07/1989; 25/08/1989; 29/09/1989; 27/10/1989; 24/11/1989; 26/01/1990; 16/02/1990; 31/07/1990; 31/08/1990; 22/02/1991			1935/- -- foi Secretário Estadual do Rio Grande do Norte entre 1961 e 1966, contribuindo para o DNOCS. Também foi Governador do Rio Grande do Norte entre 1987 e 1991, e Senador entre 1995 e 2003
Gilberto da Costa Carvalho	06/10/1960; 31/05/1966; 01/06/1966; 27/03/1968; 24/04/1968; 25/04/1968; 25/09/1968; 22/07/1970; 27/10/1970; 27/01/1971; 26/02/1971; 24/03/1971; 28/04/1971; 25/06/1971; 26/08/1971; 22/09/1971; 28/02/1973; 25/04/1973; 27/06/1973; 22/08/1973; 24/10/1973; 20/02/1974			representante do Ministério da Saúde
Gilberto de Mello Freyre	01/09/1959; 01/10/1959; 04/11/1959; 02/12/1959; 06/04/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 02/06/1960; 06/10/1960; 04/11/1960; 07/12/1960; 09/01/1961; 03/05/1961; 04/07/1961; 02/08/1961; 06/09/1961; 15/09/1961; 04/10/1961; 10/01/1962; 07/02/1962; 14/03/1962; 04/04/1962; 09/05/1962; 15/05/1962; 04/07/1962; 03/12/1962; 09/01/1963; 06/02/1963; 10/04/1963; 03/05/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 27/07/1963; 14/08/1963; 04/09/1963; 09/10/1963; 06/11/1963; 20/11/1963; 13/12/1963; 10/01/1964; 14/02/1964; 24/02/1964; 04/03/1964; 06/05/1964; 03/06/1964; 05/08/1964; 02/09/1964; 08/01/1965; 05/03/1965; 26/03/1965; 27/04/1965			1900/1987 - foi um sociólogo e escritor brasileiro, Deputado Constituinte em 1946 e professor catedrático da Faculdade de Direito do Recife, sendo detentor de títulos de doctor honoris causa em diversas universidades, nacionais e internacionais.
Héder Jorge Azar	05/09/1962; 14/08/1963			representante do Governo do Maranhão
Henrique Cordeiro Oest		26/04/1959		representante do Governo de Alagoas
Hilton Ahiran da Silveira	09/01/1963; 06/02/1963; 06/03/1963; 10/04/1963; 03/05/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 14/08/1963; 04/09/1963; 23/07/1969			representante do Ministério de Viação e Obras Públicas (1963)/ Governo do Maranhão (1969)
Ib Gatto Falcão	05/09/1962; 19/09/1962; 15/10/1962; 03/12/1962; 27/07/1963; 14/08/1963; 09/10/1963; 06/11/1963; 20/11/1963; 17/05/1967; 17/11/1967; 20/12/1967; 27/03/1968; 22/05/1968; 28/08/1968; 25/09/1968; 23/10/1968; 19/12/1968; 20/12/1968; 22/01/1969; 26/02/1969; 23/04/1969; 28/05/1969; 25/06/1969; 23/07/1969; 27/08/1969; 24/09/1969; 22/10/1969; 26/11/1969; 16/12/1969; 28/01/1970; 25/02/1970; 25/03/1970; 23/04/1970; 27/05/1970; 26/08/1970; 23/09/1970; 27/10/1970; 25/11/1970; 21/12/1970			1914/2008 - foi um médico brasileiro, membro da Diretoria de Saúde Pública de Alagoas desde 1935. Foi também fundador da Faculdade de Medicina de Alagoas em 1950, sendo seu primeiro Diretor
Idalmo Mourão			27/07/1963	representante do Governo de Minas Gerais
Ivan Macedo Melo	07/02/1962; 14/03/1962; 04/04/1962; 09/05/1962; 11/05/1962; 04/06/1962; 15/10/1962; 05/11/1962; 09/01/1963; 10/04/1963; 03/07/1963; 09/10/1963; 06/11/1963; 20/11/1963; 14/02/1964; 24/02/1964; 01/07/1964; 05/08/1964; 02/02/1966; 02/03/1966; 15/02/1967; 18/10/1967; 17/11/1967; 20/12/1967; 29/02/1968; 28/08/1968; 22/01/1969; 14/02/1969; 23/04/1969			representante da CHESF (1962-67)/ representante do Banco do Brasil (1968-69)
Jayme Augusto da Costa e Silva	27/07/1963; 14/08/1963; 06/11/1963; 13/12/1963; 06/05/1964; 03/06/1964; 05/08/1964; 02/09/1964; 07/10/1964; 09/10/1964; 04/11/1964; 02/12/1964; 03/05/1965; 05/05/1965; 07/07/1965; 04/08/1965; 06/10/1965; 05/11/1965; 02/02/1966; 02/03/1966; 06/07/1966; 03/08/1966; 02/09/1966; 18/01/1967; 12/08/1967; 22/01/1969; 23/07/1969; 15/12/1969; 16/12/1969; 28/01/1970; 24/05/1970; 26/08/1970; 21/12/1970; 27/01/1971; 28/04/1971; 25/06/1971; 28/07/1971			?? - foi Governador de Fernando de Noronha entre 1961 e 1971
Jayme Augusto Guimarães	05/11/1962; 03/12/1962; 31/03/1967			representante do Governo da Bahia
Jesus Neves Ribeiro	09/06/1961; 04/07/1961; 15/09/1961; 04/10/1961; 06/12/1961; 10/01/1962; 07/02/1962; 09/05/1962; 01/08/1962; 03/12/1962; 06/02/1963; 06/03/1963; 10/04/1963; 05/06/1963; 27/07/1963; 09/10/1963			representante do Governo do Maranhão
João Batista de Aguiar			15/05/1962	representante do Governo do Ceará
João Costa Lima	05/11/1962; 03/12/1962			representante do Ministério da Agricultura
João de Seixas Dória	06/03/1963; 27/07/1963			1917/2012 - foi Governador do Sergipe entre 1963 e 1964. Já havia exercido os cargos de Deputado Estadual, entre 1947 e 1954; e de Deputado Federal, entre 1955 e 1962.
João Ferreira Mulatinho	13/12/1963; 10/01/1964; 14/02/1964; 24/02/1964; 03/05/1965; 26/09/1980; 30/01/1981; 24/04/1981; 30/11/1990			representante do DNOCS (1964-65)/ CODEVASF (1980-81; 1990)
João Gomes Sobrinho	04/11/1959; 06/04/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 02/06/1960; 04/07/1961; 06/12/1961; 14/08/1963; 06/11/1963; 20/11/1963; 13/12/1963; 14/02/1964; 03/06/1964; 01/07/1964; 07/10/1964; 03/02/1965; 26/03/1965; 03/05/1965; 05/05/1965; 07/07/1965; 01/09/1965; 01/12/1965; 17/12/1965; 05/01/1966; 11/05/1966; 06/07/1966; 02/09/1966; 19/10/1966; 20/12/1966; 18/01/1967; 15/02/1967			?? - foi Superintendente da CVSF entre 1963 e 1967, já trabalhando na instituição desde a década de 1950

João Inácio Ribeiro Roma	16/02/1960; 17/02/1960; 06/04/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 30/06/1960; 01/07/1960; 03/08/1960; 02/09/1960; 06/10/1960; 04/11/1960; 07/12/1960; 09/01/1961		1912/1991 - foi Deputado Federal por Pernambuco entre 1950 e 1954, assumindo a diretoria do Banco do Nordeste do Brasil em 1955. Exerceu ainda cargos como o de Secretário da Segurança Pública de Pernambuco entre 1948 e 1950 e Secretário dos Negócios do Interior e Justiça entre 1964 e 1967
João Machado Rollemberg Mendonça		01/09/1959	1927/- - foi Secretário da Fazenda do Estado de Sergipe entre 1959 e 1962, exercendo ainda o cargo de Deputado Federal entre 1963 e 1968 e entre 1987 e 1991
João Nelly de Menezes Régis	06/09/1961; 15/09/1961; 04/10/1961		representante da CVSF
Joaquim Inácio Tosta Filho		06/11/1961	representante do Governo da Bahia
Jonas Leite Chaves		04/07/1961	representante do Governo da Bahia
José Aloísio de Campos	05/08/1959; 04/11/1959; 16/02/1960; 17/02/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 02/06/1960; 30/06/1960; 01/07/1960; 09/01/1961; 09/06/1961; 04/07/1961; 04/10/1961; 06/11/1961; 06/12/1961; 10/01/1962; 07/02/1962; 04/04/1962; 09/05/1962; 11/05/1962; 04/06/1962; 04/07/1962; 01/08/1962; 05/08/1962; 15/10/1962; 03/12/1962; 03/06/1964; 05/08/1964; 02/09/1964; 07/10/1964; 04/11/1964; 02/12/1964; 08/01/1965; 05/03/1965; 26/03/1965; 03/06/1965; 04/08/1965; 06/10/1965; 22/10/1965; 05/01/1966; 13/04/1966; 31/05/1966; 01/06/1966; 03/08/1966; 18/11/1966; 21/12/1970; 30/04/1975; 18/06/1976; 26/05/1978		1914/1986 - foi um economista brasileiro, professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe desde 1955. Foi também Prefeito de Aracaju (SE) entre 1968 e 1970 e reitor da Universidade Federal de Sergipe entre 1976 e 1980
José Antônio de Souza Leão	16/02/1960; 17/02/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 02/06/1960; 30/06/1960; 01/07/1960; 07/12/1960; 09/01/1961; 03/05/1961; 10/05/1961; 09/06/1961; 04/07/1961; 02/08/1961; 06/09/1961; 06/11/1961; 06/12/1961; 10/01/1962; 14/03/1962; 04/07/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 03/12/1962		representante do Governo de Pernambuco
José Aristóbulo de Castro Figueiras	04/04/1962; 09/05/1962; 11/05/1962; 04/06/1962; 04/07/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 19/09/1962; 15/10/1962; 05/11/1962; 03/12/1962		representante do Ministério de Viação e Obras Públicas
José Arruda de Albuquerque		03/12/1962	representante da CVSF
José Burnett da Silva	03/05/1961; 10/05/1961; 15/05/1962		representante do Governo do Maranhão
José Cândido Pessoa	26/04/1959; 01/06/1959; 02/06/1959; 01/07/1959; 05/08/1959; 01/09/1959; 01/10/1959		1925/2003 - foi um engenheiro brasileiro, membro do DNOCS desde 1949, sendo nomeado seu Diretor-Geral em 1956
José Cavalcanti Neves	16/02/1960; 17/02/1960; 06/04/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 02/06/1960; 30/06/1960; 01/07/1960; 03/08/1960; 06/10/1960; 04/11/1960; 09/01/1961; 23/04/1970		representante do Ministério da Fazenda
José Costa Porto	06/09/1961; 15/09/1961; 04/10/1961; 10/01/1962; 14/03/1962; 04/04/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 19/09/1962; 13/12/1963		1909/1984 - foi Presidente do Banco do Nordeste do Brasil na década de 1960, além de exercer cargos como Presidente do BANDEPE, Promotor Público de Pernambuco e Secretário da Prefeitura do Recife.
José Dantas de Araújo	04/05/1960; 05/05/1960; 26/10/1971; 28/07/1974		representante do Governo do Rio Grande do Norte (1960)/ Banco do Brasil (1971; 1974)
José de Anchieta Pinto Coelho	06/11/1961; 31/05/1966; 01/06/1966		representante do Governo do Rio Grande do Norte
José de Magalhães Pinto	04/04/1962; 08/01/1965; 03/02/1965; 12/08/1967		1909/1996 - foi Governador de Minas Gerais entre 1961 e 1966. Foi ainda Ministro das Relações Exteriores entre 1967 e 1969, além de Senador por Minas Gerais entre 1971 e 1979
José de Matos Carvalho	26/04/1959; 05/08/1959; 01/10/1959; 06/04/1960		?/? - foi Governador do Maranhão entre 1957 e 1961, sendo eleito Deputado Federal em 1962
José de Melo Gomes	04/06/1962; 01/07/1964; 05/08/1964; 31/07/1975; 29/10/1976; 24/11/1976; 27/01/1978; 30/03/1978		representante do Governo de Alagoas
José Eduardo Freire de Carvalho	06/04/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 02/06/1960		representante da CVSF
José Fernandes de Lima	06/04/1960; 04/05/1960; 09/01/1961		1912/1999 - foi Deputado Estadual pela Paraíba entre 1950 e 1986, assumindo o governo do estado interinamente entre 1960 e 1961, na qualidade de Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.
José Garcia Netto	01/06/1959; 02/06/1959; 01/07/1959		representante do Governo de Sergipe
José Gayoso Freitas	06/03/1963; 03/07/1963; 14/08/1963; 09/10/1963; 20/11/1963; 10/01/1964; 01/07/1964; 27/04/1965; 01/08/1965; 05/11/1965; 01/12/1965; 11/05/1966; 31/05/1966; 01/06/1966; 03/08/1966; 25/04/1973; 24/07/1974		representante do Governo do Piauí
José Guimarães Duque	26/04/1959; 01/07/1959; 05/08/1959; 01/09/1959; 01/10/1959; 04/11/1959; 02/12/1959; 16/02/1960; 17/02/1960; 06/04/1960; 04/05/1960; 05/05/1960; 01/06/1960; 02/06/1960; 30/06/1960; 01/07/1960; 03/08/1960; 06/10/1960; 09/01/1961; 03/05/1961; 10/05/1961; 09/06/1961; 04/07/1961; 02/08/1961; 10/01/1962; 07/02/1962; 06/05/1964; 03/06/1964; 01/07/1964; 05/08/1964; 02/09/1964; 07/10/1964; 09/10/1964; 04/11/1964; 03/02/1965; 05/03/1965; 26/03/1965; 27/04/1965; 03/05/1965; 05/05/1965; 02/06/1965; 04/08/1965; 01/09/1965; 06/10/1965; 05/11/1965; 01/12/1965; 02/02/1966; 13/04/1966; 11/05/1966; 31/05/1966; 01/06/1966; 06/07/1966; 03/08/1966; 02/09/1966; 19/10/1966; 18/11/1966; 20/12/1966; 15/02/1967; 13/03/1967		1903/1978 - foi um agrônomo brasileiro, membro da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas, desde 1932. Foi ainda Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas da Paraíba, entre 1940 e 1941
José Hélio Gondim Pamplona	02/06/1960; 01/07/1960; 09/06/1961		1923/1974 - foi um economista brasileiro, professor da Universidade Federal do Ceará, Secretário de Obras Públicas de Fortaleza entre 1951 e 1952 e escolhido como conselheiro do chefe da equipe do Ceará junto à Sudene entre 1960 e 1961
José Joaquim Bentes	06/12/1961; 10/01/1962; 14/03/1962; 04/04/1962; 09/05/1962; 11/05/1962; 15/05/1962; 04/07/1962; 01/08/1962		?/? - foi Diretor-geral do DNOCS entre 1961 e 1962.
José Lopes de Andrade	01/06/1959; 02/06/1959; 01/09/1959; 16/02/1960; 17/02/1960		1914/1980 - foi um cientista social brasileiro, exercendo cargos públicos como Chefe da Casa-Civil do Governo da Paraíba entre 1951 e 1953 e Secretário Geral do Conselho de Desenvolvimento da Paraíba entre 1959 e 1962.
José Lopes dos Santos	10/04/1963; 24/02/1978		representante do Governo do Piauí
José Maria Nogueira	02/12/1959; 23/06/1967; 26/07/1967; 18/08/1967; 18/10/1967; 24/01/1968; 29/02/1968; 27/03/1968; 28/11/1968; 14/02/1969		representante do Ministério da Fazenda
José Mariotti Rabelo	01/07/1959; 01/09/1959; 16/02/1960; 30/06/1960; 01/07/1960; 03/08/1960; 04/11/1960; 07/12/1960; 09/01/1961		representante do Governo do Piauí (1959-60)/ DNOCS (1960-61)
José Medeiros de Souza	30/06/1960; 01/07/1960; 02/09/1960; 04/11/1960; 07/12/1960; 09/01/1961; 17/12/1965		representante da CVSF
José Medeiros Vieira	26/04/1959; 27/03/1968		Secretário do CODENO (1959)/ Governo da Paraíba (1968)

José Medrado	03/05/1963; 05/06/1963; 03/07/1963; 27/07/1963; 04/09/1963; 09/10/1963; 20/11/1963; 13/12/1963; 10/01/1964; 24/02/1964; 04/03/1964		representante do Governo da Bahia
José Pacheco Pimenta	06/10/1960; 03/05/1961; 10/05/1961; 09/06/1961; 04/04/1962; 09/05/1962; 11/05/1962; 15/05/1962; 04/06/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 15/10/1962; 05/11/1962; 09/01/1963; 06/02/1963; 06/03/1963; 10/04/1963; 03/07/1963; 27/07/1963; 04/09/1963; 09/10/1963; 04/03/1964; 27/04/1965; 17/11/1967; 24/01/1968; 27/03/1968; 24/04/1968; 25/04/1968		representante da CVSF
José Parsifal Barroso	26/04/1959; 01/09/1959; 01/09/1959; 06/04/1960; 05/05/1960; 09/01/1961; 03/03/1961; 04/07/1961; 06/12/1961; 07/02/1962; 04/04/1962; 19/09/1962; 03/12/1962		1913/1966 - foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1956 e 1958, sendo posteriormente eleito Governador do Ceará para o mandato de 1959 a 1963. 1928/2002 - foi um economista brasileiro, membro do Banco Nacional de Desenvolvimento até a década de 1970, e criador do Fundo de Tecnologia (Funtec).
José Peúcio Ferreira	24/02/1964		representante do Governo do Maranhão
José Ribamar Seguins	03/05/1963		representante do Governo do Maranhão
José Ribamar Teixeira Leite	01/06/1960; 02/06/1960; 30/06/1960; 03/08/1960; 02/09/1960; 06/10/1960; 04/11/1960; 07/12/1960		representante do Governo do Maranhão
José Ribeiro de Lyra	27/07/1963; 14/08/1963; 04/09/1963; 16/04/1972		representante do BNDE
José Ribeiro Quadro	04/09/1963		representante do Governo do Maranhão
José Sinval Lindenberg	07/02/1962; 14/03/1962; 04/04/1962; 09/05/1962; 11/05/1962; 15/05/1962; 04/06/1962; 04/07/1962; 01/08/1962; 05/09/1962; 19/09/1962; 15/10/1962; 09/01/1963		representante do Estado-Maior das Forças Armadas
José Vicente de Oliveira Martins	04/11/1959; 30/06/1960; 01/07/1960; 03/08/1960; 02/09/1960; 04/11/1960; 09/01/1961; 09/06/1961; 04/07/1961; 15/09/1961; 04/10/1961; 26/10/1971; 28/06/1972; 26/07/1972; 22/11/1972; 20/12/1972; 24/01/1973; 27/06/1973; 24/10/1973; 28/11/1973; 19/12/1973; 27/03/1974		representante do Governo da Bahia (1959-61)/ Ministério da Fazenda (1971-74)
Josué de Souza Montello	1959		1917/2006 - foi um escritor brasileiro, técnico em educação pelo Ministério da Educação desde 1938. Foi ainda Presidente do Conselho Federal de Cultura entre 1967 e 1968 e embaixador do Brasil junto à Unesco entre 1985 e 1989. Foi nomeado para a Academia Brasileira de Letras em 1954.
Juracy Montenegro Magalhães	1959		1905/2001 - foi Interventor da Bahia entre 1931 e 1937, voltando ao Executivo do Estado como governador no mandato de 1959 a 1963. Foi ainda o primeiro Presidente da Petrobras, em 1954.
Kléber Cruz Marques	1959		representante do Ministério da Educação e Cultura
Lael Sampaio	1959		1909/2001 - foi Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco entre 1959 e 1962, exercendo ainda três mandatos de Deputado Estadual, entre 1946 e 1954 e entre 1966 e 1971.
Leocádio Antunes	1961		representante do BNDE
Leonides Alves da Silva Filho	1960		?/- foi Secretário de Planejamento do Governo do Piauí na década de 1960. Entrou para a Sudene em 1963, exercendo cargos como o de Superintendente adjunto
Lincoln Cavalcanti	1961		representante do Governo de Alagoas
Luis Garcia	1959		1910/2001 - foi Deputado Federal pelo Piauí entre 1951 e 1958, e eleito Governador para o mandato de 1959 a 1962. Posteriormente, foi mais uma vez eleito Deputado Federal, exercendo este cargo entre 1967 e 1975.
Luiz de Souza Cavalcante	1961		1913/2002 - foi um general do Exército brasileiro e Governador de Alagoas entre 1961 e 1966. Foi ainda Deputado Federal entre 1967 e 1970 e Senador entre 1971 e 1982.
Luiz Rabelo Leite	1963		1926/2002 - foi Secretário de Educação e Cultura de Sergipe entre 1963 e 1964, além de professor da Universidade Federal de Sergipe.
Luiz Vicente Belfort de Ouro Preto	1962		representante do Ministério da Fazenda
Manoel Cordeiro Vilaça	1963		1913/1971 - foi Secretário de Educação do Rio Grande do Norte na década de 1960. Foi ainda Ministro da Saúde em 1962 e Senador entre 1966 e 1971
Manoel Emílio Burlamaqui de Oliveira	1962		representante do Governo do Piauí
Manoel Expedito Sampaio	1964		?/? - foi um general do Exército brasileiro, Superintendente da Sudene entre Abril e Agosto de 1964, assumindo o cargo em caráter emergencial devido ao Golpe Militar daquele ano.
Manoel Leão Filho	1962		representante do Governo do Rio Grande do Norte
Manoel Martins de Ataíde	1963		1920/? - foi Diretor-geral do DNOCS entre 1963 e 1964
Manoel Rezende Pacheco	1961		representante do Governo de Sergipe
Marcos Bernardes de Mello	1963		1935/- - é um advogado brasileiro, exercendo o cargo de Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Alagoas entre 1962 e 1966, e também o de Secretário de Estado dos Negócios do Governo de Alagoas entre 1962 e 1964.
Marcos Botelho	1961		representante do Ministério da Fazenda
Mário Magalhães da Silveira	1959		1905/1986 - foi um médico sanitista brasileiro, sendo membro do Ministério da Saúde desde a década de 1950, exercendo ainda o cargo de Presidente da Sociedade Brasileira de Higiene em 1962
Max Borges Seager	1964		representante do Governo da Bahia
Miguel Araes de Alencar	1963		1916/2005 - foi Governador de Pernambuco entre 1963 e 1964. Voltou a exercer este cargo entre 1987 e 1990, e entre 1995 e 1999. Foi ainda Prefeito do Recife entre 1960 e 1962, além de Deputado Federal entre 1982 e 1986, 1991 e 1995, e 2003 e 2005.
Murilo de Berredo Martins	1963		representante do Governo do Maranhão
Murilo Monjardim Ayres	1962		representante da CVSF
Nelson de Melo Souza	1962		representante do Ministério do Trabalho
Newton de Barros Belo	1961		1907/1976 - foi Governador do Maranhão entre 1961 e 1966.
Newton Vieira Rique	1963		representante do BNDE
Octávio Ferreira Queiroz	1964		representante do Estado-Maior das Forças Armadas
Oscar Espínola Guedes	1959		representante da CVSF
Osmar de Araújo Aquino	1960		representante do Governo da Paraíba
Osmário Alifait Lacet	1959		Secretário da Sudene
Oswaldo Bastos Menezes	1959		1915/1991 - foi um engenheiro agrônomo brasileiro, membro do Ministério da Agricultura e Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1975.
Oswaldo Cordeiro de Farias	1964		1901/1981 - foi um general do Exército brasileiro, Interventor no Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943 e Ministro do Interior entre 1964 e 1966
Oswaldo Ribeiro de Almeida	1962		representante do Governo do Piauí
Oswaldo Soares do Nascimento	1960		representante do Governo do Piauí

Paulo Barreto de Menezes	1963	1925/- - é um engenheiro brasileiro, que exerceu vários cargos dentro do Governo de Sergipe, como o de Secretário de Obras. Foi ainda governador entre 1971 e 1975.
Paulo Camillo de Oliveira Pena	05/06/1963; 17/04/1975; 28/01/1976; 26/05/1976; 28/07/1976	
Paulo Carneiro da Rocha	1964	representante do Governo de Minas Gerais
Paulo Emilio Lustosa Cabral	1962	representante do BNDE
		representante do CVSF
		1924/2008 - foi um economista brasileiro e professor da Universidade Federal de Pernambuco, exercendo o cargo de reitor entre 1975 e 1977. Foi ainda Deputado Federal no mandato de 1967 a 1971
Paulo Frederico do Rego Maciel	1960	
Paulo Natal Silva	1962	representante da CVSF
		1916/1977 - foi Vice-Governador de Pernambuco entre 1963 e 1964, assumindo o cargo oficial até 1967, após a deposição de Miguel Arraes. Foi ainda Senador entre 1971 e 1977.
Paulo Pessoa Guerra	1964	
Pedro Borges	1963	representante do Ministério da Saúde
		1914/2005 - foi Vice-Governador da Paraíba entre 1956 e 1958, assumindo o cargo titular entre 1958 e 1960 em decorrência do afastamento de Flávio Coutinho, por motivos de saúde. Foi ainda eleito para outro mandato, entre 1961 e 1966.
Pedro Moreno Gondim	1959	
		1925/1980 - foi Governador do Piauí entre 1963 e 1966. Foi ainda Senador entre 1966 e 1979, e Ministro da Justiça entre 1979 e 1980.
Petrônio Portella Nunes	1963	
Raimundo Martins Silva	1960	representante da CVSF
Raimundo Nonato Monteiro de Santana	1960	1926/- - foi um professor da Universidade Federal do Piauí, além de ser o primeiro Secretário de Planejamento do estado.
		1911/1975 - foi Governador do Ceará entre 1951 e 1954, já tendo sido Deputado Federal entre 1946 e 1950. Assumiu o cargo de Presidente do Banco do Nordeste do Brasil ainda na década de 1950
Raul Barbosa	1962	
Raymundo Saraiva Martins	1963	1924/2008 - foi um coronel do Exército brasileiro, trabalhando para o Ministério da Agricultura entre 1998 e 1999.
Reginaldo Santos Furtado	1960	representante do Governo do Piauí
		1914/1988 - foi um economista brasileiro, membro da Assessoria Econômica da Presidência entre 1951 e 1954; Presidente do Banco do Nordeste em 1953; Secretário da Fazenda da Bahia entre 1955 e 1960, entre outros cargos.
Rômulo Barreto de Almeida	1959	
		1916/2012 - foi Prefeito da cidade de Ingá (PB) na década de 1950, trabalhando posteriormente como Secretário das Finanças da Paraíba, em 1959
Rômulo Romero Rangel	1959	
		1932/2006 - foi um economista brasileiro, professor da Universidade Federal da Paraíba e Secretário do Conselho Estadual de Desenvolvimento do Estado na década de 1960
Ronald de Queiroz Fernandes	1961	
		1932/2008 - foi um engenheiro brasileiro, colaborador de diversos órgãos como o Instituto Brasileiro do Concreto (IBRACON) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Também exerceu o cargo de Secretário de Obras de Alagoas entre 1960 e 1963
Salvador Eugênio Giammussu	1962	
Samuel Afonso Alves Correia	1961	representante do DNOCS
Samuel Vital Duarte	1960	representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social
Sandoval Sá	1963	representante do DNOCS
Saul Idefonso de Azevedo	1960	representante do Banco do Brasil
Sebastião Barreto de Campello	1962	representante do Ministério do Trabalho
		1923/2009 - foi Vice-Governador de Sergipe entre 1963 e 1964, assumindo o cargo oficial até 1967, após a deposição de Seixas Dória. Foi ainda Deputado Federal entre 1975 e 1987.
Sebastião Ceiso de Carvalho*	1964	
		1915/1966 - foi Governador de Alagoas entre 1956 e 1961 e Deputado Federal entre 1962 e 1965
Sebastião Marinho Muniz Falcão	1960	
Segismundo Cabral	1960	representante do Ministério da Indústria e Comércio
		?/? - foi um militar brasileiro, Diretor do DNOCS entre 1964 e 1967, quando assumiu o cargo de Superintendente adjunto da Sudene, até 1969.
Stanley Fortes Batista	1964	
Sylvio Sobral Santos	1961	representante do Governo de Sergipe
Taumaturgo Castro Nogueira	1961	representante do BNB
Tennyson Araújo Aragão	1964	1921/77 - foi um agrônomo brasileiro, secretário da Agricultura e Produção do Estado de Sergipe entre 1964 e 1967.
		1917/1983 - foi Vice-Governador de Alagoas entre 1961 e 1966, posteriormente exercendo o cargo de Senador entre 1967 e 1982
Teotônio Brandão Vilela	1961	
		1908/1985 - foi Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará entre 1964 e 1967, além de Presidente da Confederação Nacional da Indústria entre 1968 e 1977.
Thomas Pompeu de Souza Brasil Netto	1961	
Victor Calixto Grandin Boulhosa	1964	representante do Governo da Bahia
		1919/1988 - foi Ministro da Viação e Obras Públicas entre 1961 e 1962, já tendo exercido o cargo de Deputado Federal pelo Ceará entre 1951 e 1959. Foi ainda Governador do Ceará entre 1963 e 1966 e entre 1979 e 1982
Virgílio de Moraes Fernandes Távora	1962	
Wando Borges	1963	representante do Governo de Minas Gerais
Wilson Gonsalves	1961	representante do Governo do Ceará
Yvan Maia Fanchinetti (procurar por Ivan tbm)	1962	representante do Governo da Bahia